

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O PRIMEIRO MANDATO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO (1987-1990).**

JOELSON JUK

CURITIBA

2002

JOELSON JUK

**O PRIMEIRO MANDATO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO (1987-1990).**

**Dissertação proposta como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre. Curso de
Pós-Graduação em Sociologia, Área de
concentração: Sociologia das Organizações,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Federal do Paraná-UFPR.**

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa.

CURITIBA

2002



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata referente à sessão pública de defesa de dissertação para obtenção de título de Mestre, a que se submeteu o aluno JOELSON JUK. Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dois, no Ed. D.Pedro I, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, às 14:00 horas, na sala de reuniões do DECISO - 9º andar, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores Doutores: Rafael Antonio Duarte Villa - Orientador, Ricardo Costa de Oliveira e Gilson Leandro Queluz (CEFET/PR), designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "O PRIMEIRO MANDATO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: análise da construção e organização (1987-1990)", apresentada por Joelson Juk. A sessão teve início com a apresentação oral do aluno sobre o assunto desenvolvido, tendo o Professor Doutor Rafael Antonio Duarte Villa, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra a cada um dos examinadores, para sua argüição. Em seguida, o aluno apresentou sua defesa. Na seqüência, Professor Doutor Rafael Antonio Duarte Villa, retomou a palavra para fazer suas considerações. Na continuação, a Banca Examinadora reunida, decidiu pela aprovação do candidato, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (orientador), conceito A; Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, conceito A e o Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz, conceito A. Em seguida o Senhor Presidente declarou aprovado, conceito final A, o aluno Joelson Juk, que recebeu o **Título de Mestre em Sociologia**, área de concentração **Sociologia das Organizações**. Encerrada a sessão, eu, Sueli Helena Andolfato de Sales, secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

Joelson Juk



PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a argüição da Dissertação do aluno JOELSON JUK, sob o título "O PRIMEIRO MANDATO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ: análise da construção e organização (1987-1990)", para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, ^{aprovada}..... o candidato com conceito ".....A....." sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2002.

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

Para todos os militantes, dirigentes e simpatizantes
do Partido dos Trabalhadores do Paraná.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao inestimável amigo Rodrigo Rossi Horochovski. Pessoa de caráter altruísta admirável, ajudou-me nos mais variados momentos da construção, desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Devo-lhe grande parte do sucesso e/ou qualidade da dissertação, porque soube partilhar comigo seus mais variados conhecimentos lingüísticos, metodológicos e sociológicos.

À minha companheira Maria Elisa Battisti, responsável pelo equilíbrio emocional nas horas difíceis. Seu carinho, conforto e contribuições variadas favorecem incalculavelmente minha difícil experiência acadêmica e meu desempenho profissional. Minha gratidão sincera e meu amor incondicional.

Ao Professor Rafael Antonio Duarte Villa, pela orientação qualitativa e quantitativa. Sobretudo, pela paciência nos momentos em que meus problemas profissionais e de saúde interferiram no andamento fluente da pesquisa. As cobranças metodológicas e cronológicas certamente foram assimiladas.

Ao Professor Gilson Leandro Queluz, colega do Departamento de Estudos Sociais do Cefet/PR, pela disponibilidade como “Examinador” e pelas precisas críticas e/ou elogios ao trabalho, especialmente às categorias metodológicas escolhidas (ajudaram a afastar algumas dúvidas teóricas que vinha enfrentando).

À Professora Milena Maria Costa Martines, pelas relevantes observações na fase da qualificação. Sua vivência e seu conhecimento sobre os partidos políticos me ajudaram a perceber melhor a dinâmica interna do PT e sua estrutura.

Ao Professor Ricardo Costa de Oliveira que, mesmo antes de ler a presente dissertação, ajudou-me com sua Tese de Doutorado “O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná”, oferecendo subsídios acerca da política tradicional paranaense e das famílias historicamente dominantes.

Aos colegas do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-PR), pela compreensão e respeito.

À Renata Rosso e Roselaine Turcatel, pelo auxílio técnico na confecção do *abstract*, sem o qual as idéias perderiam sentido e objetividade.

Finalmente, agradeço e ofereço especialmente este trabalho aos meus pais Miguel e Mônica Juk, responsáveis diretos pela minha educação básica e pelo meu sustento material, condições essenciais de todo o sucesso e realização acadêmicas.

A idéia de formação de um partido só dos trabalhadores
é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Carta de Princípios do PT, 1979.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO.....	14
1.1.1 Objetivo Principal.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos... ..	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS.....	18
2.1 PROBLEMA DE PESQUISA	18
2.2 Hipóteses da investigação	19
2.2.1 Hipótese Principal.....	19
2.2.2 Hipóteses Secundárias	19
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	20
3. O REGIME MILITAR NO BRASIL	25
3.1 CONTEXTO INICIAL DO GOLPE DE ESTADO NO BRASIL	26
3.1.1 Os Atos Institucionais (AIs) no Regime Militar.....	34
3.2 O fim do Regime Militar, o pluripartidarismo e o Partido dos Trabalhadores.....	39
4 UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES	45
4.1 VISÃO PANORÂMICA DA RACIONALIDADE ORGANIZACIONAL.....	45
4.1.1 A busca de hegemonia política pela razão comunicativa: o caso do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa ...	52
5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES PARANAENSE E A ORGANIZAÇÃO DO PRIMEIRO MANDATO PARLAMENTAR.....	61

5.1	PRIMEIRO MANDATO DO PT: ALGUNS ATORES E FATOS RELEVANTES.....	69
5.1.1	O envolvimento direto com a sociedade civil organizada: atores e entidades.....	73
5.2	O mandato petista, o gabinete e as influências externas	76
5.2.1	A afinidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).....	87
5.2.2	O Partido dos Trabalhadores paranaense e seu crescimento gradativo	89
5.2.3	O cotidiano do gabinete: projetos, emendas, recursos e fiscalização....	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6.1	A aplicação dos conceitos de hegemonia e razão comunicativa na luta partidária e eleitoral.....	107
6.1.2	Partido dos Trabalhadores: a organização vista por dentro	117
6.1.3	Partido dos Trabalhadores: a racionalidade econômica	120
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
	APÊNDICE - INTEGRA DE ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI.....	131
7	INTEGRA DE ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI	132
8	ENCERRAMENTO DA ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI.....	152

LISTAS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ATOS DA CENSURA MILITAR NO AI-5.....	36
QUADRO 2 – VIOLÊNCIA POLÍTICA ENTRE 1964 E 1973.....	37
QUADRO 3 – CIDADÃOS CASSADOS COM CARGOS POLÍTICOS ENTRE 1964 E 1973.....	38
QUADRO 4 – CIDADÃOS CASSADOS COM CARGOS POLÍTICOS ENTRE 1964 E 1970.....	38
QUADRO 5 – SITUAÇÃO PARCIAL DA TENDÊNCIAS NO PARANÁ EM 1986.....	64
QUADRO 6 – PRINCIPAIS GRUPOS DE IMIGRANTES E ÁREAS DE FIXAÇÃO NO BRASIL.....	82
QUADRO 7 – IMIGRANTES VINDOS PARA O PARANÁ ATÉ 1948, POR NACIONALIDADE.....	83
QUADRO 8 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE 1970 A 2000 NO BRASIL.....	84
QUADRO 9 – GRUPOS ÉTNICOS NA POPULAÇÃO TOTAL NO BRASIL.....	85
QUADRO 10 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNO DO PARANÁ EM 15 DE NOVEMBRO DE 1986.....	108
QUADRO 11 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O SENADO FEDERAL EM 1986.....	109
QUADRO 12 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS FEDERAIS EM 1986.....	111
QUADRO 13 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS ESTADUAIS EM 1986.....	112
QUADRO 14 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O PT, DE 1982 A 1988.....	115
QUADRO 15- RENDIMENTO INDIVIDUAL MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DOS MILITANTES DE BASE E DOS DIRIGENTES DO PT, SEGUNDO OS NÍVEIS DE MILITÂNCIA, EM SALÁRIOS MÍNIMOS.....	122
QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO PT E/OU PARTIDOS COLIGADOS: 1989, 1994 E 1998.....	124
QUADRO 17 – RESUMO COMPARATIVO ENTRE DEPUTADOS FEDERAIS, ESTADUAIS E PREFEITOS.....	125

RESUMO

Esta investigação objetivou compreender as estratégias desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para obter legitimidade e um mandato parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná em 1987. A metodologia utilizada foi o estudo de caso combinado com outros procedimentos de coleta de dados: pesquisa documental na secretaria da organização e em outras fontes; nos arquivos do mandato; na biblioteca pública do Paraná e da UFPR; história de vida e pesquisa semi-estruturada com o primeiro deputado petista. As categorias conceituais foram inspiradas em Gramsci (hegemonia política), em Habermas (razão comunicativa) e em outros autores da sociologia das organizações. O PT conseguiu legitimar-se com um discurso e ações partidárias de cunho oposicionista à base parlamentar e ao próprio governo peemedebista, assim como aproximou-se das mais variadas organizações sindicais rurais e urbanas, movimentos populares e estudantis. A novidade nas ações partidárias, em parte, deu-se por ser o primeiro mandato do partido e, desse modo, tornou-se referência para as oposições no Paraná. Pelas dificuldades econômicas e estruturais, a organização não conseguiu aprovar a maioria de seus projetos e emendas ao orçamento estadual, porém, adquiriu adversários no poder executivo e legislativo com posições contrárias às da base governista. As estratégias de comunicação dialógica com diversos setores da sociedade, somado ao esforço de criar fatos relevantes na mídia paranaense, ajudaram no crescimento do PT, no Estado. A organização demonstrou uma capacidade de impor-se como alternativa política e mito organizacional. Concluiu-se que as estratégias partidárias internas e as ações externas de confronto com o governo peemedebista, somadas a um conjunto de fatores de organização, coesão e clareza nas metas eleitorais, são as razões lógicas da legitimidade e do espaço petista conquistado na arena política paranaense. Esse espaço público gera poder de negociação e de representatividade, gerando perspectivas nas eleições futuras em cargos eletivos variados (executivos e legislativos) nos municípios do interior, na capital e na representação federal (Câmara dos Deputados e Senado).

Palavras-chave: Ações Partidárias; Eleições; Estratégias; Hegemonia; Legitimidade; Mandato; Partido dos Trabalhadores; Razão Comunicativa.

ABSTRACT

This inquiry aimed to understand the strategies developed by the Partido dos Trabalhadores (PT) to obtain legitimacy and a parliamentary mandate at the Paraná Legislative Assembly, in 1987. The methodology used was the case study combined with other procedures of data collect; documentary research in the organization's office and other places; in the mandate archives; in the Public Library of Paraná and Federal University of Paraná (UFPR), history of life and research semi-structural with the first deputy of PT. The conceptual categories are inspired in Gramsci (political hegemony) in Habermas (communicative reason) and other authors from sociology of organizations. The PT got its legitimacy with a speech and actions as a political party by opposing to the parliament base and the government based on Partido e Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) itself, as well as approached to the most different labor union organizations, rural and urban, popular and student movements. It was a novelty in the party's actions due to the first mandate of the party and thus it became a reference to the opposition movements in Paraná. On account of the economic and structural difficulties, the organization didn't get to pass most of its bills and amendments to the state budget, however, it got adversaries from executive and legislative powers with contrary positions to the government base. The strategies of dialogic communication with a lot of sectors of society and the effort to create relevant facts to the media in Paraná, helped on the growing of PT in the State. The organization demonstrated a capacity to assert itself as a political alternative and organizational myth. With this we can conclude that the internal strategies of the party and the external actions in confrontation with the PMDB government and a set of organization factors, cohesion and clarity in the electoral goals, are the logical reasons of legitimacy and PT space on Paraná political arena. This public space became a dealing power and representation, creating optimism to future elections in different posts of the election (executive or legislative) in the interior cities, capital and in the federal representation (Deputy and Senate Chamber).

Key-words: Actions of the Party; Elections; Strategies; Hegemony; Legitimacy; Mandate; Partido dos Trabalhadores; Communicative Reason.

1 INTRODUÇÃO

“Demonstrar que o espírito de partido é o elemento fundamental do espírito estatal é uma das teses mais importantes a defender e, vice-versa, o individualismo é um elemento de caráter animal, admirado pelos estranhos como os atos dos habitantes de um jardim zoológico.”

(Antonio Gramsci)

Pesquisar a construção e a organização do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Paraná, no período compreendido entre 1987 e 1990, constitui uma tarefa sociológica relevante para o pesquisador, para o próprio partido, para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e também para a comunidade paranaense em geral. Caberá aos próximos pesquisadores e/ou estudiosos dos partidos políticos, a tarefa de tecer críticas, emitir sugestões, retificar os equívocos, acrescentar dados e análises, enfim, aperfeiçoá-la. Nessa intenção, inicialmente faz-se necessária a exposição condensada do tema de pesquisa, seus objetivos, as hipóteses, as bases teóricas e as categorias analíticas que nortearam a construção dos capítulos desta dissertação.

Em primeiro lugar, por que a pesquisa transcende o estudo de um único partido, de sua organização e estruturação? Para compreender isso, necessário se faz investigar o contexto sócio-político em que está inserido, assim como o Poder Legislativo, os atores sociais internos (assessores, deputados, militantes) e os atores sociais externos (populares, imprensa, sindicatos).

Em segundo lugar, trata-se de um estudo pioneiro no Mestrado de Sociologia das Organizações do Programa de Pós-Graduação em sociologia, da Universidade Federal do Paraná. Assim sendo, a carência de estudos sobre o Estado do Paraná e, especialmente sobre os partidos políticos presentes historicamente no Estado, constitui-se como tema privilegiado teórica e empiricamente, capaz de revelar as relações entre os interesses individuais e os interesses coletivos materializados nas organizações paranaenses. Conforme alerta Gramsci na epígrafe acima, é necessário fortalecer o “espírito estatal” através de

ações e instituições democráticas, para minimizar os efeitos públicos do apoliticismo, ou seja, do individualismo que gera ações em si, lutas pelas lutas e isolamento.

Essas justificativas originam-se deste interesse pela história complexa e singular dos partidos políticos nas últimas décadas, sem desprezar evidentemente, a formação do passado geopolítico paranaense. O recorte sociológico, entretanto, é capaz de oferecer subsídios criativos para eventuais digressões necessárias ou acidentais. Durante a leitura do trabalho e na conclusão, demonstrar-se-á que houve uma análise teórico-empírica suficiente.

Os efeitos de determinada organização partidária (no caso, o PT), podem ser percebidos nas mais diferentes esferas sociais e também, no cotidiano dos seus participantes. A construção e o desenvolvimento do partido político revelam a racionalidade, a forma de comunicação, os interesses, as necessidades e as aspirações por poder, *status* e visão de hegemonia política. A ação partidária é uma ação com objetivos pré-determinados ou circunstanciais. Os objetivos são pré-determinados porque implicam em planejamento, estruturação de metas e análise da realidade sócio-econômica, para consolidar parcerias ou alianças que possibilitem a construção de uma sociedade diferente da atual. Assim, os objetivos são circunstanciais porque visam melhorar as condições gerais ou específicas de vida, de trabalho, de saúde, de educação e de moradia.

A ação partidária envolve múltiplas áreas da sociedade. Promove alteração orgânica ou estrutural em associações de moradores, nos movimentos populares de luta por terra ou moradia, nos sindicatos patronais ou de trabalhadores, nas famílias tradicionais ou emergentes, na educação pública ou privada e, nos outros partidos políticos. A consciência e a participação voluntárias são ferramentas partidárias e criam uma ruptura entre os interesses individualistas e os interesses coletivos. Por outro lado, a indiferença e a negação sistemática em não participar das ações partidárias, geram um descompasso nas eventuais e necessárias mudanças globais ou regionais da sociedade. Destarte, ser um ator social conservador ou ser alguém progressista, não significa ser um revolucionário.

O discurso ou a opção moral por si só não garantem uma ação partidária orgânica e criativa. Tanto o ator social denominado conservador ou aquele

denominado progressista podem ser extremamente ativos na defesa de seus interesses e necessidades. De outro modo, por trás de determinados discursos conservadores ou progressistas, podem residir a apatia, o imobilismo e a indiferença partidária. A sensibilidade e o espírito estatal são testados diariamente na democracia moderna, em âmbito nacional ou local. Os objetivos deste trabalho traçam, teoricamente, a vontade cognitiva de encontrar, num estudo de caso, o meio-termo entre a indiferença política e a participação meramente partidária dos paranaenses. Pretende mostrar a dinâmica dos jogos de linguagem e de interesses presentes na Assembléia Legislativa do Paraná – tendo como objeto de estudo, o Partido dos Trabalhadores em seu primeiro mandato, com Pedro Imo Tonelli.

A visão particularizada de um partido político, todavia, implica a consciência metodológica de que um partido é importante no processo geopolítico, não apenas observado em sua organização interna (tendências internas, estatuto, regimento, entre outros), mas também, na sua organização externa. A ação partidária é uma ação comunicativa, é uma práxis dialógica capaz de produzir resultados positivos ou nefastos para o bem público, para a sua organização estatal executiva, legislativa ou jurídica. Não é um *marketing* eleitoral, uma disputa simbólico-publicitária entre um agente e um paciente partidário.

O partido carrega consigo, latente, a somatória de sonhos, necessidades, interesses e busca por hegemonia política. A bandeira ou sigla partidária, mais que enfeite, é um compromisso ético de aperfeiçoamento da natureza humana instintiva, para uma natureza político-racional capaz de equilibrar o ator social, dando-lhe bom senso para perceber que os instintos, a afetividade e a racionalidade convergem para as opções partidárias. Aqui, o conceito de partido é tomado como resultado de uma ação consciente, orientada num determinado sentido e com objetivo definido. Não se traduz meramente numa sigla, numa estrutura burocrática de governo.

A ação partidária é a orientação, o rumo e a proposta que toda organização pretende ter e seguir, para atingir a vida das pessoas. Assim, pode-se falar em ação partidária no sindicato, na associação de moradores, no movimento de luta por moradia ou por terra, nas igrejas, no Estado e nos partidos políticos. A busca por hegemonia, ou seja, por domínio da situação material e pessoal, materializa-se

nessas esferas. No Estado do Paraná e, em especial, na Assembléia Legislativa, a ação partidária em vista da hegemonia está presente. A pesquisa ora apresentada, procura apresentar dados, categorias analíticas, informações e testemunhos de pessoas que ajudam a entender a ação de determinado partido e de seus atores.

A escolha do Partido dos Trabalhadores, para tanto, deve-se a dois fatores principais: por um lado, é uma organização que não foi estudada anteriormente (na Assembléia Legislativa), mesmo tendo posições e ações oposicionistas ao grupo político dominante no Paraná; por outro lado, pela proximidade deste pesquisador em relação aos membros do partido e ao acesso a documentos relevantes que facilitam e garantem a viabilidade do projeto.

1.1 OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

1.1.1 Objetivo Principal

Compreender o crescimento do Partido dos Trabalhadores, a partir das peculiaridades e estratégias que possibilitaram a conquista do primeiro mandato na Assembléia Legislativa do Paraná – construído e organizado entre 1987 e 1990, no cenário político paranaense.

1.1.2 Objetivos Específicos

Levantar as informações, dados e testemunhos dos militantes e adversários do Partido dos Trabalhadores, visando perceber se as ações partidárias adotadas foram eficientes para estabelecer a organização no cenário político do Paraná, como um partido legitimamente eleito e com representação social qualificada;

Refazer o cenário geopolítico no Brasil e no Paraná, no período que vai do Golpe de Estado em 1964 até o período da redemocratização na década de 1980, para verificar a origem ideológica do Partido dos Trabalhadores;

Analisar as ações e relações do Partido dos Trabalhadores, estabelecidas no decorrer do mandato, para confirmar a idéia de que a organização representa e

defende os interesses dos trabalhadores no poder legislativo, por meio de fiscalização contínua do poder executivo.

Para comprovar ou não, o objetivo principal e os objetivos específicos desta dissertação, a pesquisa está distribuída em capítulos e subcapítulos.

O segundo capítulo, **Procedimentos Metodológicos e Técnicos**, contém a descrição resumida dos métodos, materiais e técnicas usadas para o presente estudo de caso, visando aperfeiçoar a análise com a conseqüente correção dos equívocos lingüísticos, sociológicos e metodológicos. Procura-se justificar, com isso, as limitações teórico-práticas do pesquisador mas, sobretudo, dá ao trabalho rigor e coerência metodológica, clareza nos objetivos, visão científica das hipóteses e generalizações construídas. O problema de pesquisa, as hipóteses (principal e secundárias) da investigação, os instrumentos de coleta e análise de dados que são os procedimentos, técnicas e métodos conhecidos e aqueles construídos durante a pesquisa, foram expostos e analisados.

No terceiro capítulo, **O Regime Militar no Brasil**, a abordagem recai sobre a trajetória dos partidos políticos brasileiros a partir do Golpe de Estado de 1964 até o período da redemocratização na década de 1980, visando compreender a presença do Partido dos Trabalhadores no poder legislativo paranaense, sua busca pelo espaço político-legislativo e seu modo de dialogar com a sociedade paranaense. Resumidamente, os subcapítulos tratam do contexto inicial do Golpe de Estado no Brasil, sobre o contexto dos Atos Institucionais (AIs) no Regime Militar e, enfim, sobre a decadência do Regime Militar, o debate sobre o pluripartidarismo e o Partido dos Trabalhadores, nessa conjuntura.

O quarto capítulo, **UMA ABORDAGEM SOCIOLOGICA DAS ORGANIZAÇÕES**, indica os autores e obras anteriormente publicadas, que este pesquisador usou como “chave de leitura da realidade” ou, em outras palavras, o arsenal teórico construído acerca do estudo sobre o nascimento e a construção dos partidos políticos, ao longo dos tempos. As contribuições mais relevantes ou mais acessíveis são usadas para qualificar a discussão sobre o assunto, especialmente na linha de pesquisa sobre o Estado, Atores e Organizações Políticas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações da Universidade Federal do

Paraná. Os subcapítulos tratam da visão panorâmica da racionalidade organizacional e da busca de hegemonia política pela razão comunicativa: o caso do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa.

Os autores e obras citadas, entretanto, não foram apresentados apenas nesse capítulo, sendo situados durante a evolução da pesquisa em momentos oportunos, seja para embasar e melhor explicar determinadas idéias ou afirmações, seja para clarear pontos confusos ou ainda, para refutar resultados anteriormente obtidos.

No quinto capítulo, **O PARTIDO DOS TRABALHADORES PARANAENSE E A ORGANIZAÇÃO DO PRIMEIRO MANDATO PARLAMENTAR**, a análise se baseia nos atores sociais e fatos marcantes que contribuíram para a eleição do primeiro parlamentar petista, visando a confrontar as estratégias de campanha e a organização do mandato com os resultados obtidos durante o mandato e a relação deste com a sociedade civil organizada, com os demais partidos, com a mídia, entre outros. As subseções abordam o primeiro mandato do PT: seus atores e fatos relevantes; o envolvimento direto do PT com a sociedade civil organizada, seus atores e entidades; o mandato petista, a organização do gabinete e as influências externas; o Partido dos Trabalhadores paranaense e seu crescimento gradativo; o cotidiano do gabinete, projetos, emendas, recursos e fiscalização.

No sexto capítulo, **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, procede-se à análise comparativa do quadro eleitoral no Paraná e no Brasil, a organização vista por dentro na década de 1980 – principalmente no ano de 1986, visando demonstrar ou verificar a terceira hipótese de trabalho (delimitada no segundo capítulo). Os subcapítulos trazem a aplicação dos conceitos de hegemonia e de razão comunicativa na luta partidária e eleitoral; a análise do Partido dos Trabalhadores sob a ótica do contexto político-partidário no Estado e na Assembléia Legislativa em 1986 e, finalmente, o Partido dos Trabalhadores e a racionalidade econômica.

Vale ressaltar, por fim, que as **CONSIDERAÇÕES FINAIS** trazem a recapitulação sintética dos resultados, ensinamentos e considerações sobre alguns aspectos e pontos específicos que a pesquisa apontou como relevantes. As consequências e/ou desdobramentos desses aspectos, assim como algumas

indicações teóricas e empíricas, foram mencionadas para incentivar outros pesquisadores na tarefa sociológica de construir a história dos partidos políticos paranaenses, através da história e da vida dos paranaenses, de suas aspirações, de suas preferências políticas e de sua herança social e étnica. Resgata, também, as limitações da pesquisa.

Na parte final da dissertação, **INTEGRA DA ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI**, se reproduz fielmente, na medida do possível, a entrevista com Pedro Tonelli: história de vida e lições de história da vida política paranaense.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

“Método científico implica, portanto, em suceder alternativo de reflexão e experimento. O cientista elabora idéias ou hipóteses definidas, à luz do conhecimento disponível; concebe e realiza experimentos para verificar essas hipóteses. O conhecimento se amplia e o ciclo prossegue, indefinidamente, sem que nunca se alcance a certeza absoluta, mas sempre conseguindo generalidade maior e possibilitando crescente controle do ambiente.”

(Weatherall)

Este capítulo objetiva a explicação da metodologia utilizada para a realização dos objetivos da dissertação, conforme indicado na *Introdução*. Os procedimentos metodológicos utilizados são importantes para identificar as atividades práticas adotadas e necessárias para o desenvolvimento lógico e intelectual das etapas de pesquisa. Indica, assim, como foram coletados os dados e informações que permitiram a realização de cada capítulo e também do resultado final do trabalho iniciado ao final do projeto de pesquisa. Apresenta o problema de pesquisa, as hipóteses principal e secundária, os procedimentos de investigação e as limitações do trabalho, devidamente explicadas.

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As questões suscitadas na seção anterior (*Introdução*), não foram suficientes para garantir a delimitação ou esclarecimento total desta pesquisa, porque não contém uma resposta possível, haja vista que “...o problema é um enunciado interrogativo que questiona sobre a possível relação que possa haver entre (no mínimo) duas variáveis, pertinentes ao objeto de estudo investigado e passível de verificação ou observação empírica.” (KÖCHE, 1997, p. 108). Assim, o problema que orientou a dissertação, além dos questionamentos iniciais, centra-se na seguinte indagação, mais qualificada e específica:

Que estratégias o Partido dos Trabalhadores desenvolveu para garantir seu espaço na Assembléia Legislativa do Paraná, sobrevivendo e crescendo em sua dinâmica partidária, no cenário político paranaense?

2.2 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

2.2.1 Hipótese Principal

O Partido dos Trabalhadores legitimou-se na sociedade paranaense, conquistando espaços de intervenção parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná, mediante oposição sistemática aos projetos de lei dos partidos de situação da base governista, que julgava nefastos ou desnecessários para o Paraná. Para tanto, construiu alianças internas e externas (sociedade civil organizada), como estratégia de captação de poder e espaço político. Com isso, conquistou experiência parlamentar suficiente para encontrar meios de aprovar projetos e emendas que beneficiaram as instituições organizadas e a sociedade paranaense.

2.2.2 Hipóteses Secundárias

Na organização da campanha eleitoral, o Partido dos Trabalhadores do Sudoeste (Capanema) contou com simpatizantes e militantes da Igreja Católica, de sindicatos rurais, urbanos e de outros segmentos, o que favoreceu o conhecimento territorial e demográfico, a captação de recursos materiais e humanos e a infraestrutura para reuniões e encontros;

A eleição do primeiro deputado favoreceu o partido no enfrentamento do cenário geopolítico paranaense – caracterizado pela hegemonia do PMDB e das famílias tradicionais – porque possibilitou infraestrutura mínima e um referencial na Assembléia Legislativa do Paraná, para militantes e para as organizações que apoiaram as ações do mandato;

O crescimento e a legitimidade do Partido dos Trabalhadores diante da sociedade paranaense, deu-se também pelo fato de a década de 80 ser marcada pelo pluripartidarismo e pela luta da redemocratização (resultado do enfraquecimento do poder militar desde o Golpe de Estado de 1964);

O caráter democrático e participativo, do mandato do deputado Pedro Tonelli, aproximou os militantes e simpatizantes que ajudaram na construção de idéias, projetos, emendas e demais demandas. Com isso, a presença de tendências internas não provocou significativos problemas ou oposição;

Apesar da estratégia mais ou menos consciente da construção de uma relação dialógica com a sociedade paranaense, em vista da hegemonia de idéias e de poder, o Partido dos Trabalhadores não conseguiu um enfrentamento quantitativo significativo frente aos partidos de situação (PMDB, PDT, PFL, PSDB, PTB), mas cresceu enquanto outros partidos decresceram (PMDB, PDS, PDT, entre outros).

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Esta dissertação trata de um estudo de caso para compreender a arena política da Assembléia Legislativa do Paraná – centro de disputa de poder, de representatividade e de legitimação das ações partidárias, a partir de uma organização específica e dela representativa: o Partido dos Trabalhadores (PT). A opção pelo recorte temporal (1987-1990) deve-se ao fato de o pesquisador não dispor de condições humanas e materiais para desenvolver uma pesquisa de abrangência global, ou seja, estudar as disputas eleitorais que o PT empreendeu nos anos entre 1982 até 2000.

A preocupação é de produzir uma pesquisa qualitativa, coerente e centrada no estudo de caso, conforme alerta SANTOS (1999, p. 28-9) quando afirma que “selecionar um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos é o estudo de caso, cujo objeto pode ser qualquer fato/fenômeno individual, ou um de seus aspectos. É também comum a utilização do estudo de caso quando se trata de reconhecer num caso, um padrão científico já delineado, no qual possa ser enquadrado.”

Desse modo, a pesquisa realizada procura demonstrar que o Partido dos Trabalhadores, através de seu deputado Pedro Tonelli, trouxe à tona algumas práticas políticas diferenciadas e que, por motivação didática, foram chamadas de “ações partidárias oposicionistas” em confronto com as “ações partidárias situacionistas” ou “ações partidárias conservadoras” da base de sustentação do

governo executivo paranaense, na figura do Governador Álvaro Dias, do PMDB. Todavia, para estabelecer um referencial teórico conhecido, o estudo trouxe consigo as contribuições dos teóricos da Sociologia das Organizações (conforme se nota nas próximas seções), o que subsidia e credencia as discussões.

Para operacionalizar a tarefa proposta, as técnicas de coleta de dados foram necessárias e serviram de apoio para os resultados obtidos. Diferentemente dos métodos que são “os procedimentos mais amplos de raciocínio, [as] técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados,” (SEVERINO, 2000, p. 162) portanto, este capítulo visa identificar os instrumentos utilizados para a pesquisa e não o seu conteúdo propriamente dito. Em outras palavras, visa demonstrar o formato das técnicas e os resultados possíveis de sua aplicação que, no transcorrer do trabalho, serão percebidos confirmando ou não sua eficácia. Nesse sentido, foram utilizadas algumas técnicas: observação participante, levantamento de dados quantitativos, pesquisa documental qualitativa, pesquisa exploratória, relato oral em forma de história de vida e entrevista semi-estruturada.

A utilização da técnica de observação participante na coleta de dados, é resultado direto da coincidência da presente pesquisa ser realizada na organização em que o pesquisador, há algum tempo, mantém conhecimento pessoal por meio de militantes, funcionários e dirigentes. Todavia, é necessário lembrar que não se escolhe um determinado objeto de estudo pelo simples fato de haver envolvimento pessoal do pesquisador, mas, tão somente, quando o estudo pode oferecer alguma contribuição para a sociedade ou, pelo menos, para determinados segmentos.

Quando, se é possível aliar um projeto de pesquisa com um objeto de estudo participante, então os resultados tendem à eficiência e à coerência e, para evitar que haja um subjetivismo prejudicial ao resultado esperado, é necessário um distanciamento emocional e ideológico, mesmo porque o método sociológico de análise das organizações é um método reconhecidamente científico.

No presente estudo, a observação participante auxiliou quanto à confiança nas fontes consultadas, favoreceu o acesso aos documentos originais do partido, propiciou confiança por parte da organização, possibilitou o confronto entre o

discurso oficial e as ações partidárias concretas e assim por diante. O resultado, como indica Fernandes (1976), é a utilização mais acurrada da sensibilidade na escolha de informantes e dados. Mesmo porque o acompanhamento das atividades do partido na atualidade facilita o entendimento do período que foi estudado, por aproximação. Assim, “embora não possa alcançar a verdade e nem a probabilidade, o esforço por conhecer e a busca da verdade continuam a ser as razões mais fortes da investigação científica.” (Popper, 1975, p. 506)

A quebra no limite entre a objetividade e a contaminação pessoal na pesquisa, é sempre uma possibilidade em qualquer esfera de investigação. Desse modo, a técnica de “observação participante” neste estudo, propiciou uma técnica derivada, a técnica da “participação observante” (CARDOSO, 1986) que permite separar o pesquisador do militante ativo. A partir do início dessa dissertação, em 2001, esse distanciamento pessoal se fez na observação realizada com: visitas à secretaria estadual do PT, aos atuais gabinetes de deputados petistas, à casa de Pedro Tonelli, em Capanema, na participação em encontros municipais e estaduais, em conversas com militantes e assessores do primeiro mandato, entre outros.

O levantamento de dados quantitativos, criou condições para a verificação empírica das ações partidárias do PT entre 1987 e 1990, o que facilitou o confronto entre as estratégias de campanha com as práticas desenvolvidas, durante o mandato, na Assembléia Legislativa e nas atividades denominadas “atividades de base” (no interior paranaense). Procurou-se verificar, nos documentos internos e externos, a organização, as ações eficientes e as ações ineficientes, ou seja, aquelas que tiveram ou não tiveram repercussão esperada na sociedade paranaense, especialmente as que diziam respeito aos mais variados tipos de denúncia sobre ações irregulares dos parlamentares ou do Governador.

A pesquisa documental procurou, além de manter um rigor conceitual no debate teórico a partir da literatura específica que o campo de investigação requer, identificar os materiais empíricos de maior relevância (provisória): Anais da Assembléia Legislativa do Paraná; o Diário Oficial; reportagens de jornais; boletins informativos do mandato, depoimentos, documentos e projetos que foram apresentados pelo parlamentar petista. Nessa pesquisa, a abordagem teórica foi

qualitativa porque partiu do princípio de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Assim, o objeto não é um dado inerte e neutro, pois está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. A construção do objeto se faz, aqui, de acordo com a riqueza teórica, busca e encontro que a pesquisa possibilitará, “cujos dados só fazem sentido através de um tratamento lógico secundário, feito pelo pesquisador.” (SANTOS, 2001, p. 30)

Para cumprir o objetivo principal da dissertação, que é o de compreender o crescimento do Partido dos Trabalhadores, a partir das peculiaridades e estratégias que possibilitaram a conquista do primeiro mandato na Assembléia Legislativa do Paraná (construído e organizado entre 1987 e 1990, no cenário político paranaense), adotou-se também algumas técnicas da pesquisa exploratória porque ela se apresenta como adequada para analisar um fenômeno que ainda não foi investigado sistematicamente. Assim, é necessário desenvolver e desencadear um processo de investigação que identifique a natureza desse fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar, descrevendo e caracterizando-as tanto pelo aspecto qualitativo quanto quantitativo. Nesse sentido, “o raciocínio científico é diálogo exploratório que sempre se pode resolver em duas vozes ou episódios de pensamento, imaginativo e crítico, que se alternam e interagem.” (MEDAWAR, 1975, p. 238)

A técnica de relato oral em forma de história de vida e entrevista semi-estruturada foi desenvolvida com o auxílio de uma gravação em cassete e com transcrição posterior. Essa atividade se realizou na prefeitura municipal de Capanema, na sala onde, atualmente, Pedro Imo Tonelli trabalha como Secretário de Obras, no dia 17 de fevereiro de 2001, entre 10 e 12 horas da manhã.

Com o relato oral, surgiram questões de ordem objetiva. Ao mesmo tempo em que a entrevista trouxe informações, dados e detalhes sobre a construção do mandato do PT, seu desenvolvimento e seus resultados, constituindo-se numa fonte potencializada e legitimada da vida do entrevistado, seja na experiência pessoal ou profissional. Também essa entrevista carrega as intenções, motivações e memórias

de vida nem sempre precisas e documentadas, tornando-se uma fonte parcialmente confiável. Todavia, pela confiança do pesquisador na seriedade da fonte e pela liberdade intelectual e volitiva que a entrevista oral permite, é um recurso útil e eficiente.

Desse modo, pode-se afirmar que na entrevista oral “por se tratar de um relato autobiográfico, a história de vida pode conter distorções resultantes das intencionalidades e visões de mundo do narrador. No entanto, pode permitir a construção de uma ponte entre a vida individual do entrevistado e seu contexto social.” (HOROCHOVSKI, 2000, p. 17) Há um confronto fecundo entre o mundo objetivo dos fatos e dados e o mundo da subjetividade e da criatividade.

O conjunto de questões na entrevista semi-estruturada (Anexo 1) propiciou ao entrevistado a oportunidade de manter viva a memória de seu partido, revivendo também as emoções, dificuldades e momentos de realização pessoal e partidária, o que, certamente, configura um momento ímpar de registro histórico da organização em que credenciou suas aspirações e ações. Embora haja a técnica de questões fechadas, neste caso, a liberdade de fala foi mais adequada ao estudo em questão.

A escolha de um agente tem explicação e razão de ser. As possibilidades de informações, dados e fatos que várias histórias de vida podem trazer são relativamente mais eficientes e representativas, porém, nesta pesquisa, o relato do primeiro deputado estadual tornou-se suficiente em confronto com os documentos analisados, sejam eles produzidos pela organização, sejam produzidos por outras instituições (a íntegra da entrevista consta do Anexo 2). De outro lado, a pesquisa foi estruturada para permitir ao pesquisador as fontes de dados e informações diversificadas, o que evita uma possível visão unilateral do objeto pesquisado.

A escolha de determinada técnica pode suscitar algum desconforto metodológico, porém, “pode-se dizer que a segurança da ciência depende de que haja homens mais preocupados pela correção de seus métodos que pelos resultados obtidos mediante seu uso, sejam quais forem estes.” (COHEN e NAGEL, 1971, p. 245) O relato oral, a qualidade e quantidade de informações, dados e fatos compensaram os possíveis equívocos e intencionalidades e auxiliaram inegavelmente na confecção dos resultados da investigação.

3. O REGIME MILITAR NO BRASIL

Neste capítulo, resgatou-se a recente história político-partidária brasileira, para localizar o Partido dos Trabalhadores no tempo e espaço das organizações partidárias paranaenses presentes na Assembléia Legislativa do Paraná, no período compreendido entre o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 até a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 5 de outubro de 1989, e o fim do primeiro mandato do PT em 1990.

Depois de uma análise sociológica e histórica dos procedimentos de força tomados pelos militares brasileiros em relação aos representantes políticos, às instituições (Congresso, Judiciário, entidades organizadas da sociedade civil, partidos políticos, entre outras) e a todos os "inimigos internos" (pessoas contrárias ao regime militar das mais diversas matizes, simpatizantes do comunismo, intelectuais de oposição, entre outros) com a criação dos atos institucionais (AI), abordou-se, resumidamente, a transição do pluripartidarismo ao bipartidarismo da Arena e do MDB de 1965 e deste ao pluripartidarismo de 1979.

O capítulo abordou, ainda, o período da redemocratização brasileira, fazendo menção ao processo de construção da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que estabeleceu a normalidade democrática para eleições livres no país; o primeiro turno das eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989 e o segundo turno de 17 de dezembro do mesmo ano. Enfatizou a garantia do exercício dos mandatos em andamento (governadores, senadores, deputados, vereadores, prefeitos) e os princípios fundamentais da democracia republicana, a saber: soberania, cidadania, dignidade, trabalho, livre iniciativa e pluralismo político¹. Neste sentido, foram tratadas as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, porque o Partido dos Trabalhadores apresentou candidato próprio nesses pleitos. Como efeito, estudou-se a eleição do 1º mandato eletivo petista e suas conseqüências imediatas.

¹ Para entender melhor essas prerrogativas constitucionais, vide "Constituições Federal e Estadual", editado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Paraná, no artigo 1º da Constituição da

A última parte deste capítulo versou sobre a delimitação do problema de pesquisa. Interessou discutir as estratégias que os militantes do PT utilizaram para alcançar uma vaga na Assembléia Legislativa do Paraná, sua noção de partido, suas alianças e motivações. Foram confrontadas a teoria política sociológica clássica sobre os partidos políticos e a prática e a fundamentação teórica dos membros desse partido, visando estabelecer mecanismos de compreensão do processo inicial de formação de uma oposição de esquerda no período de redemocratização das instituições civis no Paraná, especificamente entre 1986 e 1990. Pretende-se, grosso modo, aplicar duas categorias conceituais como chave de leitura sociológica e filosófica: os conceitos de hegemonia e razão comunicativa.

3.1 CONTEXTO INICIAL DO GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

A recente história política brasileira tem sido marcada por contradições, lutas ideológicas, sociais e políticas. Para o presente estudo, interessa particularmente a trajetória de surgimento e consolidação dos partidos políticos. Todavia, não se pode esquecer que essas organizações da sociedade civil dependem de seu contexto sócio-histórico. Assim, o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 representa um marco na trajetória partidária brasileira.

Os antecedentes desse evento são encontrados em dezenas de publicações, como artigos, livros, revistas e teses de pós-graduação². Desse modo,

República Federativa do Brasil, Título I: Dos Princípios Fundamentais, p. 3. Sobre os mandatos em andamento e as eleições diretas, ler os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, p. 127.

² A indicação de documentos ou fontes bibliográficas sobre o período em questão, é uma tarefa árdua porque nem sempre os autores citados são considerados confiáveis ou dignos de nota. Cabe, ao leitor interessado, após a análise das obras, fazer suas críticas e elogios. No presente trabalho, como não é possível um detalhamento melhor dos antecedentes do Golpe Político-Militar de 1964, recomenda-se algumas leituras complementares: ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais: um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 1985; BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando a História); BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: Quiróz, 1982; GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; REALE, Miguel. **Imperativos da revolução de março**. São Paulo: Martins, 1965; SKIDMORE, Thomas. **Brasil, de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1969; SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; entre outros.

se resgatou neste capítulo, alguns fatos históricos que originaram o Golpe de Estado e que modificaram a relação entre a sociedade brasileira e os partidos políticos.

No início da década de 60 a sociedade brasileira estava dividida entre a manutenção da herança "varguista" na condução do Estado Brasileiro e a implantação de uma nova direção política nacional com Jânio Quadros. Nas eleições presidenciais de 1950, Getúlio Vargas foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com aproximadamente 49% dos votos válidos, o que lhe deu fôlego institucional e uma aliança com setores trabalhistas e sindicais.

A situação social e econômica do Brasil na década de 1950 – de inflação, de congelamento dos salários e da anulação do direito de greve que o Presidente e General Eurico Gaspar Dutra havia imposto à sociedade pelo Decreto-Lei 9070 – favoreceu o discurso populista de Getúlio Vargas ("voltei nos braços do povo", era seu lema) dando-lhe o mandato no período de 1951-56 e, mesmo tendo uma coligação forte entre o seu partido PTB com o Partido Social Democrático (PSD), teve dificuldades de dialogar com a oposição da União Democrática Nacional (UDN)³. Com posições populistas e nacionalistas (criação da Petrobrás em 1953, aumento de 100% no salário mínimo congelado e controle das remessas de lucros das empresas estrangeiras), o Presidente Vargas ganhou aliados e também grandes adversários.

O deputado e representante da oposição udenista Carlos Lacerda, por exemplo, seja da Tribuna da Câmara ou no Jornal Tribuna da Imprensa, fazia crítica constante a Vargas (ora acusando-o de corrupto ora acusando-o de formador de uma "república sindicalista"). Com os ataques persistentes de Lacerda, aos poucos, Vargas foi recebendo oposição de setores militares das Forças Armadas e de grupos empresariais favoráveis ao capital estrangeiro. O estopim da crise deu-se, num

³ Em fevereiro de 1945, Getúlio Vargas cedeu às pressões internas e realizou uma Reforma Constitucional, que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo iniciado em 1937, instaurando as eleições livres nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo, a anistia para presos políticos e a constituição de processo para a formação de partidos políticos legalizados. Surgiram vários partidos, dentre eles: União Democrática Nacional-UDN (centro-direita conservadora); Partido Social Democrático-PSD (centro); Partido Trabalhista Brasileiro-PTB (centro-esquerda); Partido Social Progressista-PSP (centro-direita); Partido Comunista Brasileiro-PCB (esquerda); Partido de Representação Popular-PRP (direita).

possível atentado a Carlos Lacerda na rua Toneleros, na cidade do Rio de Janeiro em agosto de 1954.

A imprensa noticiou que esse atentado havia sido promovido por Gregório Fortunato (guarda-costas de Vargas), o que bastou para aumentar os boatos da ligação do Presidente com o atentado. Lacerda saiu ferido de raspão, porém, seu acompanhante, o major Rubens Vaz, da Marinha, acabou por falecer. A oposição aproveitou a ocasião para exigir a renúncia de Vargas. Dessa forma,

o equilibrismo ambíguo do governo constitucional de Vargas, de 1950 a 1954, terminou por lhe ser fatal, pois nem se amoldava aos interesses dos monopólios estrangeiros, que crescentemente avassalavam a economia brasileira, nem ousava estimular abertamente a participação popular para impor medidas nacionalizantes. Assim, os planos para depô-lo novamente já se encontravam em pleno andamento, comandados por chefes militares, quando foram travados pelo gesto dramático do seu suicídio, no dia 24 de agosto de 1954. O ato inesperado desencadeou enérgicas manifestações populares em todo o país, dirigidas contra símbolos da presença do capital norte-americano no Brasil. A indignação popular amedrontou a direita militar, que se viu obrigada a interromper sua conspiração e aguardar nova oportunidade. (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 56-7)

A recusa de Vargas em renunciar, levou-o à morte com um tiro no peito (em circunstâncias até hoje não totalmente esclarecidas) e lançou o Brasil num período conturbado social e politicamente. No período entre setembro de 1954 e janeiro 1956 (um ano e quatro meses), três presidentes governaram o País. O vice de Vargas, Café Filho, assumiu o cargo em 3 de novembro de 1954 e abandonou alegando problemas de saúde.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu a presidência, mas a UDN e alguns setores da marinha e da aeronáutica tentaram tomar o poder de suas mãos. Porém, antecipando-se, o Marechal Henrique Teixeira Lott (Ministro da Guerra) depôs Carlos Luz e entregou a presidência para Nereu Ramos, presidente do Senado, que entregou o cargo em janeiro de 1956 ao mineiro Juscelino Kubitschek (o JK), candidato eleito pelo PSD com o vice do PTB, João Goulart (o Jango) – ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas. Eles venceram os candidatos udenistas, respectivamente, o General Juarez Távora e Milton Campos.

Após assumir a Presidência do Brasil, Juscelino Kubitschek “manteve o marechal Lott no Ministério da Guerra, abriu as portas do País ao capital estrangeiro” (HELLER, 2000, p. 18) e implantou o chamado Plano de Metas com o lema “50 anos em 5”, com o qual prometia transformar a economia do Brasil, começando pela melhoria da infra-estrutura da indústria de transformação, em especial a da indústria automobilística.

Com o “plano desenvolvimentista”, administrado pelo Conselho de Desenvolvimento e pelos grupos executivos e de trabalho, como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), por exemplo, seguiram algumas medidas no governo de Kubitschek, dentre as quais se destacam: a implantação da indústria automobilística, a expansão das usinas hidrelétricas, das rodovias, da indústria do aço e da construção naval, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 e a construção de Brasília em 21 de abril de 1960.

Em 31 de janeiro de 1961, JK entregou a faixa presidencial a Jânio Quadros, apoiado pela UDN, que conseguiu chegar finalmente ao poder, derrotando a coligação PSD/PTB que havia apoiado a candidatura do Marechal Lott. Assim, “terminado o mandato de Kubitschek, foi eleito Jânio Quadros, fenômeno populista de rapidíssima ascensão.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 57)

O Presidente Jânio Quadros conquistou a simpatia da classe média com uma estratégia de política interna que norteava sua campanha eleitoral, com o lema da moralização administrativa, cujo símbolo era uma vassoura (artifício popular que provocou uma identificação do eleitorado com o candidato, por se tratar de um objeto-símbolo de limpeza nas moradias). Com apoio da União Democrática Nacional (UDN) e de outros partidos, foi eleito com cerca de seis milhões de votos (recorde na época). Seu governo, todavia, tornou-se inviável devido a suas posições e ações governamentais externas. Seus Ministros da Economia carregavam consigo ligações com grupos econômicos fortes. O ministro Clemente Mariani estava ligado ao Grupo Morgan; o ministro Arthur Bernardes Filho estava ligado ao Grupo Mellon; e, Válder Moreira Sales, estava ligado ao Grupo Rockefeller.

Esperava-se, do Presidente Jânio Quadros, um governo alinhado com os interesses internacionais e, em especial, com os interesses norte-americanos. Isso

não ocorreu da maneira que a UDN e os aliados de direita previam. Na política externa, por exemplo, aproximou-se dos países socialistas, mandou representantes às conferências e/ou eventos socialistas, defendeu a autodeterminação de Cuba frente aos EUA, apoiou o ingresso da China na Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras medidas. A UDN respondeu a essas atitudes e "... passou a hostilizar o Presidente que pretendeu seguir uma política externa independente, de não-alinhamento automático em relação aos Estados Unidos, chegando a cometer a heresia de condecorar o guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul, em pleno Palácio do Planalto." (HELLER, 2000, p. 19)

Pressionado pelo que chamou de forças ocultas,⁴ Jânio renunciou em sete meses, e em seu lugar, assumiu seu vice João Goulart (*Jango*) do PTB. O "seu curto período de governo, autoritário no plano interno e aberto em termos de política internacional, foi truncado por uma renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, que até hoje não foi inteiramente decifrada pelos historiadores. A crise institucional que se seguiu representou o último ato dos preparativos para a ruptura de 1964." (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 57)

Sabe-se, entretanto, que a explicação mais provável para a renúncia é que ela não passou de uma manobra política mal executada. Como seu vice João Goulart, não tinha aceitação por parte dos militares e do Congresso conservador, apostou que sua renúncia causaria comoção entre a população e que voltaria ao comando do País, mais fortalecido. A renúncia foi aceita e Jânio ficou afastado do Executivo, até 1985, quando foi eleito prefeito de São Paulo. Morreu em 1992. A posse de Jango não foi tranqüila, todavia. As aspirações golpistas de militares e de civis continuariam rondando o Poder Executivo, principalmente porque grupos militares acusavam o futuro Presidente de comunista (vale lembrar que Jango foi Ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas). Diante do impasse e da possibilidade de guerra civil "e, enquanto o cunhado Leonel Brizola liderava a campanha pela legalidade, exigindo a posse do Presidente, os caciques políticos se mobilizavam com José Maria Akimim e Tancredo Neves, aprovando às pressas uma

⁴ Na realidade, tais forças encontravam-se na própria coalizão de direita que o elegeu. capitaneada pela UDN e por políticos como Carlos Lacerda que se opuseram a ações de Jânio, como a condecoração da Ordem do Rio Branco a Ernesto Che Guevara, sua política externa independente que visava a aproximação com países socialistas (URSS, China), entre outras coisas.

antiga emenda parlamentarista do deputado Raul Pilla, do Partido Libertador.” (HELLER, 2000, 19)

Os militares não obtiveram sucesso porque foram derrotados pelo movimento cívico encabeçado por um governador civil do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola). O Golpe Militar pré-arquitetado e conservador, mais uma vez foi adiado garantindo-se a legalidade democrática brasileira. A soma de esforços de grande parte dos deputados e senadores, a mobilização sindical, do governador Brizola, do comandante do III Exército, General Machado Lopes e de parte da população, impediram que os militares tomassem o poder.

Os ministros militares da Aeronáutica (Brigadeiro Gabriel Grüm Moss), da Guerra (General Odílio Denis), da Marinha (Almirante Sílvio Heck), o grande empresariado nacional e estrangeiro e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, entre outros, procuraram uma saída honrosa para a situação. Assim, “receosos da guerra civil que se esboçava, os militares novamente recuaram, impondo, no entanto, o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, que retirava poderes do presidente.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 57) Implantou-se o Parlamentarismo através de Emenda à Constituição de 1946 e, nessas condições, Jango assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961 até 6 de janeiro de 1963, quando, por plebiscito, retornou-se ao Presidencialismo.

Com poderes presidencialistas, Jango tentou concretizar um projeto de “Reformas de Base” com medidas áspers, do ponto de vista político (reforma agrária, sindical, universitária, bancária, controle de remessa de lucros ao exterior, voto dos analfabetos entre outras) que não atendia aos interesses de empresários, militares, religiosos e da classe alta. Desse modo, “enquanto se tentava organizar o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Carlos Lacerda acusava o presidente de tentar implantar uma república sindicalista no Brasil. O presidente da UDN, Bilac Pinto, falava em guerra revolucionária e o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, entrou em cena no dia 19 de fevereiro de 1964: “seria ingenuidade não acreditar no perigo comunista”. (HELLER, 2000, p. 19-20)

Os militares apoiados pelos empresários e por setores da classe média, iniciaram passeatas por todo país denunciando o “comunismo” de Jango até que em

31 de março 1964, o Golpe de Estado se consumou, marcando a passagem de uma era de “populismo” para uma era de “militarismo” no Brasil, até 1985.

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família, com Deus, pela liberdade.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 59)

Inicialmente, deve-se deixar claro que os militares não depuseram o Presidente da República João Goulart (Jango), em 1964, num Golpe Militar propriamente dito, pela força das armas (conforme viu-se no documento acima). Sua queda formal foi provocada pelo Congresso Nacional, quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância do cargo presidencial – após Jango ter abandonado a Presidência, provavelmente para evitar derramamento de sangue, e viajado para o Rio Grande do Sul, buscando apoio do então governador gaúcho Leonel Brizola. O Brasil sofreu, em 1964, um golpe político-militar sem resistência armada organizada e planejada.

Em sessão extraordinária do Congresso, foi empossado em seu lugar, como Presidente do Brasil, o Presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzili. Foi “o primeiro Golpe de Estado do Congresso depondo um presidente da República, sem fazer uso dos procedimentos legais do impeachment, previstos na Constituição.” (Costa, 1994, p. 479).

Diz-se que foi um Golpe Militar porque os militares, contrários ao Presidente, articularam-se e deram suporte armado aos setores sociais descontentes – grupos como a Frente Patriótica Civil-Militar, a Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), os empresários de multinacionais, setores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica – que, juntos, convenceram a opinião pública de que Jango queria impor o confisco de propriedades, a abolição das religiões, entre outros. A 19 de março de 1964, por exemplo, cerca de meio milhão de pessoas saíram nas ruas de São Paulo para

protestar na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Assim, “no momento mesmo da deposição de Goulart, procurou-se apresentar a sucessão não como o que ela foi de fato – a derrubada de um mandatário eleito pelo povo e sua substituição por um general indicado pelas Forças Armadas – e sim como uma “eleição indireta”, levada a cabo pelo Legislativo.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 59)

Assim sendo, foi da união entre os setores de diversas camadas da sociedade brasileira – a burguesia industrial e empresarial, militares de diversas patentes, os oficiais da Escola Superior de Guerra e os religiosos – que resultou o Golpe Militar e/ou Golpe de Estado e exílio do então presidente João Goulart no Uruguai, em 04 de abril de 1964. No dia 2 de abril, o Brasil foi governado pelo Comando Supremo da Revolução, uma junta militar com plenos poderes, formada pelo general Artur da Costa e Silva (Ministro da Guerra), pelo vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald (Ministro da Marinha) e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Ministro da Aeronáutica).

A intervenção militar golpista foi ganhando rapidamente as ruas e as instituições. Os sindicatos, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a imprensa, os intelectuais e os políticos de oposição, foram colocados sob suspeita, investigados e proibidos de exercerem suas funções livremente (a censura passou a ser rotina).

O Congresso Nacional apenas referendava a escolha para a Presidência da República entre os militares. Os presidentes gerais, respectivamente, foram: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67); Artur da Costa e Silva (1967-69); Emílio Garrastazu Médici (1969-74); Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-85). Em 1985, a eleição indireta do Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional e por representantes das Assembléias Legislativas Estaduais elegeu como presidente Tancredo Neves, mas este faleceu assumindo seu vice, José Sarney (1985-90).

3.1.1 Os Atos Institucionais (Ais) no Regime Militar

Demonstrado o contexto inicial do Golpe de Estado de 1964, resta percorrer os procedimentos adotados nesse regime, em relação aos partidos políticos. Não cabe aqui analisar os pormenores e os bastidores da história partidária, mas ressaltar algumas medidas autoritárias do Regime Militar que atingiram o partidarismo brasileiro e, em decorrência, o do Paraná.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, estabeleceu a eleição do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (governou de 1964 a 1967) pelo Congresso Nacional; suspendeu direitos políticos de ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart), governadores, senadores, deputados, militares e funcionários públicos “suspeitos”; cassou mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; excluiu a apreciação judicial desses atos e ordenou a intervenção nas agremiações estudantis e sindicais. Assim,

o Comando Supremo da Revolução baixou o primeiro Ato Institucional, redigido pelos advogados fascistas Francisco Campos (o mesmo que elaborou a Constituição ditatorial de 1937) e Carlos Medeiros da Silva. Afirmando que “a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”, esse dispositivo concedia ao Executivo poderes especiais para cassar mandatos e suprimir direitos políticos por até dez anos, para decretar estado de sítio sem aprovação parlamentar e para obrigar o Congresso a aprovar emendas constitucionais. (BARROS, 1998, p. 19)

O Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos existentes no país, cancelando seus respectivos registros e criou dois partidos: um de situação, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e outro de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Além disso, o AI-2 “permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender; torna indiretas as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 61)

O marechal Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº3 (AI-3), em fevereiro de 1966, determinando eleições indiretas para governadores até 1974. Em 7 de dezembro, o mesmo marechal decretou outro dispositivo, o Ato Institucional nº4

(AI-4), que “convocou o Congresso em caráter extraordinário para, no período de 12 de dezembro daquele ano a 24 de janeiro de 1967, discutir, votar e promulgar projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. Esta “constituição” consolidou a extensa legislação revolucionária de quatro atos institucionais e cerca de cem decretos leis.” (HELLER, 2000, p. 22)

Em 15 de março de 1967, assume a Presidência do Brasil (com 86 milhões de habitantes) o marechal Artur da Costa e Silva. Em seu governo, foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que estabeleceu plenos poderes ao Poder Executivo nas cassações de mandatos, na suspensão de *habeas-corpus*, no exílio para dissidentes e na censura prévia da imprensa. A ditadura sem disfarces de Costa e Silva, ao contrário dos demais, não estabelecia prazos em seus atos institucionais e, mesmo assim, tinha o apoio da chamada “linha dura” dos militares golpistas.

Em agosto de 1969, ocorre o episódio obscuro da enfermidade que afastou Costa e Silva da presidência e ensejou um “Golpe Branco” desfechado pelos três ministros militares ao impedirem a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo.

A resistência armada intensifica suas ações e parte para os seqüestros, exigindo em troca a liberdade de presos políticos; a Junta Militar, por sua vez, adota as penas de morte e banimento, tornando mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898), além de outorgar uma Constituição mais autoritária, que é batizada de Emenda Constitucional nº 1. O Congresso Nacional é reaberto para referendar o nome do general Emilio Garrastazu Médici, indicado para a presidência da República, após uma luta surda nos quartéis. (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 62-3)

Durante a vigência do AI-5, a censura militar, sob o comando do marechal Costa e Silva, contabilizou atos arbitrários contra as manifestações artístico-culturais brasileiras, interferindo na produção cinematográfica, teatral, literária, acadêmica, musical, televisiva, entre outras intervenções. Os direitos civis, políticos e militares também sentiram o *argumento da força*, em atos de cassações, prisões, demissões, afastamentos sem justa causa, condenações duvidosas e outras ações semelhantes. No quadro abaixo, há indicação de alguns desses atos arbitrários.

QUADRO 1 – atos da censura militar no AI-5

ATOS ARBITRÁRIOS CONTRA AS ARTES	ATOS POLÍTICOS ARBITRÁRIOS
500 filmes proibidos	313 cassações de mandato
450 peças de teatro vetadas	348 aposentadorias compulsórias
200 livros censurados	139 militares reformados
100 revistas retiradas de circulação	129 demissões de executivos de governo
50 letras de música cortadas	66 direitos políticos perdidos
12 capítulos de novela cancelados	

Fonte: Zuenir Ventura (1968 – O Ano que Não terminou); luperj

A partir da posse na Presidência do general Médici, em 30 de outubro de 1969, o Brasil passou por outra fase violenta no período militar. No governo do general Médici, criaram-se órgãos oficiais de prisão e tortura, como o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), a partir de um órgão clandestino de São Paulo denominado de Operação Bandeirantes (OBAN). A OBAN foi criada em 1969, sendo administrada pelo general Canavarro Pereira (comandante do II Exército), pelo jurista Hely Lopes Meirelles (Secretário de Segurança de São Paulo) e pelo major Waldir Coelho, do Exército, com sede no 36º Distrito Policial da rua Tutóia, em São Paulo. As verbas para o funcionamento desse órgão de tortura, supostamente, vinham de grandes empresas internacionais, como a Ford, a General Motors e a Ultragás.

A década de 1970 toma-se contraditória e complexa de ser analisada em relação ao governo do general Médici. De um lado, o lema era “Segurança e Desenvolvimento” com aparatos de segurança institucional (como viu-se acima) e “de outro lado, o país vive a fase do “milagre econômico”, dos projetos de impacto e das obras faraônicas, como a ponte Rio-Niterói [o Programa Nacional do Álcool-Proálcool, Ferrovia do Aço] e a rodovia Transamazônica, num clima de ufanismo insuflado pela propaganda oficial, com a imprensa amordaçada pela censura.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 63) Após o “Governo Médici”, a imagem do Brasil ficou marcada pela conquista da Copa do Mundo do México, pelo “milagre econômico” e pela escalada da tortura e da repressão.

Além disso, em seu governo autoritário o general Médici enfrentou uma escalada de lutas armadas no país, com sequestro de diplomatas estrangeiros,

desvios nas rotas de aviões, assaltos a bancos, atentados a bomba, movimentos guerrilheiros no Vale do Ribeira (São Paulo) e na região do Araguaia (Pará), entre outras ações semelhantes. Os grupos e pessoas contrárias ao Regime Militar foram repreendidos com a expansão gradativa do aparato repressivo, pela prática generalizada de torturas em presos políticos, detenções arbitrárias, desaparecimento de cidadãos e diminuição drástica das liberdades individuais.

No Congresso Nacional, o general Médici nomeou, em 1972, como Presidente da ARENA, o senador Filinto Müller (ex-chefe de política do Estado Novo, de 1937 a 1945 e torturador conhecido), embora houvesse rejeição de sua indicação pelo MDB. Essa humilhação política do Congresso Nacional relevou que

Entre 1969 e 1973, a ditadura teve tudo completamente sob controle. Dentro de uma estreita margem de manobra, os dois partidos legais tentaram, a partir de 1970, definir para si novos papéis. A ARENA aprofundou seu caráter de instrumento do governo. (...) A manutenção da estrutura partidária garantiu a sobrevivência do MDB, mas não impediu o papel indigente da instituição naqueles tempos. (BARROS, 1998, p. 67-8)

Como resultado do período dos 17 Atos Institucionais (AIs) entre 1964 e 1973, tem-se uma somatória de atos que mudaram as instituições brasileiras e a vida dos cidadãos comuns, intelectuais, sindicalistas, funcionários públicos e privados, empresários, artistas e mandatários de cargos eletivos. Nos quadros a seguir (2, 3 e 4), vê-se tão somente alguns casos registrados de arbitrariedades:

QUADRO 2 – violência política entre 1964 e 1973

ATOS INSTITUCIONAIS (AIS)	ESTATÍSTICA
AI-1 (9 de abril de 1964)	2.990 punidos
AI-2 (27 de outubro de 1965)	309 punidos
AI-5 (13 de dezembro de 1968)	1.399 punidos
AI-10 (16 de maio de 1969)	126 punidos
AI-16 (14 de outubro de 1969)	17 punidos
Total Geral	4.841 punições

Fonte: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

QUADRO 3 – cidadãos cassados com cargos políticos entre 1964 e 1973

PODER EXECUTIVO	TOTAL	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
Prefeitos	44	Deputados estaduais	230
Executivos	15	Suplentes de deputados estaduais	51
Vice-prefeitos	13	Deputados federais	150
Governadores	7	Suplentes de deputados federais	25
Ministros	4	Dirigentes sindicalistas	35
Vice-Governadores	3	Vereadores	45
Secretários	2		
Total Geral	88	Total Geral	536
Total Geral = 624 cassados neste período (registrados)			

Fonte: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

QUADRO 4 – cidadãos cassados com cargos políticos entre 1964 e 1970

OCUPAÇÃO	1964	1966	1967	1968	1969	1970	TOTAL
Profissionais liberais	38	18	13	1	22	10	102
Ocupações médicas	26	11	18	-	12	-	67
Oficiais militares	38	1	4	-	9	-	52
Trabalhador rural	15	13	5	-	2	-	35
Ministério Público	12	1	1	1	5	-	20
Empresários	10	4	2	-	2	-	18
Diplomatas	6	-	-	-	-	-	6
Total Geral	300 cassados neste período (registrados)						

Fonte: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Esses registros apontam para uma sociedade dominada pelo *argumento da força*, pela ausência do diálogo e da razão comunicativa e sim pela hegemonia militar em contraponto com a hegemonia política (conceitos analisados na seção 3), em todo território nacional e, por consequência, no Paraná.

O carpinteiro paranaense Milton Gaia Leite, 30 anos, exemplifica claramente esse momento histórico, quando em seu testemunho, no Rio de Janeiro em 1969, afirma que “foi preso e torturado com tentativa de estupro, inclusive os filhos e esposa, tendo os filhos de cinco anos e sete [sido] presos, não só no Paraná, e aqui [também].” (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 44)

3.2 O FIM DO REGIME MILITAR, O PLURIPARTIDARISMO E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

A estatística da violência nos atos arbitrários do Regime Militar, registrados nos quadros acima, demonstra a necessidade de manutenção da memória documental para as futuras gerações, sabendo-se, ainda, que dezenas ou milhares de outros casos não foram identificados ou registrados⁵. Para a nossa investigação, esses dados demonstram as dificuldades práticas de organização e consolidação de um partido de oposição (no caso, o PT) em tempos de exceção política. Os futuros dirigentes do partido vivenciariam esse período e, mais tarde, em 1979-80, agruparam condições para a criação do PT no Brasil e no Paraná.

No final da década de 1970, o Regime Militar entra em seus momentos finais. A transição ocorreu com o general e Presidente Ernesto Geisel (1974-79) que determinou a extinção do AI-5, em 1º de janeiro de 1979, e o fim da censura; e com o general e Presidente João Baptista Figueiredo – até 1979, era chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) – que deu continuidade à abertura política e implementou a anistia política aos líderes ou militantes de oposição e a reforma partidária.

O general Geisel assumiu a Presidência em 15 de março de 1974 pelas “mãos” do Congresso Nacional, tendo como tarefa a chamada “política de distensão”, uma abertura política estratégica e gradual objetivando a normalidade democrática. Dessa forma, “nos seus cinco anos de mandato, Geisel aplica uma política que tem como linha básica a revigoração do prestígio do regime, a reativação da vida partidária, a reabertura do diálogo com setores marginalizados das elites e a contenção da dinâmica oposicionista dentro de limites que não ameaçassem a chamada Segurança Nacional.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 63)

Em abril de 1977, para reafirmar a hegemonia da ARENA e controlar os avanços eleitorais do MDB, porém, um “pacote de medidas” retardou essa distensão

⁵ O jornalista Fábio Altman produziu uma reportagem especial para a Revista Época, ano 1, nº 29, p. 74-89 (7 de dezembro de 1998), com o título **13 de dezembro de 1968: o dia do AI-5** onde procura dar uma versão polêmica sobre o Ato Institucional Nº 5. Na internet, a reportagem está disponível no site da Revista Época: <http://www.epoca.com.br>

política: o Presidente passaria a ser escolhido por um Colégio Eleitoral (membros do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas Estaduais); o mandato presidencial estendeu-se para seis anos; 1/3 dos senadores passariam a ser eleitos indiretamente (senadores biônicos) e os governadores continuariam eleitos indiretamente. O Regime Militar, todavia, não sobreviveria por muito mais tempo. A partir de 1977, a sociedade civil e política, cada vez mais, organizava-se e exigia mudanças através das instituições organizadas ou emergentes:

Em todos os espaços possíveis, a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil (sob a presidência de Raymundo Faoro), a Associação Brasileira de Imprensa e até a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), encabeçaram protestos exigindo a democratização do país; o Comitê Brasileiro pela Anistia, integrado principalmente por advogados e familiares de presos políticos, começou a ser espalhado nos principais centros urbanos, denunciando “desaparecidos” e divulgando a necessidade de se anistiar os militares de esquerda. Nos bairros, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizadas pelos militantes católicos, sediavam movimentos como os do custo de vida, das creches, da saúde e dos loteamentos clandestinos. Nas favelas, a crescente organização dos moradores resultou, posteriormente, na criação de associações com força de representação para reivindicar a legalização dos terrenos ocupados. (BARROS, 1998, p. 83-84)

Durante o governo do general Geisel, a organização da sociedade possibilitou a diminuição das práticas de tortura e de desaparecimentos de presos políticos; no entanto, ainda existiam por outros métodos. Ao invés de cometerem ações diretas com argumentos tradicionais de justificativa, como “suicídio”, “tentativa de fuga”, “resistência armada”, entre outras, optaram por métodos que ocultassem as mortes ou as provas. Assim, dezenas de desaparecidos ainda hoje são procurados e outros nem identificados. Em 1976, o DOI-CODI invadiu uma reunião do Partido Comunista do Brasil, na Lapa (São Paulo) e matou Pedro Pomar e Angelo Arroyo. “Outro dos que foram detidos ali, João Batista Franco Drumond, teve sua morte anunciada, pouco depois, como tendo sido atropelado “quando tentava fugir”.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 66)

Seu governo ficou marcado também pela crise econômica interna, oriunda da sua administração, dos escândalos financeiros e pelos reflexos internos da crise do petróleo no mundo. Ao final do mandato do general Geisel, em 1978, o seu

“governo sofreu nova derrota nas urnas: nas eleições majoritárias para o Senado, o MDB obtém 18,5 milhões de votos, contra 13,6 milhões da ARENA.” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1985, p. 68) O general Figueiredo, eleito pelo Congresso Nacional, em 15 de março de 1979, desse modo, participou da transição de governo dos marechais e generais para os presidentes eleitos pelo povo.

Nessa época, greves no ABCD paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema) eclodiram e, com elas, novas lideranças políticas, como o dirigente do sindicato dos metalúrgicos Luís Inácio da Silva, o Lula. Cerca de 400 greves ocorreram em 1979, sendo que “a maior delas ocorreu novamente no ABC paulista, onde Luís Inácio da Silva consolidou definitivamente sua extraordinária liderança sindical. Apresentado pela revista norte-americana Newsweek como “herói da classe operária”, Lula comandou mais de 170 mil metalúrgicos em uma surpreendente paralisação no mesmo momento em que o novo governo tomava posse.” (BARROS, 1998, p. 96)

A resposta do general Figueiredo à greve foi como que uma primeira prova do enfraquecimento do Regime Militar. A resposta imediata do governo, num primeiro momento, foi a da intervenção nos sindicatos envolvidos com a greve e a destituição de seus líderes, especialmente Lula.

Num segundo momento, em 28 de agosto de 1979, o próprio Figueiredo sancionou a Lei de Anistia, votada pelo Congresso. Voltaram ao Brasil, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e Fernando Gabeira. Em novembro de 1979, o Presidente iniciou a reforma partidária. O bipartidarismo foi extinto. A Arena dá lugar ao Partido Democrático Social (PDS) como partido de situação e, ao Movimento Democrático Brasileiro como partido de oposição. Em seguida, o MDB deu lugar a diversos outros partidos, a saber: Partido Popular (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1982, o restabelecimento de eleições diretas para governadores de Estado teve como saldo a vitória dos partidos de oposição ao Regime Militar nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. A partir de 1983, em todo País, desenvolveu-se uma campanha oposicionista para o restabelecimento

das eleições diretas para Presidente, as chamadas Diretas-Já. Em 25 de abril de 1984, a Emenda Dante Oliveira foi derrotada na Câmara Federal, devido às pressões do governo Figueiredo, que conseguiu evitar a votação de 2/3 de votos de deputados (quantidade necessária para modificar algum artigo da Constituição). Dessa forma, a eleição presidencial de 1985 foi indireta, através do Colégio Eleitoral, sendo que o candidato Tancredo Neves, do PMDB, venceu seu adversário Paulo Maluf do PDS. Tendo falecido Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, o vice-presidente José Sarney assumiu o governo, por cinco anos, de 1985 a 1990.

No Paraná, por outro lado, nas eleições de 1986, o candidato do Partido dos Trabalhadores Pedro Tonelli se elegeu como o primeiro deputado estadual petista (até então, o partido não tinha sequer um vereador). No dia 15 de novembro de 1989 – após 29 anos da última eleição direta⁶, o povo brasileiro resgatou seu legítimo direito de votar representativa e democraticamente para a presidência da República. De um lado, o candidato Luís Inácio Lula da Silva (pernambucano, metalúrgico e militante sindical no ABCD-paulista e um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores) e de outro, Fernando Collor de Mello (jovem de família alagoana tradicional, membro do Partido da Renovação Nacional-PRN e ex-governador de seu Estado).

O candidato Fernando Collor venceu a eleição no segundo turno – apoiado num discurso popular e moralista de salvaguarda dos descamisados, de caça aos marajás das instituições públicas (funcionários com salários supostamente elevados) e de combate à corrupção no país; o que, de um lado, servia aos interesses das elites empresariais e industriais temerosas de uma vitória da esquerda (representada por Lula e pela Frente Brasil Popular) e, de outro, atraía a confiança da classe pobre e marginalizada da riqueza nacional.

Seu governo – baseado no plano econômico denominado Plano Brasil Novo – não resolveu o problema da inflação e nem conseguiu fazer ajustes econômicos eficientes. Além disso, o bloqueio das cadernetas de poupança (por dezoito meses), autorizado pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, somado às denúncias (realizadas por seu irmão Pedro Collor) de corrupção e de envolvimento

com o empresário Paulo César Farias – acusado de comandar o “Esquema PC” de desvio de dinheiro público, de financiamento ilícito da campanha presidencial e de apadrinhamento político – fizeram com que Collor, em 29/12/92, renunciasse à presidência da República, para evitar o impeachment e a cassação de seus direitos políticos. A Câmara dos Deputados e o Senado, porém, mantiveram o *impeachment* condenando o ex-presidente a ficar sem mandato público por oito anos.

O mineiro Itamar Franco (vice-presidente da República) assumiu o governo até 1994, quando o candidato Fernando Henrique Cardoso (ex-ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco), venceu a eleição disputada com Luís Inácio Lula da Silva. Os dois anos de governo de Itamar Franco foram relativamente tranquilos, mas com medidas político-econômicas relevantes. Em seu governo, realizou-se um plebiscito popular em 21/04/93 visando o voto popular entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo. O plebiscito apontou a manutenção da República Presidencialista. Outra medida foi a criação da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994, visando corrigir os preços, salários e serviços. Depois dessa medida de controle da inflação e de controle da economia, o Presidente Itamar Franco e seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, criaram a nova moeda brasileira denominada Real – com o valor de uma URV ou 2750 cruzeiros reais.

Decepcionada com o ex-presidente Fernando Collor, a elite industrial e empresarial reunida nos partidos de situação (PSDB, PFL, PMDB), conseguiu unir forças e lançar outro candidato à presidência em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Sociólogo de família paulista tradicional, Ministro da Fazenda do até então presidente Itamar Franco e com uma trajetória de vida baseada na defesa da democracia e contra o Regime Militar, serviu como intermediário na aliança de interesses entre as classes média e alta brasileiras. O governo de FHC foi marcado pelo plano econômico denominado Plano Real (que manteve sob controle a inflação e garantiu certa estabilidade político-institucional). Em 1998 – quando conseguiu a reeleição, continuou o plano de controle da inflação com o Plano Real visando combater as desigualdades sociais, o déficit público, previdenciário e comercial, pontos negativos apontados pela população no primeiro governo. Venceu, porém, as

⁶ A última eleição soberana antes do Golpe de 1964, foi a de Jânio Quadros em 1960. Ele tomou posse em 31 de janeiro de 1961, tendo como vice, João Goulart. Renunciou em 25/08/1961.

eleições contra seu principal opositor, Lula, que defendia a idéia de que o Brasil não conseguiria independência financeira nem o fim das desigualdades sociais, porque estava subordinado aos países ricos representados pelo Fundo Monetário Internacional/FMI e pelo Banco Mundial na figura de Fernando Henrique Cardoso, sendo necessário a construção de uma espécie de Projeto Democrático Popular, composto pelos partidos de esquerda, pelos sindicatos, pelos movimentos populares, intelectuais e populares, conforme afirmou o jornalista José Américo Dias⁷:

O PT reúne as condições para liderar uma frente de forças políticas que se encontram num processo de afastamento da influência dos partidos burgueses. Nossa política deve ser ofensiva, procurando conquistá-los para a perspectiva do governo democrático e popular, que impulsionará um avanço extraordinário da mobilização social. É ela, por outro lado, quem pode garantir a estabilidade de um poder que terá de adotar medidas na direção do socialismo. (...) É também dentro da lógica de disputa de hegemonia que devemos entender a política de alianças em nível partidário. O PT tem hoje todas as condições para liderar uma frente de forças políticas (PC do B, PV, PSB etc.), que, apesar de suas contradições, deslocaram-se ou encontram-se em processo de afastamento da influência dos partidos burgueses. Nossa política também neste caso deve ser ofensiva, procurando conquistá-los para a perspectiva do governo democrático e popular, já que representam interesses sociais em conflito com a forma de dominação que a burguesia exerce hoje no País. (DIAS, 1989)

⁷ O jornalista José Américo Dias era secretário-geral do diretório regional PT de São Paulo em 1989. A íntegra de sua análise sobre o Governo Democrático Popular está na Revista Teoria e Debate nº 6 (abr/mai/jun1989), no site da Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br>

4 UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DAS ORGANIZAÇÕES⁸

4.1 VISÃO PANORÂMICA DA RACIONALIDADE ORGANIZACIONAL

A presente investigação parte da hipótese principal de que o Partido dos Trabalhadores adotou *estratégias*. Assim, sociologicamente se entende por *estratégia* a arte ou o conjunto de ações individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, racionais, psicológicas e afetivas utilizadas para a formação e desenvolvimento de uma organização político-partidária ou outra qualquer, através de *negociação* consentida ou conflitiva. Grosso modo, as estratégias adotadas por atores sociais possibilitam a existência e a eficiência das organizações políticas, sendo, portanto, instrumento de sucesso ou fracasso, alegria ou frustração.

Os atores, na organização, porém, nem sempre têm objetivos, estratégias ou projetos definidos clara e consensualmente porque dependem do contexto interno e externo das organizações (CROZIER e FRIEDBERG, 1977). Nestes termos, mesmo que os atores utilizem estratégias racionais, estas dependerão dos humores, reações afetivas e irracionais ou inesperadas. O ator social não pode ser avaliado somente por seus objetivos estratégicos porque está inserido numa organização social dinâmica e nem sempre previsível.

O ator, no momento da ação, dá um sentido racional ao seu comportamento. mas este sentido depende das condições materiais e estruturais do contexto. Analisar a organização sem levar em conta este aspecto é não compreender os limites da liberdade e da racionalidade e, portanto, prejudicar os resultados da pesquisa científica. Pelo contrário, se houver o estabelecimento de relações entre ator e organização, ator e seu contexto, inevitavelmente chegar-se-á a uma conclusão que as estratégias existem e se fazem por negociação entre indivíduos na organização e fora dela, internamente, através da disputa de poder e espaço organizacional; e externamente, através da visibilidade e legitimidade.

⁸ A Sociologia das Organizações constitui-se pelo interesse em averiguar a qualidade, quantidade e complexidade das organizações modernas e contemporâneas (Revolução Industrial e Revolução Francesa). Interessa o estudo sobre os atores, sobre a racionalidade, as estratégias e as relações de poder e de controle burocrático que essas organizações mantêm nas individualidades e coletividades.

A estratégia, assim direcionada, torna-se dominante e além da previsibilidade dos atores, podendo inclusive criar uma ação coletiva, um conjunto de comportamentos individuais agrupados por interesse de poder, espaço ou bem comum (característica típica das associações partidárias).

A relação organizacional (não natural) permanece no campo da dependência e do poder. CROZIER e FRIEDBERG (1977) colocam-se nessa perspectiva de relativizar a autonomia do ator na ação coletiva. Criticam, direta ou indiretamente, as visões de condicionamento na ciência do comportamento dos norte-americanos John Watson e Frederic Skinner e no determinismo estrutural e social marxista. Participam, portanto, de uma proposta mais geral do individualismo metodológico: o ator social consegue transformar a realidade, quebrando a resistência dos sistemas e das estruturas, através de seu arbítrio e de sua decisão em participar numa ação coletiva. Os custos da participação são, no entanto, caros para o ator porque ele se expõe quando publicamente apresenta uma proposta de organização gerenciada coletivamente. Na ausência de sua ação, há ausência de responsabilidades, mas também expropriação da liberdade pelas normas burocráticas.

A esse respeito, podemos entender porque CROZIER (1981), ao analisar o fenômeno burocrático, indica que o ator se apega à burocracia para se proteger e proteger seu grupo. No entanto, tais normas burocráticas podem mostrar-se disfuncionais, apresentando efeitos inesperados, impasses lógicos, ou como advertiram MARCH e SIMON (1975), uma racionalidade limitada, incapaz de oferecer segurança aos atores e à organização. Assim, os atores perseguem um objetivo racional que assegure a empresa coletiva, mantendo uma fidelidade egoísta na medida em que visam à vida organizacional da empresa e a sua existência nesse espaço, necessitando uma tomada de decisão.

De um lado, o ator estabelece um jogo, uma estratégia, um objetivo específico em vista de um objetivo coletivo. O princípio regente na negociação é o da incerteza e da indeterminação. Por outro lado, a organização busca sua legitimidade em ações e práticas advindas de outras instituições já legitimadas e socialmente aceitas por seus procedimentos institucionalizados. Esse processo de jogo institucional se faz numa ritualização mítica dos procedimentos organizacionais

aceitos e comungados. Os mitos nos ambientes institucionais são mais representativos que as demandas advindas da atividade organizacional. Os mitos, entendidos como um conjunto de procedimentos e práticas normativas da organização, são celebrados como paradigmas de legitimação. (MEYER e ROWAN, 1977) Seguir esses mitos torna-se obrigatório e determinante para a sobrevivência da organização, principalmente em momentos de crise institucional.

Aliás, quando uma organização consegue estabelecer cerimônias míticas de sucesso e eficiência, outras organizações tendem a seguir seus passos. O PT, em sua gênese, por exemplo, se apoiou no mito organizacional da Ditadura do Proletariado preconizado por Karl Marx e Friedrich Engels. Ou ainda, o próprio PT tornou-se uma organização possuidora de mitos organizacionais: é o caso do Orçamento Participativo, que serve como modelo de administração pública interativa. Consiste basicamente na convocação, por parte do poder público, de reuniões deliberativas e diretas entre os dirigentes de governo e a população em geral, visando escolher as prioridades das demandas sociais e da aplicação do dinheiro público.

Visto deste modo, pode-se afirmar que há uma interdependência organizacional e uma aparente homogeneização dos padrões institucionais de conduta nas organizações, o que gera um *isomorfismo institucional*, baseado em três aspectos (DIMAGGIO e POWEL, 1991): pode ser um isomorfismo coercivo, quando as organizações que compõem um domínio são homogeneizadas em função de rituais de conformidade com as organizações maiores, líderes no campo; pode ser um isomorfismo mimético, quando se refere a modelos construídos por organizações que são percebidas como detentoras de maior legitimidade e sucesso pelas demais, ou seja, aqui não ocorre necessariamente uma coação, mas sim uma adaptação; pode ser um isomorfismo normativo, quando se refere à questão de rituais simbólicos ligados à academia, aos títulos obtidos pelos profissionais das organizações que lhes legitimam.

Neste sentido, a adaptação isomórfica das organizações aos procedimentos legitimados e institucionalizados no ambiente organizacional, tem maior importância que sua capacidade de inovação institucional ou aprimoramento técnico. Assim

sendo, situar o PT nessa categoria de isomorfismo das práticas, normatizações e modelos ou na categoria dos mitos organizacionais é uma tarefa possível, porém complexa. Durante a efetivação desta pesquisa de dissertação, essas contribuições teóricas da escola neo-institucionalista de MEYER e ROWAN e de DIMAGGIO e POWELL, serão usadas então como caminho, como um exercício metodológico.

Da mesma maneira, SCOTT (1992) poderá apontar perspectivas sociológicas de análise e compreensão das organizações que contêm elementos importantes (estrutura social, participantes, objetivos, tecnologia e ambiente) e são vistas dentro de sistemas racionais, naturais e abertos, com atores ativos capazes de mudanças pessoais e organizacionais.

Na perspectiva de sistemas racionais, as organizações são vistas como coletividades orientadas a procurar objetivos relativamente específicos e com estruturas sociais altamente formalizadas. Os atores mantêm cooperação consciente e as ações têm um sentido racional e intencionalmente dirigido a alcançar objetos específicos e formais. Na perspectiva de sistemas naturais, as organizações são vistas como coletividades que visam sobrevivência através da relação de interesse comum entre seus integrantes e atividades coletivas informalmente estruturadas. Na perspectiva de sistemas abertos, as organizações são vistas como sistemas que somam as atividades interdependentes e os acordos variáveis entre seus participantes, influenciados pelo ambiente circundante.

A partir dos tipos organizacionais propostos por SCOTT (1992) e tendo em vista a hipótese de que o PT visa construir-se como organização legítima de representação e defesa dos interesses dos trabalhadores, através de estratégias políticas, é lícito afirmar que esse partido não se insere num sistema organizacional específico: o que defende a tendência interna “Democracia Socialista” em termos de táticas e estratégias de alianças nem sempre está de acordo com a “Unidade na Luta”, porém, quando uma das duas correntes consegue maioria de votos, a outra respeita mantendo uma harmonia organizacional e jurídica.

Desse modo, a existência de tendências políticas independentes entre si dentro do PT, que geralmente não entram em consenso em questões de estruturação e disputa interna ou externa de poder e/ou representação, ocasiona

decisões regimentais ou estatutárias estabelecidas pelas instâncias maiores do partido (conforme se verifica na seção seguinte). Em tal situação, utiliza-se a estrutura formal e racional de decisão, para garantir a efetivação dos objetivos comuns (sistema racional). Há, por outro lado, nas campanhas eleitorais, uma variedade de estratégias informais que os candidatos do partido criam e que, sem a intervenção das instâncias maiores, visam garantir as candidaturas individuais e, num segundo momento, a legenda partidária (sistema natural).

Por fim, o partido consegue manter a unidade estrutural e sua base social quando surgem ameaças no ambiente externo, por acordos e consensos advindos de debates e discussões internas, demonstrando capacidade de agrupar seus integrantes em torno de um projeto democrático popular, como por exemplo, na disputa eleitoral de 1989 quando Lula (PT) enfrentou Collor (PRN) e o partido conseguiu mobilizar todos os seus militantes no Brasil e no Paraná, numa campanha que unia suas motivações individuais com os interesses coletivos representados na Frente Brasil Popular (sistema aberto).

Para definir ou comprovar tais suposições, torna-se necessária a compreensão das origens históricas e ideológicas do PT. Desse modo, cabe analisar e confrontar essas definições com outras em autores até então não revisados. Para WEBER (*in* BOBBIO, 1986, p. 898), “o partido político é uma associação que visa a um fim deliberado: *objetivo* quando visa a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais e *pessoal*, quando é destinado a obter benefícios, poder e glória para os líderes e seguidores partidários, ou ainda, quando voltado para todos esses objetivos conjuntamente.”

Nesses termos, o partido político tem uma natureza organizativa porque envolve atores e interesses individuais ou coletivos de uma sociedade. Com características tão singulares, os partidos políticos vão aparecer em meados do século XIX nas sociedades ocidentais que adotaram sistemas políticos representativos, processos de formação político-democrática; maior igualdade de direitos para mulheres e homens; acesso ao poder por classes e estratos sociais até então excluídos, entre outros.

Na virada dos século XX para o XXI, as organizações políticas, herdeiras dos dilemas e avanços estruturais e sociais do século passado, necessitaram construir um modelo organizacional instável e constantemente aberto às mudanças. Uma nova linguagem organizacional deve ser mais flexível e adaptativa, possibilitando inclusive a eliminação de estruturas burocráticas desnecessárias, o que, sabe-se, não é uma tarefa fácil porque envolve reestruturação do ambiente interno em vista do externo. No caso do PT, isso significa que não é possível construir uma estratégia única que sirva para toda e qualquer situação (retórica ou eleitoral), devido à complexidade das relações político-culturais paranaenses, como veremos até o término da presente seção.

Numa perspectiva de ação, segundo NOHRIA e GULATI (1994), deve-se relativizar a distinção entre a organização formal e informal porque os atores fazem parte da construção da organização ao mesmo tempo em que são influenciados por ela. Dessa maneira, pode-se optar por uma estratégia aberta (descrevendo a estrutura da organização e do ambiente para possibilitar o maior número possível de opções), ou optar por uma estratégia fechada (estabelecer que os compromissos são necessários para modificar a organização sempre que as demandas exigirem tal situação).

Para que essas estratégias sejam eficientes, todavia, é necessário que dois aspectos estejam bem definidos e interpretados: por um lado, os atores na organização devem ser considerados como agentes do processo, atuantes e importantes, não simples objetos de troca e de condicionamento; por outro lado, as situações que geram problemas devem ser vistas como oportunidades para a reorganização e melhoria qualitativa.

Entendendo organizações como um conjunto de relações sociais estáveis, STINCHCOMBE (in MARCH, 1965, p. 142-193) defende a idéia de que essas organizações são criadas com a intenção explícita e deliberada de buscar continuamente alguns objetivos ou propósitos comuns. Porém, admite que há uma espécie de subdesenvolvimento da pesquisa e da teoria acerca das relações externas às organizações, enfim, entre organizações e estrutura social, o que dificulta uma construção precisa dessa temática a longo prazo, por exemplo.

STINCHCOMBE (1985) aponta alguns pontos de análise: a estrutura social motiva e atua sobre a taxa de fundação de novas organizações com novas estruturas; a estrutura social explica a correlação entre a estrutura de uma organização antiga e uma atual; as organizações usam a violência e a competição irrestrita na arena política numa sociedade macro; há um impacto dos arranjos organizacionais nas relações entre classes sociais na sociedade geral; as organizações provocam na estrutura social os sentimentos de solidariedade e identidade em grupos comunitários, quando seus projetos e ações conseguem um certo grau de aceitação. O PT mobiliza a sociedade quando implanta projetos como orçamento participativo e médico da família, agentes de saúde que visitam o paciente em seu local de moradia.

Tais apontamentos poderão, em tese, contribuir para identificar coincidências entre as estratégias de crescimento do PT na relação com o ambiente externo onde está inserido, qual seja, a Assembléia Legislativa do Paraná e a motivação dos atores que fazem o partido manter-se como alternativa política no contexto paranaense. Na visão de BURNS e STALKER (*in* LAWRENCE; LORSCH, 1975, p. 183), poderíamos afirmar que o PT se insere num dos dois sistemas divergentes que existem para dirigir uma empresa: o sistema orgânico e o sistema mecanicista.

O sistema orgânico permite à organização, adaptar-se a condições instáveis e de troca de responsabilidades. Cada ator cumpre uma tarefa específica e procura respeitar os objetivos gerais e organizacionais. Assim, por exemplo, numa campanha, determinado candidato pede voto para si e defende a ideologia do partido. Pelo contrário, num sistema mecanicista cada ator age sem levar em conta os objetivos gerais da organização, respeita seu superior e não utiliza criatividade. Exemplo deste tipo de organização pode ser facilmente encontrado em empresas do tipo fordista-taylorista, em que prevalecem a hierarquia rígida e vertical e as normas de controle do tempo de trabalho e de descanso.

Assim sendo, as discussões ao longo deste estudo partem do pressuposto de que um projeto político é fruto do processo de elaboração de atores políticos individuais e coletivos, ao longo de um período histórico determinado. Possui

elementos objetivos e subjetivos singulares. Por mais novo que seja um projeto político, ele contém uma herança, as marcas culturais de uma nação, suas limitações e virtudes, suas vitórias e a sabedoria acumulada no decorrer dos tempos.

Nesse sentido, os partidos políticos são organizações coletivas que cumprem um importante papel na condução de um projeto e são instrumentos para a conquista de poder no governo, nos estados, no parlamento e nas cidades de determinado país.

Nestes termos, o conceito de partido aqui adotado é o de Max Weber: tem uma natureza organizativa e envolve atores e interesses individuais ou coletivos de uma sociedade. Nas eleições é que se tem maior visibilidade dos projetos políticos em disputa. Os programas de governo, inspirados em programas partidários, lançados pelos partidos e/ou frentes eleitorais, revelam elementos desses projetos. Na verdade, são as ações desses atores coletivos que conduzem o enfrentamento e proporcionam um momento ímpar de formulação dos novos elementos do projeto em que estão inseridos. As organizações políticas são construídas pelas pessoas que constituem coletividades, em um jogo democrático⁹ de incertezas e de negociações. A motivação dos atores permite sua presença na organização política; cria uma segurança institucional; possibilita a criação de estratégias internas e externas e contribui para o fortalecimento e crescimento institucional e conseqüente legitimação da organização.

4.1.1 A busca de hegemonia política pela razão comunicativa: o caso do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa

À luz das discussões anteriormente travadas, passa-se a abordar a categoria conceitual de hegemonia política que emerge e ganha força no pensamento de GRAMSCI (1985). Para ele, hegemonia supõe a divisão da sociedade em classes distintas e a tomada de consciência de uma classe de sua

⁹ Por jogo democrático se entende as disputas de espaço e de poder público nas instâncias do Estado Moderno: no poder executivo, no poder legislativo e no poder judiciário. O partido político é entendido como o meio legítimo e apropriado para tal projeto, porque materializa os anseios e necessidades dos eleitores que, por extensão, representam toda a sociedade. A democracia, como regime de governo do pluralismo partidário, ideológico, econômico, social e jurídico, proporciona esse jogo democrático.

situação de classe e de sua produção cultural e sua autoconsciência, capaz de produzir uma ideologia dirigente com superioridade moral, conseguindo o consentimento das outras classes para dirigi-las. O PT e os demais partidos (PMDB, PDT, PTB, etc) presentes no poder legislativo paranaense, travavam, na década de 80, tal luta pela hegemonia legislativa e, certamente, pelo poder político estadual. Estabeleciam uma contínua e democrática luta de classes para obter o domínio da sociedade política paranaense (Estado).

Esse processo dialético de disputa de poder já estava presente na teoria acerca de partidos políticos nos escritos de MARX e ENGELS, principalmente, na idéia de um partido do proletariado surgido com a criação da Liga dos Comunistas, em 1847 (base para o Manifesto do Partido Comunista de 1848), que tinha por finalidade a derrocada da burguesia, o domínio do proletariado, a supressão da velha sociedade burguesa, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada.

No Brasil, esse pensamento vai contribuir para a formação do Partido dos Trabalhadores nacional, em 10 de fevereiro de 1980, por ocasião do I Encontro Nacional e aprovação de seu Manifesto em São Paulo (no Paraná também se percebe tal influência). No presente estudo, serão oferecidos meios para constatar se o PT paranaense carrega a história da esquerda internacional, em termos de disputa da hegemonia política com princípios próprios e uma prática diferenciada na política nacional, no sindicalismo e no movimento popular, como proclamaram seus primeiros militantes:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. ...As grandes majorias que constroem a riqueza da nação querem falar de si próprias. ...Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo. (PT, 1980, p. 65)

Para tanto, sabe-se que os atores petistas que pretendem tornar-se dominantes devem saber apresentar o conjunto de suas idéias para a população que se supõe beneficiária delas e do que elas representam em termos de avanços sociais e/ou de atendimento às necessidades e interesses individuais.

A aprovação ou não das idéias dependerá da direção e da capacidade de indicar soluções para os problemas de uma sociedade e de bater-se eficazmente por tais soluções imediatas, a médio ou a longo prazo. A partir desta necessidade é que surge o papel do partido político e a figura do intelectual orgânico. Assim, o PT deve existir como um mecanismo autônomo de disciplina e os intelectuais orgânicos (dirigentes e lideranças) devem dar ao proletariado a consciência de sua missão histórica ou, ainda, propor um caminho para tomada de consciência de classe e da circunstância político-econômica local.

O intelectual orgânico, agente e construtor do partido, deve elaborar e difundir a doutrina do socialismo e dirigir o movimento revolucionário. A ação do intelectual orgânico é uma ação pedagógica no sentido da construção da hegemonia e não existe um intelectual que não represente o interesse de uma classe. O partido como intelectual orgânico por excelência, é uma espécie de depositário da doutrina e a ele o militante deve subordinar-se sem reservas. O partido assemelha-se a uma religião e contribui para a revolução, processo pelo qual uma classe dirigente entra em crise e perde a hegemonia para outra.

Assim, GRAMSCI (1985), ao falar sobre os intelectuais e a organização da cultura, deixou a noção de que nunca existiu Estado sem hegemonia, exatamente porque a disputa de poder entre classes antagônicas é a luta entre duas hegemonias, onde a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, seja como domínio ou seja como direção intelectual e moral. No momento em que começa haver um vazio entre a direção e o domínio por uma classe, cria-se a ausência de soluções e surge a revolução.

A revolução para GRAMSCI, porém, não consiste simplesmente na tomada do Estado, mas em uma guerra de trincheiras envolvendo uma classe com capacidade de direção e de forte organização e outra classe, menos organizada e com menor capacidade de ação. O processo de substituição de uma classe por

outra se faz no momento em que uma classe dominante perde a hegemonia para outra classe hegemônica e não ainda dominante.

Nesse sentido, é possível deduzir que a obtenção do primeiro mandato parlamentar do PT paranaense em 1986, com Pedro Tonelli, alimentou o ânimo de seus dirigentes e militantes porque, em certo sentido, indicou que a população paranaense já apontava seu descontentamento com o grupo hegemônico sediado na capital (Jaime Lerner, Anibal Cury, Álvaro Dias, Roberto Requião, etc) e a possibilidade de criação de um partido ou partidos alternativos de esquerda.

Os mandatos de 1991-95-99 comprovaram tal expectativa com resultados satisfatórios. Pelos dados fornecidos pela Secretaria Estadual do PT e que podem ser verificados no Tribunal Regional Eleitoral/PR, o partido contava em 2002, com 4 deputados estaduais, 2 deputados federais, 10 prefeitos e 148 vereadores. Para atingir a hegemonia, o partido teria, como missão, de construir um discurso capaz de deixar claras as bases de seu projeto político local e nacional, assim como deveria demonstrar a viabilidade de suas propostas através dos meios possíveis e disponíveis.

Nesse sentido, analisando prospectiva e hipoteticamente, para que o PT consiga manter um governo que se pretende de esquerda, hegemônico, democrático e popular, enquanto governo participativo e dominante, é necessário que faça uma ampla coalizão de forças, composta por movimentos populares e sindicais, por entidades não-governamentais (gênero, meio ambiente, criança, entre outras), por setores da classe média e empresarial e por outros partidos engajados na redistribuição da renda, da terra e da produção.

As estratégias internas e externas adotadas pelos atores militantes ou funcionários do Partido dos Trabalhadores para a sobrevivência política da organização e mesmo de si próprios como agentes vivos da política parlamentar possibilitam uma compreensão bastante segura e capaz de produzir conhecimento. Vale lembrar, novamente, que os atores na organização nem sempre têm objetivos, estratégias ou projetos definidos clara e consensualmente porque dependem do contexto interno e externo das organizações (CROZIER e FRIEDBERG, 1977).

Para muitos estudiosos, alguns partidos políticos, movimentos sociais e sindicais brasileiros nasceram ou se fortaleceram na década de 80 porque defendiam, como bandeira de luta, o regime democrático e o fim da Ditadura Militar. Essas organizações carregavam uma prática política diferenciada e voltada para a consolidação da cidadania enquanto ferramenta de luta e de *cimento social*:

Em um país cuja história está profundamente marcada por transformações baseadas em acordos de elite – da proclamação da República à Revolução de 30, da decretação da legislação sindical getulista à fundação da Nova República pelo Colégio Eleitoral –, o surgimento do PT que recolheu setores sociais e políticos da resistência democrática, a partir de suas práticas de base concretas, aponta para um horizonte novo. (SADER, 1986, p. 153)

As bases para a construção de um partido de novidade política, em tese, podem ser encontradas na teoria da razão comunicativa de HABERMAS (1989). Neste ponto, é mister enfatizar que a teoria filosófica habermasiana possui um caráter abstrato, porém funda-se na crença de que uma sociedade ou um determinado grupo social é capaz de estabelecer uma cultura do diálogo, da força do argumento em oposição ao argumento da força, como fazia a Junta Militar com os Atos Institucionais. O PT, através do Orçamento Participativo, por exemplo, pode criar uma cultura política do diálogo no Brasil, o que não estava presente normalmente, na administração conservadora, na qual o cidadão é paciente e não agente do processo de construção das soluções de seus problemas.

A razão comunicativa propõe a reabilitação e reorientação das ações sociais, não por imposição coerciva, mas pela disposição democrática de criar o diálogo e alcançar o consenso em função da racionalidade das ações no mundo vivido (do debate político). O conceito de mundo vivido recorre às dimensões da fenomenologia, expressas na densidade e racionalidade das experiências e das ações que buscam o entendimento mútuo através da linguagem. O campo de atuação espalha-se em muitas direções e contém múltiplas facetas.

A razão, concebida de modo tradicional, depende do sujeito cognoscente e agente, sendo subjetiva e instrumental visando ao domínio teórico e/ou prático de objetos. Na visão habermasiana, a razão inclui intrinsecamente sujeitos linguísticos.

sendo intersubjetiva e não-instrumental. O entendimento se dá numa relação entre dois participantes numa prática linguística: no Orçamento Participativo alguns moradores podem querer asfalto na sua rua e outros, rede de esgoto; pela argumentação e justificativas da necessidade imediata de uma das duas coisas e pela impossibilidade de atendimento a curto prazo das duas, uma das partes pode abrir mão de sua reivindicação.

Nesse contexto, o conhecimento é o estado de coisas relacionado e com possibilidades de intervenção no mundo como totalidade. A razão encontra-se na filosofia da linguagem e da comunicação, mas se aplica às situações concretas e cotidianas. Neste caso, está-se falando da relação historicamente determinada em que, de um lado, está o governo local, estadual ou federal e, de outro, o partido político, com seu administrador e assessores técnicos.

Nesse cenário, surge o papel da linguagem como elemento mediador das relações entre falantes (partido, cidade, Estado, Federação) e ouvintes (sociedade civil) que se comunicam sobre algo inserido no mundo do projeto político, das demandas sociais, do orçamento público, etc. Trata-se de uma relação intersubjetiva, dialógica, onde os atos da fala representam a estrutura de racionalidade em condições de revelar as bases do pensamento político, que se situa mais na fala do que em si próprio. Assim sendo, tais assertivas conduzem aos fundamentos da razão comunicativa que, na sua essência, promove o acordo racional entre os sujeitos (partido e sociedade) e exclui formas de coerção.

A razão comunicativa, portanto, não se guia por um padrão puramente cognitivo-instrumental do pensamento cartesiano – resumido no *eu penso* – que distancia o homem da natureza e da vida porque o manipula e o reifica. Antes, torna-se menos posse do conhecimento do que a maneira como os sujeitos adquirem o conhecimento, definindo-se em função das relações internas entre os sujeitos para obter o consenso.

A racionalidade comunicativa é a própria ação, pois permite estabelecer relações com o mundo através dos sujeitos atores: mundo objetivo, mundo social – relações interpessoais reguladas e mundo subjetivo – totalidade das experiências vividas e que se expressam. Eis a maneira de o PT paranaense combater o

dogmatismo interno e externo, a dominação social dos partidos elitistas, a coação interna e externa, etc. Eis uma nova categoria conceitual de análise – a comunicativa: para os debates internos nas comissões de ética, finanças, alianças; nas reuniões do diretório municipal e estadual; no discurso parlamentar na Assembléia Legislativa ou mesmo, na elaboração de projetos.

A razão comunicativa é uma guinada teórico-comunicativa e opõe-se à razão instrumental que visa oferecer ao sujeito técnicas de se apropriar do conhecimento para dominá-lo e atingir fins pragmáticos (em 2001, o senador Antônio Carlos Magalhães do PFL, para atrair a empresa Ford para a Bahia, mudou o discurso do âmbito da guerra fiscal entre Estados para o âmbito das desigualdades regionais do Brasil, agregando a seus interesses, aliados até mesmo de partidos de oposição). Pelo contrário, se o PT do Rio Grande do Sul conseguir fazer uso da razão comunicativa, conseguirá desmistificar tal discurso e diferenciar-se enquanto proposta política, democrática, alternativa e libertadora.

Nesse sentido, a participação popular é a chave para ir além dos estreitos limites da democracia representativa e do discurso instrumental. A razão comunicativa deve provocar nos dirigentes e militantes, atores na interlocução, por um lado, o interesse em oferecer espaços políticos democráticos à participação da cidadania como negação do clientelismo e da captura do Estado pelo poder econômico, duas formas de privatização do espaço público e, por outro lado, estimular a organização e a mobilização das entidades da sociedade civil, para que os atores sociais sintam-se parte integrante da vida e dos assuntos públicos colocados na arena política paranaense.

A razão comunicativa pode propiciar ao partido um princípio na disputa da hegemonia na arena política, porque oferece caminhos comunicativos com outros partidos, com a sociedade organizada e com os excluídos do debate público. A ação parlamentar petista visa condições favoráveis de correlação de forças para implementar um modo particular de legislar, através da negociação dialética e democrática. Tal processo, em última instância, fortalece o partido para superar os conflitos e/ou crises. No segundo capítulo deste trabalho, alguns exemplos da ação

parlamentar de Pedro Tonelli serão usados para fundamentar melhor essas afirmações.

De pronto, para melhor demonstrar o que ora se defende, recorrer-se-á ao sociólogo WEBER (1999). Para ele, é possível se dedicar à política tanto ocasionalmente: votando, participando de reuniões, pronunciando discurso, etc; como profissionalmente: fazendo da política uma profissão secundária como membro de partidos políticos, assessor parlamentar e assim por diante. Dessa maneira, ou se vive *para* a política ou se vive *da* política. Quem vive para a política, transforma-a em projeto de vida, seja por prazer, por realização interior ou por altruísmo. O autor em discussão afirma que, em última instância, todo homem sério vive para uma causa e vive também dela. Ao contrário, quem vive da política vê nela apenas uma fonte de renda.

Nos documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores paranaense, vê-se a intenção, tanto de militantes como de dirigentes, para essa dedicação à arte da política, ao serviço público através da organização partidária profissional. Para WEBER (1999, p. 517-543)¹⁰, a profissionalização do tipo empresarial da política desenvolveu-se baseado na luta constante pelo poder com métodos de luta apropriados para as circunstâncias e agentes envolvidos, materializando-se em partidos e funcionários públicos categorizados duplamente: por um lado, os funcionários especializados e, por outro lado, os funcionários políticos.

Os funcionários políticos, como os chefes de gabinete e assessores parlamentares, diferem essencialmente dos funcionários especializados como os contadores, fiscais, médicos, etc, que são independentes e com funções judiciais essenciais, porque estes podem ser transferidos, demitidos ou afastados provisoriamente. As diferenças na atuação de ambos manifestam-se na natureza ou consequência das atitudes tomadas em determinado contexto, mas as capacidades de decisão e de organização próprias são exigências feitas aos dois. Se, por exemplo, um funcionário do partido recebe uma ordem errônea do seu presidente (seu superior na hierarquia), tem o dever de alertá-lo, mantendo sua honra e

¹⁰ O sociólogo Max Weber, no livro **Economia e Sociedade**, faz uma análise minuciosa sobre a sociologia do Estado, esclarecendo as questões de burocracia e profissionalização dos atores públicos.

competência agindo de forma diferente ou não será digno de admiração e sim de desprezo.

A liderança do funcionário político também caminha nessa direção. Deve ser capaz de assumir compromissos, abrir mão de convicções suas e assegurar as decisões mais coerentes com seu cargo e funções. Por fim, acima de tudo e dos partidos há uma verdade: fora da luta pelo poder próprio é como deve manter-se o funcionário. Tanto o político quanto o funcionário devem buscar o poder e assumir a responsabilidade dos seus atos.

Como consideração final do presente capítulo, o exemplo concreto, a seguir, reafirma nossa intenção de explicar e, ao mesmo tempo, demonstrar que as explicações procuram ser objetivas e imparciais, mesmo sabendo que nem sempre isso é possível. O pesquisador e o objeto investigado, no momento da pesquisa, acabam por interagir dialeticamente.

Para verificar essa possibilidade do uso de categorias conceituais na compreensão de temas públicos, o depoimento do então deputado estadual do PT, Pedro Tonelli, quando analisou a ação de coerção militar que culminou na morte de alguns grevistas da empresa estatal CSN em 1988, no Estado do Rio de Janeiro, tornou-se relevante.

Ao mencionar a repressão do exército e da polícia militar contra os metalúrgicos grevistas, ele afirmou em 11 de novembro de 1988 que "...às vésperas das eleições, o governo do PMDB demonstra mais uma vez de que lado está, usando a violência irresponsavelmente, no massacre de Volta Redonda." (NOTÍCIAS PARA RÁDIO, 1988) Continuando seu raciocínio, TONELLI disse que o PMDB "prefere, ao contrário, tirar a vida dos próprios servidores das estatais, como no caso desses cinco metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional. Tanto a nível nacional quanto a nível estadual, o PMDB demonstra que tem o mesmo perfil." Quando direciona a crítica ao PMDB estadual, lembra a repressão dos professores da rede estadual de ensino em Curitiba, ordenada pelo governador Álvaro Dias.

5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES PARANAENSE E A ORGANIZAÇÃO DO PRIMEIRO MANDATO PARLAMENTAR

A noção de história e organização dos partidos brasileiros (durante o Regime Militar e nos anos da redemocratização), a visão sociológica das organizações e a análise das categorias conceituais de hegemonia e razão comunicativa, permitem afirmar que o PT conquistou seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa do Paraná em 1986 como resultado de um contexto histórico peculiar: no início da década de 80, as organizações político-militares do Brasil perderam espaço e apoio popular – por não resolverem os problemas sociais a que se propunham e por não responderem ao anseio da população em manter uma sociedade, ao mesmo tempo, organizada institucionalmente e democrática na relação entre governo e sociedade.

Os estudantes e professores queriam mais espaço e liberdade de pensamento, os trabalhadores, possibilidade de sindicalizar-se; os militantes políticos, espaço de construção de partidos políticos alternativos; as pessoas comuns, mais meios de manifestação de suas necessidades e anseios, etc. Nessa ebulição orgânica da sociedade brasileira, presenciou-se, no país, por um lado, a derrota do pensamento conservador militarista contrário à participação política das massas e, por outro, permitiu o surgimento de estratégias de poder por parte das organizações oposicionistas de esquerda.

Assim sendo, o PT paranaense, de forma semelhante ao PT nacional, foi organizado por militantes que atuaram em correntes, em grupos e em organizações de esquerda durante a ditadura militar; por militantes do sindicalismo urbano e rural por militantes de setores da Igreja que atuavam no meio popular fundamentados na Teologia da Libertação e em Encontros Episcopais Latino-Americanos como em Medellín e Puebla.

A Teologia da Libertação é uma vertente latino-americana da Teologia Católica Romana surgida durante a Guerra-Fria (meados do século XX), sendo divulgada e/ou apoiada por diversos teólogos, padres e bispos na América Latina como Gustavo Gutiérrez Merino, Leonardo Boff, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga, Monsenhor Oscar Romero e outros.

A Teologia da Libertação¹¹ defendia a opção da Igreja Católica pela libertação dos pobres, pela dimensão social da fé e pelas expressões populares das comunidades de base, sendo uma teologia contrária às ações assistencialistas, como simples doações de alimentos e roupas nas vésperas de Natal e de Páscoa. Defendia também a prática pastoral das Igrejas, comunidades e cristãos, numa perspectiva de aliança entre fé e ação política¹².

Esses atores sociais deram consistência organizacional ao partido, embora se possa crer que não tinham claro ainda que representariam qualitativa e quantitativamente experiências de renovação no quadro político paranaense ou, ainda, se isso representaria efetivo embate de idéias e práticas sociais entre seus ideais políticos e os de seus opositores – nas cidades paranaenses ou mesmo no Estado. Vale lembrar, todavia, que as influências teóricas recebidas faziam-nos crer num socialismo reformado ou ainda numa nova prática política paranaense, voltada para a participação mais direta da população nos assuntos públicos. Para que isso fosse efetivado, a organização de um partido de esquerda e a conscientização política dos paranaenses descontentes, tomaram-se instrumentos motivadores para os primeiros membros fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Conforme indica a Ata da Reunião do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores realizada na Assembléia Legislativa do Paraná em Curitiba (ATA, Livro 1, 1981, p. 1), esses fundadores e primeiros membros da Comissão Executiva Regional eleitos e empossados no dia seis de setembro de 1981 foram, respectivamente: presidente – Manoel Izaías de Santana; 1º vice-presidente – Ivo Augusto de Abreu Puenaloni; 2º vice-presidente – Vitório Sorotiuik; secretário geral – Edésio Franco Passos; secretário – Doático Alcides Alves dos Santos; tesoureira – Zélia de Oliveira Passos. A Comissão Executiva Regional do Diretório Regional,

¹¹ Para que haja um entendimento melhor sobre os Congressos realizados em Medellín na Colômbia (1968) e em Puebla no México (1979), verificar o site da CNBB: <http://www.cnbb.org.br> Segundo o teólogo FREI BETTO, em âmbito internacional, há, na Igreja Católica, quatro tendências. A primeira, conservadora, quer restaurar a tradição. Seria encarnada por Monsenhor Lefèbvre. Outra expressão é a TFP (Tradição, Família e Propriedade), de origem brasileira, que hoje se encontra praticamente todos os continentes. Uma segunda tendência é neoconservadora; aceita que cabe ao Estado a direção dos corpos e à Igreja a direção das almas. Uma terceira tendência, modernizante, caracteriza-se pelo fato de citar a imposição da modernidade. A quarta tendência é a libertadora, da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base, de D. Arns, dos cristãos da Nicarágua.

¹² Para uma compreensão melhor, consultar o livro de Gustavo Gutiérrez Merino sobre A força histórica dos pobres. Petrópolis, Vozes, 1981.

quando se reuniu em 6 de novembro de 1981, contava com sede própria, na Rua Carlos de Carvalho 58, sala 39.

Vale ressaltar, entretanto, que os militantes e dirigentes do PT paranaense nem sempre tiveram objetivos, estratégias ou projetos definidos clara e consensualmente porque dependiam do jogo de interesses, da capacidade de ação, das alianças internas e externas, das suas bases sociais e das reações inesperadas.

Desse modo, o princípio regente foi o da negociação e da legitimação das ações e práticas na disputa de espaço e poder, a partir dos interesses das classes populares, com a criação de inúmeras candidaturas locais e regionais (Curitiba, Londrina, Cascavel, Toledo, etc) para disputar as eleições para vereadores, prefeitos, deputados e governo do Estado. Além disso, a tarefa inicial passava por construir uma imagem positiva do partido, no Estado, para possibilitar chances reais em projetos de candidaturas e ações específicas.

Na época, a idéia que se tinha do partido, é que era um Frankstein, um monstro que vinha para instituir a baderna, a bagunça, desordem. Essas eram as idéias-chave que a Direita pregava, junto com a grande imprensa também, então, quem não participava, que não conhecia o PT de perto, achava que isso era verdade. Claro que os nossos mandatos começavam a desmistificar um pouco isso, pois quando o pessoal conhecia um político do PT mais de perto, que participava das reuniões, trocava idéias (a gente fazia muito disso), fazia trabalho de base, reuniões com homens do povo, atraídos por temas, por iniciativas temáticas que interessavam, eles passavam a mudar um pouco o conceito do que era o PT. Mas as informações que eles recebiam por disque-disque, através de imprensa ou através de lideranças locais que eram contra o partido, criavam uma imagem de que o PT era um bicho papão, e isso aos poucos se desmistificou com a presença no Parlamento, com a presença em Governos e tal, e, aos poucos, o pessoal passou a ter uma outra idéia do que era o PT, que era um partido, vamos dizer assim, fisiologicamente parecido com os outros, mas com uma prática que aos poucos foi chamando a atenção para um partido que tinha um comportamento diferente dos demais partidos. (TONELLI, 2001)

O aspecto plural do partido explica a existência de várias correntes internas em 1986 no PT nacional, com adeptos paranaenses. No quadro a seguir, se vê o nome e a sigla das tendências oriundas de cisões de diversos partidos de esquerda

e correntes ideológicas e políticas internacionais, que diferenciam os petistas dos demais, porque em seu partido, a existência do conflito ou do consenso, é sinônimo de democracia organizacional.

Quadro 5 – situação parcial da tendências no Paraná em 1986

NOME DA TENDÊNCIA POR PARTIDO	SIGLA
Organização Revolucionário Marxista Democrática Socialista	ORM-DS
Movimento Comunista Revolucionário	MCR
Partido Revolucionário Comunista	PRC
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	PCBR
NOME DA TENDÊNCIA POR CORRENTE IDEOLÓGICA/POLÍTICA	SIGLA
O Trabalho	O Trabalho
Convergência Socialista	CS
Causa Operária, partido Revolucionário Operário	PRO

Fonte: José Dirceu e Wladimir Pomar *in* GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 144-5

No Paraná, durante o mandato de Pedro Tonelli, entre 1987 a 1990, a presença dessas tendências não ocasionou problemas na execução de metas de trabalho. Nas palavras do parlamentar petista, elas existiam, mas

no partido havia um grau de entendimento muito maior, não havia uma política muita rígida de disputa interna como posteriormente tornou-se agudo esse comportamento e tal, então havia um grau de unidade em cima das questões de luta parlamentar, ou de luta política em geral. A gente percebia uma unidade enorme, um entendimento muito maior, depois acentuou, não lembro bem que ano, acho que foi em 90, por aí, que houve Congresso Nacional do Partido que regulamentou o funcionamento de tendências internas, então aí cada um organizou seu grupo com regulamento próprio que era legalizado nacionalmente, e daí, evidentemente, a gente percebeu que cada um começou a pensar, em primeiro lugar na tendência, em segundo lugar o partido, em terceiro lugar o resto. Então eu acho que foi uma coisa, não sei se errada ou necessária eu tenho dúvida sobre isso, mas o que a gente percebia no 1º mandato, que eu tive, havia um empenho 100% do Partido, havia uma grande união, havia também disputas de idéias, mas eram coisas momentâneas, eram coisas de reunião e tal, depois da reunião, beleza, todo mundo assumia junto. (TONELLI, 2001)

A constatação de que o deputado Tonelli reproduz a harmonia e/ou entendimento satisfatório com os demais militantes, dirigentes e correntes, foi

registrada na Reunião do Diretório Regional do Partido, em 23 de janeiro de 1988, na Câmara Municipal de Londrina, ocasião onde foram discutidos e avaliados os trabalhos do gabinete, além de outros assuntos, com destaque para a proposta de uma política de profissionalização de membros liberados.

O Diretório Regional percebia a necessidade dessa profissionalização, em vista de uma definição melhor sobre suas funções, sua subordinação hierárquica, sua atuação junto às instâncias de decisão e diante dos militantes, simpatizantes e dirigentes. Quanto ao encaminhamento sobre a atuação parlamentar do deputado e de seu gabinete, concluiu o Diretório que com relação à “avaliação dos trabalhos do gabinete do Dep. Pedro Tonelli: aprovado voto de louvor e confiança ao Tonelli.” (ATA, livro 1, 1988, p. 96)

Assim sendo, embora houvesse o reconhecimento da presença dessas tendências, durante a análise documental e testemunhal, percebeu-se a necessidade de identificar, situar e explicar o papel desempenhado por elas, sem no entanto, aprofundar a discussão. Desse modo, é necessário esclarecer que

O Trabalho, a DS, a Causa Operária e a Convergência Socialista se autodenominavam trotskistas, por adotarem as idéias de Trotski, revolucionário bolchevique expulso do Partido Comunista em meados da década de 20. Estes grupos são filiados a diferentes facções ou grupos considerados como uma corrente ideológica e política internacional, a IV internacional, que tentam reconstruir. A CS e a Causa Operária são mais fiéis às origens. A DS e O Trabalho representam uma evolução, pois procuram adaptar-se à realidade da luta política no país, mesmo através de posturas que entram em contradição com seu programa marxista. O PCBR, o PRC e o MCR são correntes que saíram do PCB. O PCBR surgiu de uma das cisões que abalou o PC após o golpe militar de 1964. O PRC é uma ala do PC do B, este por sua vez fruto da cisão no PCB, seja com a AP (Ação Popular), com o PC do B (Ala Vermelha) ou com o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Todas essas organizações se auto-denominavam marxistas, marxistas-leninistas-trotskistas. Todas, igualmente, se consideram anti-stalinistas. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 145)

Todavia, para garantir tal equilíbrio o partido necessitou de uma estrutura burocrática, hierárquica e normativa (conforme indica a Lei Orgânica dos Partidos) para regulamentar as tomadas de decisões internas (como escolher candidatos, por

exemplo) e externas (que alianças políticas realizar para crescer, por exemplo), e também, a regulamentação das tendências (seu reconhecimento, sua aceitação, os direitos e deveres, entre outras).

O 5º Encontro Nacional (4 a 6 de dezembro de 1987, Senado Federal, Brasília/DF), aprovou uma série de "Resoluções políticas" que formularam a "estratégia democrática e popular", na qual a luta pela conquista do governo era concebida como eixo articulador da estratégia de luta com um "Programa Democrático-Popular", que abrangia reivindicações de interesse dos trabalhadores e uma "Política de alianças do PT", estratégica, com alianças no campo da classe trabalhadora, com conotação democrática e popular.

A partir dos anos de 1990, as tendências passam a criar certos entraves ou dificuldades de diálogo entre os parlamentares e os militantes, entre militantes e a direção. Observava-se,

com o decorrer do tempo, o crescimento e também este processo de intensificação das tendências, era reconhecido isso, criou, como vou dizer assim, divisões internas, que viraram quase disputas de um partido contra o outro. Então já no 2º mandato [1991-4], no mandato de Deputado Federal, já teve [problemas], a gente sentia que não teve um respaldo partidário como no mandato estadual, porque já eram muitos mandatos e também o partido tinha um funcionamento com muita disputa interna, então, parte se comprometia e parte até questionava as ações de mandato que a gente tinha. (TONELLI, 2001)

Nesse V Encontro, outras decisões foram tomadas: substituição da Resolução sobre a "política sindical do PT", aprovada no 4º Encontro, por outra intitulada "O PT e o movimento popular"; manifestação aberta à sociedade sobre o "centenário da abolição da escravatura"; estratégias para a Campanha Eleitoral de 1988; aprovação das Resoluções sobre "Tendências", sobre "Proporcionalidade" e sobre a candidatura de Lula à presidência da República. Mais tarde, no Colégio Pio XI, em São Paulo, entre os dias 14 e 15 de abril de 1990, a Resolução sobre Tendências foi aprovada pelo Diretório Nacional e anexada no documento final do 5º Encontro com o título de "Regulamentação das Tendências Internas".

Destarte, a organização criou uma estrutura burocrática (além dos grupos de base de militantes), que se compunha de diretórios e executivas municipais e estaduais, de encontros locais, regionais e estaduais, e assim por diante, de modo que, no ano de 1987 (para organizar o mandato parlamentar), além dos militantes não remunerados, houve a necessidade da contratação de funcionários para manter o partido funcionando (profissionais especializados em visitar as cidades do Estado, para iniciar a organização do PT e manter contato com pessoas dispostas a aceitar tal projeto). Na Reunião do Diretório Regional do partido em 24 de janeiro de 1987, o registro histórico afirma que

foi discutida a questão do preenchimento dos cargos do gabinete parlamentar e dos cargos à disposição do partido. A Comissão Executiva apresentou os critérios discutidos que são: ser militante do PT, inserido no Movimento Social, capacidade de articulação, capacidade de trabalho e de confiança do deputado. Foram aprovadas as seguintes propostas: na reunião de julho será feita a avaliação das assessorias parlamentares e do partido; (...) quatro assessores serão para o partido; serão contratadas todas as pessoas para o preenchimento dos cargos do gabinete e da liderança; de imediato o diretório aprova a contratação para o gabinete das seguintes pessoas: Claudismar Zupirolli, Derci Pasqualotto, Neuri Luiz Mantovani, Gilberto Carvalho (Gil), Ana Inês de Souza e Ovidio Constantino; delegou-se a Comissão Executiva a escolha dos nomes para o preenchimento das outras vagas; quanto à liberação de uma pessoa para a secretaria de organização ficou de se buscar um entendimento com o atual secretário, Anísio, sendo também indicado o nome de Lúcia Becker. (ATA, Livro 1, 1987, p. 71)

Os assessores formaram a primeira equipe executiva do PT, responsável pelo funcionamento estrutural do primeiro mandato. Para contribuir nessa tarefa e para a divulgação mais eficiente das ações do partido e do mandato, foram contratados três jornalistas, em Reunião da Comissão Executiva Regional, na sua sede, em 13 de março de 1987, "após apresentados os vários nomes contatados e discutidos os critérios, foram escolhidos os seguintes companheiros: Altamiro de Souza, Elza de Oliveira e Roberto Salomão." (ATA, Livro 1, 1987, p. 75)

A burocracia construída no PT, lembra WEBER (s.d) ao analisar o modo de administração de diversas organizações políticas e Estados através dos tempos, mostrando o processo de constituição do atual sistema racional legal, baseado na

impessoalidade e na rigidez normativa. Apesar de, na realidade, haver diferenças em relação ao tipo ideal [o critério da impessoalidade, por exemplo, é apenas relativo, tanto nas organizações públicas quanto privadas] além de todas as críticas que se faz, desde há algum tempo, à rigidez das burocracias; o fato é que, em linhas gerais, por um lado, as organizações continuam presas fáceis de aparatos burocráticos que geram disfunções em seu funcionamento, pois reprime a criatividade e a inteligência e cria indivíduos controlados. De outro modo, observa HOROCHOVSKI (2000, p. 54), a burocracia como construção weberiana supõe que

atividades distribuídas por critérios fixos entre os membros da organização, a partir de uma autoridade e de meios de coerção para seu exercício delimitados à luz de um regulamento geral que prevê quem pode exercer as funções e os limites de ação; hierarquias estabelecidas pelo princípio da competência, exigindo-se treinamento rígido, específico e certificado para preenchimento de funções; cargos obedecendo a uma regra de conduta, com limites impostos à autoridade por regras abstratas; relações impessoais entre funcionários e desses com o público; esfera do trabalho separada da domiciliar e, ato contínuo, separação entre espaços público e privado; e documentos escritos, registrados e arquivados.

Para esclarecer melhor essa questão, é necessário lembrar que da mesma maneira que o Estado moderno se organizou burocraticamente, também as partidos o fizeram. Assim, as características básicas da organização formal, racional (e orgânica, no caso do PT) dessas empresas podem ser descritas como sendo baseadas em ações políticas de cálculo; administração e normatização das ações partidárias internas e externas; e estratégias predeterminadas.

Em tal configuração, não é de se estranhar que as organizações capitalistas tenham surgido e/ou se organizado em locais, circunstâncias e bases muito específicas. Na Inglaterra (século XVIII e XIX), por exemplo, onde o direito centrava-se nas mãos de especialistas liberais (advogados e juizes) que defendiam sua clientela capitalista, com muita eficiência de meios formais e legais apropriados aos negócios mercantis e industriais. Surgiu, enfim, em Estados burocráticos que detinham o domínio racional de suas leis, amarrando os advogados e juizes aos documentos formais, calculáveis, previsíveis e independentes da matéria em juízo.

Do mesmo modo, TAYLOR e FAYOL (teóricos da sociologia norte-americana) participaram desse pensamento, porém, adequando a análise na otimização da produção empresarial. Para eles, “basta aplicar corretamente os princípios por eles defendidos [medição de tempo e de movimentos, estabelecimento de hierarquias rígidas de cargos e funções] para que o sucesso da organização na consecução de suas metas seja atingido.” (HOROCHOVSKI, 2000, p. 55). Apesar de o PT estabelecer uma burocracia orgânica, também não deixa de lado a rigidez burocrática quanto a princípios e estratégias.

5.1 Primeiro mandato do Pt: alguns atores e fatos relevantes

No primeiro mandato do PT paranaense, basicamente duas grandes forças político-sociais contribuíram decisivamente: a primeira, constituída por lideranças populares do meio rural da agricultura familiar (pequenas propriedades) e a segunda, formada por lideranças de pastorais das Igrejas Cristãs ligadas a questões de luta social campesina (Pastoral Rural, Comissão Pastoral da Terra/CPT). Essas lideranças participaram direta ou indiretamente da escolha de Pedro Tonelli como candidato que despontava como liderança rural do Sudoeste, especialmente no município de Capanema, onde residia, trabalhava e participava da organização sindical rural; e também contribuíram durante o mandato com críticas e apoio:

Na eleição, minha base principal era o Sudoeste, tive bastante apoio e depois as referências da Pequena Agricultura, da Região Sul, um pouco da Região Oeste e daí uns pingadinhos da Região Norte e Noroeste do Paraná (no noroeste em pouco mais). Teve até um núcleo na região de Umuarama, mas daí era um pingadinho, então era um Pastor ou um Padre que tinha algum compromisso mais rural ligado à Pastoral da Terra e Pastoral Rural que indicava algum apoio na campanha. Agora, no mandato, aí sim, este esse apoio foi generalizado praticamente em todo Estado. (TONELLI, 2001)

O contexto paranaense, à época da discussão da candidatura, era o da redemocratização política do país: ressurgimento do pluripartidarismo; processo do sufrágio direto e secreto para escolha, pelo povo, de governadores dos Estados (a partir de 1982); ressurgimento ou fortalecimento dos sindicatos livres e autônomos e,

por fim, debate, pré-elaboração e implantação de Assembléias Constituintes tanto em âmbito federal como estadual. No Paraná, a Legislatura de 1987-1990 tornou-se Assembléia Constituinte, com o propósito de elaborar e implantar uma Constituição do Estado do Paraná (promulgada depois em 05/10/1989).

Como esse processo legislativo poderia melhorar ou não a vida do trabalhador urbano e campesino através das leis, princípios e normas de ação para todos os paranaenses, parte da população paranaense organizada em movimentos sociais urbanos¹³ contribuíram para intervir no processo constituinte estadual, lançando candidatos próprios ou apoiando candidatos comprometidos com a democracia, com as causas populares urbanas (moradia, emprego, saúde, etc) ou rurais (agricultura familiar de pequeno porte, financiamento da lavoura, entre outras).

Essa estratégia, evidentemente, só poderia funcionar com a escolha de candidatos comprometidos com as propostas populares das entidades urbanas ou rurais que permitissem, por exemplo, maior participação do campesinato na elaboração de políticas públicas, financiamentos acessíveis aos pequenos e médios agricultores, geração de empregos na cidade para evitar o êxodo rural, dentre outras. Todavia, a hipótese de que havia uma escolha racional de candidatos entre os membros das organizações acima citadas, deve ser interpretada com certo grau de subjetividade (por falta de registro confiável ou disponível). Então, qual o receio que não permitia acreditar que determinados agentes sociais pudessem fazer escolhas deliberadas? Em primeiro lugar, porque não há nenhum documento oficial conhecido que demonstre ou indique a organização ou movimento social, seus representantes e suas missões específicas.

Em segundo lugar, esse agir consciente dos militantes não refletia a totalidade da sua realidade marcada por certa indiferença ou conservadorismo político. Os assuntos públicos não atraíam a atenção das massas paranaenses e os interesses individuais acabaram por prevalecer sobre os coletivos, inclusive nos partidos políticos democráticos que tinham uma minoria participante e assídua.

¹³ A saber: Pastoral Operária/PO, Movimento de Luta pela Moradia, Movimento Popular de Mulheres, Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo/CEFURIA, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Sindicato dos Metalúrgicos, Pastoral da Juventude do Meio Popular; e também rurais, tais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão/Movimento dos Atingidos

Houve, pois, uma renúncia voluntária das massas, uma apatia generalizada no que se refere à elaboração e aplicação das políticas e assuntos públicos. Mesmo a minoria assídua e participante, tinha dificuldades em manter-se interessada.

Neste sentido, MICHELS (? , p. 20-33) já alertara que a participação popular nas decisões e escolhas políticas passaria por uma barreira psicológica, a saber, a indiferença política. Ao tratar sobre o problema da necessidade de chefes entre as massas civis (cidadãos), advinda da constatação de que pessoas comuns não conseguem identificar seus interesses individuais com os interesses da nação e que por isso delegam aos chefes políticos os assuntos públicos, Michels afirma que “a indiferença que a massa demonstra pela vida pública em tempos normais torna-se, em certos casos particularmente importantes, um obstáculo ao crescimento e à força do partido. Dá-se que por vezes a multidão abandona seus chefes no exato momento em que eles se dispõem a passar à ação. Esse fato se verifica, mesmo quando se trata de organizar manifestações de protesto”.

Tal constatação remete às exigências modernas da democracia, de construção de organizações e/ou partidos que assumam a tarefa coletiva do funcionamento da sociedade e do Estado, que promovam formação política e que demonstrem para as pessoas comuns, que sua negligência política pode acarretar problemas futuros. Desse modo, além de serem mecanismos usados para alcançar vários objetivos, as organizações ainda têm um importante efeito em nossas vidas coletivas. Esse efeito é muito sutil e pouco reconhecido, entretanto, pode ser muito profundo em suas implicações quando há reflexão sobre as ações dos atores sociais agrupados em classes distintas e/ou antagônicas, dentro de regimes democráticos.

Assim, pode-se afirmar que atualmente a organização passou a ter um status de meio eficiente e único para garantir a criação e a manutenção da vontade coletiva. Na classe dos trabalhadores, por exemplo, articular-se harmoniosamente significa, por um lado, garantir uma economia de forças na luta contra os fortes, a saber, os capitalistas e, por outro lado, manter um espírito de solidariedade e de interesses comuns a fim de proporcionar resistência política e dignidade profissional

e humana. Assim, as massas operárias organizadas poderiam adquirir condições reais de sobrevivência na democracia.

Com base na orientação estratégica, em tese, é que Pedro Tonelli foi lançado como candidato da região sudoeste, obtendo apoio das lideranças populares e religiosas numa campanha sem muitos recursos financeiros e sem alianças partidárias, mas com sucesso, pois foi eleito como 1º deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores e, também, como o 1º militante com um cargo eletivo (o PT não tinha expressão eleitoral – mesmo na capital e por efeito, não havia conquistado ainda cadeira de vereador, prefeito ou de governo do Estado).

A construção dos recursos de campanha não transcorreu de maneira simples. No relato a seguir, tem-se uma idéia das dificuldades enfrentadas pelo então candidato a deputado estadual. Conta TONELLI (2001) que,

no primeiro mandato, não lembro agora, nós tínhamos um comitê pequeno em Francisco Beltrão. Toda despesa de campanha era o equivalente a uns três mil reais: era um santinho pequenininho e viagem de ônibus de linha. Eu ia para Irati [PR] e fazia reunião com Agricultores, o Padre me pegava na rodoviária, eu ia e voltava (levava 2 dias); um dia para ir e outro pra voltar. Assim é que eu fiz a campanha do meu 1º mandato como deputado. Uma vez fui a Pinhão [PR] num debate (domingo de manhã) junto com o Claus Guermer, que era candidato a Deputado Federal. Eu fui a Curitiba de ônibus, peguei uma carona com Claus, fomos para Pinhão que é aqui perto de Capanema, depois voltamos para Curitiba; à noite, peguei o ônibus, retornando para Capanema. Então era assim que funcionava a campanha ...

Na campanha eleitoral, além da região sudoeste, o apoio à candidatura para deputado estadual do PT emergiu também dos pequenos agricultores e de suas respectivas lideranças nas regiões oeste e sul do Paraná, principalmente nas localidades próximas a Capanema. No Norte e Noroeste, TONELLI não conseguiu significativo apoio por causa do desconhecimento do seu nome como representante à legenda oposicionista então em construção. Outrossim, na região de Umuarama, houve um núcleo de apoio, através de padres ou pastores ligados ao debate político – especialmente nas pastorais rurais, sem muita pretensão e maiores expectativas

quantitativas, pois se baseava em agentes com poder de indicação de voto por convencimento verbal e por afinidade nas lutas sociais.

5.1.1 O envolvimento direto com a sociedade civil organizada: atores e entidades

Durante o transcorrer do mandato petista é que o envolvimento de pessoas e entidades se generalizou, tendo ampliado o leque de alianças e/ou apoios estratégicos para além da realidade rural e pastoral para atingir fortemente o meio sindical urbano. Assim sendo, os anos de 1987-90 ficaram marcados pela presença do deputado Tonelli nos mais variados eventos políticos na capital ou nas cidades do interior do Paraná, em greves, passeatas, reuniões ou mesas de negociação.

Estreitaram-se os laços de compromisso do mandato, por exemplo, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com sindicatos afiliados¹⁴, com entidades não-governamentais, como o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com os sindicatos independentes, pastorais e movimentos sociais urbanos.

Essas entidades foram muito ativas na década de 1980, em defesa de seus representados através de grandes lutas sociais e salariais, nas grandes cidades paranaenses (Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, entre outras cidades), promovendo debates públicos para exigir emprego, vale-transporte para desempregados, melhores condições de trabalho e melhores salários e, também, nas cidades do interior, com o Movimento dos Sem-Terra (MST) exigindo a reforma agrária e a fixação do homem ao campo com financiamento agrícola familiar.

Para citar um exemplo desse período, vale lembrar a Greve Geral de 1987, quando a Assembleia Legislativa do Paraná permaneceu fechada em solidariedade aos trabalhadores do Paraná e do restante do país, atendendo a requerimento do deputado Tonelli (PT), dos deputados Nereu Massignan e Haroldo Ferreira (PMDB) e do deputado Algaci Túlio (PDT). Na ocasião, o arrocho salarial provocado pelo Plano Bresser e o "monitoramento" da economia do país feito pelo Fundo Monetário

¹⁴ Sindicato dos Petroleiros e Petroquímicos, Associação dos Funcionários dos Correios, Sindicato dos Funcionários das Empresas de Telecomunicações, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Gráficos, Sindicato dos Funcionários das Empresas de Processamento de Dados, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Professores-APP, entre outros

Internacional (FMI) foram os principais motivadores da paralisação dos trabalhadores. A articulação do PT junto aos demais partidos foi decisiva para a adesão dos parlamentares da base do governo de Álvaro Dias.

Em entrevista ao *Jornal do Estado* (21/08/1987), o deputado Algaci Túlio referiu-se ao deputado Tonelli, líder do Partido dos Trabalhadores, dizendo que “enfim vencemos uma vez, não é mesmo Tonelli?”. O deputado Tonelli, falando do mesmo tema, em entrevista ao *Jornal Correio de Notícias* (20/08/1987), afirmou que a greve foi “política”, por isso mais difícil de ser feita. Segundo o jornal, “...Tonelli acredita que será melhor do que a expectativa, principalmente no Paraná, onde (...) está bom o nível de discussão”, mesmo havendo informações negativas sobre a greve que “é para dar a entender que a greve não é boa”.

Em outra demonstração de solidariedade ao movimento sindical, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores apoiou a greve de agosto de 1988 liderada pela Associação dos Professores do Estado (APP-Sindicato), sendo que, na ocasião, o deputado Tonelli, sabedor da reivindicação de 52% de reposição salarial (a defasagem salarial durante o governo de Álvaro Dias girava em torno de 90%), referiu-se ao movimento grevista afirmando, no Informativo para Rádio de 12 de agosto de 1988, que “o PT está do lado dos professores porque considera suas reivindicações bastante justas. Os professores ficaram mais de oito meses tentando dialogar com o governo. Foram bastante pacientes e só entraram em greve porque não houve resposta do governo”. (TONELLI, 1988)

Neste sentido, conta o referido parlamentar, que metade do tempo disponível do mandato servia para organizar, auxiliar a pensar e fazer acontecer as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Paraná¹⁵. A outra metade do mandato foi usada para fortalecer o sindicalismo urbano dos professores, dos metalúrgicos, da construção civil, dos funcionários da saúde e dos estudantes universitários. Esses sindicatos – que historicamente tem a tarefa de garantir o emprego e lutar para evitar ondas de desempregados, por causa de inflação alta ou automatização nas empresas em geral, buscavam, no mandato, uma

¹⁵ Mesmo tendo presença no restante do país, o movimento ganhou forças no Paraná nas lutas dos agricultores desapropriados da barragem do Itaipu na região oeste, passando a organizar-

referência oficial, via expedientes parlamentares do gabinete. É mister ressaltar, todavia, que os sindicatos da capital e do interior também estavam enfrentando, no final da década de 80, um processo de transição interna com a busca de novos horizontes e perspectivas de organização.

Com tal objetivo, muitos sindicatos filiados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1962, começaram a aderir à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nova central sindical sediada no ABCD paulista e fundada em São Bernardo do Campo, em 1983, que nascia com forte inspiração oposicionista, independente e combativa. Em 1986, o restante dos sindicatos do antigo Comando Geral dos Trabalhadores criaram a Central/Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), evidenciando as constantes divergências e/ou mutações no sindicalismo brasileiro. O deputado TONELLI pertencera ao sindicalismo antes de ser deputado e fora também um dos fundadores da CUT nacional, tendo participado da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em Praia Grande, no Estado de São Paulo, entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, na qual indicou a fundação da Central Única dos Trabalhadores. Fora ainda, o presidente do sindicato rural do município de Capanema e seu coordenador no sudoeste paranaense, representando o setor rural da CUT, no Paraná.

Por todas essas razões, o deputado petista procurava incentivar os trabalhadores a filiar-se a sindicatos cutistas, porém, sem menosprezar os demais sindicatos e centrais sindicais, mantendo, dessa forma, o mandato com base ampla de apoio e de participação. “Claro que no decorrer, a gente sempre puxava uma braziinha para o lado da CUT, eu era cutista, fui sindicalista antes de ser Deputado e fui fundador da CUT, fui na 1ª Direção Nacional da CUT, no 1º Congresso Nacional (CONCLAT) que aconteceu em Praia Grande – SP.” (TONELLI, 2001)

Nos documentos oficiais do PT, essa opção sindical do parlamentar petista encontra justificativa formal. No 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo/SP, de 30 de maio a 01 de junho de 1986, a Resolução “Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores” definiu a relação PT-CUT como uma reação “diante do sindicalismo atrelado e das direções comprometidas com a sustentação

se no restante do Paraná através de ocupações de terras consideradas sem fins produtivos e/ou de

da estrutura sindical oficial [referência à Confederação Geral dos Trabalhadores/CGT e à União Sindical Independente/USI], o PT pôde fazer avançar a luta pela independência sindical e pela construção do sindicalismo classista e democrático, expresso pela CUT". (PT, 1986, p. 205)

5.2 O MANDATO PETISTA, O GABINETE E AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS

O PT estadual, por outro lado, não tinha muitos problemas internos com tendências e dissidências que visassem a metas antagônicas em relação à tomada de poder, número de candidaturas, limite de filiados, entre outros, o que facilitou a organização do mandato e permitiu uma trajetória menos complicada para o deputado Tonelli. Questões como projetos de lei, denúncia sobre irregularidades no governo de Álvaro Dias, forma de efetivar a agenda parlamentar, entre outros temas, obtiveram sempre consenso entre os assessores e os apoiadores externos, como os sindicalistas e membros das pastorais sociais.

Foi no final de 1990 e no início de 1991, lembra o parlamentar petista, que,

com o decorrer do tempo, o crescimento e também este processo de intensificação das tendências, era reconhecido isso, criou, como vou dizer assim, divisões internas, que viraram quase disputas de um partido contra o outro. Então já no 2º mandato [1991-4], no mandato de Deputado Federal, já teve [problemas], a gente sentia que não teve um respaldo partidário como no mandato estadual, porque já eram muitos mandatos e também o partido tinha um funcionamento com muita disputa interna, então, parte se comprometia e parte até questionava as ações de mandato que a gente tinha. (TONELLI, 2001)

O PT estadual passou por momentos internos difíceis, com o debate mais áspero entre as diversas tendências ou correntes ideológicas (conforme analisado no início da quinta seção), o que refletia inclusive no apoio anterior e unânime do mandato. Assim, no seu mandato como deputado federal, não percebia apoio unânime e contribuição tão qualificada dos companheiros de partido como antes (1987-90). Nesse momento, num contexto pós-eleitoral de desesperança ou incertezas motivadas pela derrota do então candidato à presidência, pelo PT, Luís

Inácio Lula da Silva para Fernando Collor de Mello, o mandato de deputado federal ficou marcado por dificuldades anteriormente não enfrentadas.

Ainda como deputado estadual, tinha dificuldades na aprovação de requerimentos ou projetos de lei porque pertencia à oposição, não contava com o voto da maioria peemedebista e ficou sem espaço suficiente na imprensa local e com falta de recursos para promover cursos ou produzir materiais de divulgação das ações do seu gabinete. No Congresso Nacional, em Brasília, pela distância das bases e pelo panorama de lutas internas entre tendências, um dos problemas era o de enfrentar a diminuição da "paixão" típica dos militantes e simpatizantes do partido no Paraná e no restante do país.

Percebeu-se que a derrota nacional influenciou o PT estadual trazendo um aspecto novo no cenário interno a partir de 1990: os grupos petistas discutiam primeiramente sua tendência, depois o partido e por fim as demais questões. Desse modo, a derrota eleitoral para Fernando Collor de Mello ficou sem uma resposta convincente. Por um lado, foi atribuída à direção equivocada da campanha e, por outro lado, à interferência da Rede Globo de Televisão na edição dos debates entre os dois candidatos, favorecendo Collor de Mello.

Anos antes da citada disputa eletiva e, antes mesmo do agravamento das disputas travadas entre as correntes internas, o 5ª Encontro Nacional realizado no Senado Federal em Brasília/DF, entre 4 e 6 de dezembro de 1987, aliás, prevendo problemas futuros, aprovou uma norma específica sobre essa matéria com o título "Resolução sobre Tendências", que definiu que o "PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes, o direito de constituir-se como tendência interna do partido." (PT, 1998, p. 357)

O documento mostra a percepção de que havia um crescimento de tendências ou mesmo um acirramento nas relações entre elas. Isso foi comprovado no 1º Congresso Nacional realizado em São Bernardo do Campo/SP, entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 1991. Esse Congresso, na tentativa de dar uma solução orgânica aos problemas advindos de disputas internas entre tendências, estabeleceu um conjunto de oito princípios básicos que regulamentaram a existência

das tendências, delimitando seu campo de ação, decisão, conceituação e autonomia (no início do quinto capítulo, estão citadas as principais tendências).

Na Resolução sobre “Partido”, os dirigentes definem que “entre as diversas medidas para desbloquear a vida do Partido e ampliar sua democracia e seu pluralismo, propomos a seguinte regulamentação do direito de tendência: tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se como de vida permanente.” (PT, 1998, p. 525)

Sem ter presente esse panorama de conflitos internos, provocado pelas tendências de opinião dentro do partido, em 1986, por ser o único candidato petista eleito naquele ano, por não haver passado por experiência parlamentar nem executiva, o deputado Tonelli e seus assessores precisaram montar um mandato aberto a sugestões e críticas internas, para criar um plano de trabalho. Também, evidentemente, fez-se necessário uma democratização extrema do mandato e, assim, houve uma espécie de aliança estratégica com as lideranças populares do meio rural e urbano para manter o mandato e criar uma imagem positiva deste.

A hipótese que fundamenta essa argumentação centra-se na afirmativa de que o mandato parlamentar petista ocorreu em estreito atendimento às demandas populares e sociais presentes e resgatadas da sociedade civil organizada. Desse modo, o gabinete tomou-se – para as pessoas que queriam uma alternativa parlamentar, para as entidades que desejavam um deputado mais sensível com suas reivindicações e para outros tantos paranaenses que buscavam um mandato de oposição ao governo – a única referência e, por isso, havia interesses em auxiliar o parlamentar na tarefa legislativa, tanto na apresentação de emendas à Constituinte quanto na realização de projetos populares ou mesmo na vigilância do Executivo.

Assim sendo, várias lideranças universitárias, sindicais e das pastorais de Igreja em geral tinham influência ou eram influenciadas pelas decisões tomadas durante o mandato. Veja-se, a título de exemplo, três casos de categorias profissionais distintas e significativas no sentido de mostrar a imagem do deputado petista diante de organizações classistas. No primeiro caso, o Sindicato dos

Jornalistas Profissionais do Paraná, na pessoa do presidente Desiderio PERON, através de ofício em 15 de maio de 1990, afirmava:

“Temos a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em nome da Categoria que representamos, externar nossos reconhecidos agradecimentos à vossa dedicação e apoio conferidos por ocasião da tramitação e aprovação, pelo Poder Legislativo Estadual, do projeto de lei nº 204/90, que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social.” (CASA DOS JORNALISTAS, 1990)

No segundo caso, a presidenta Isolde Benilde ANDREATA da APP (Sindicato dos professores das redes públicas estadual e municipais no Paraná) sediado em Curitiba, em ofício de 02 de julho de 1990, mostra a imagem pública de oposição do deputado petista, através de um agradecimento formal afirmando que “os professores da Rede Estadual de Ensino, reunidos em Assembléia Geral no dia 23-06-90, em Arapongas, aprovaram voto de louvor ao deputado Pedro Tonelli por ter requerido o “impeachment” do Governador [Álvaro Dias].” (APP-SINDICATO, 1990)

No terceiro caso, o presidente Irineu ZANUZZO, do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, em documento datado de 27 de setembro de 1990, apresenta a imagem positiva da Assembléia Legislativa que o deputado petista ajudou a construir perante a opinião pública dizendo que,

O Sindicato dos Contabilistas de Curitiba, através do presente, acusa o recebimento do ofício sob nº 8718/90, datado de 23 p.p. Sentimo-nos orgulhosos de contar com um parlamentar sobretudo atento aos problemas porque passa a classe trabalhadora em nosso país. São atitudes como esta, do constate requerimento que acompanha o ofício a nós enviado, que engrandecem a classe política paranaense, infelizmente carente de maiores expoentes a nível nacional. (SINDICATO DOS CONTABILISTAS, 1990)

É mister ter em mente que, no início do mandato petista, ainda não havia uma profissionalização nem especialização dos assessores do PT, evidentemente por se tratar de pessoas sem experiência administrativa e/ou legislativa (porém, conforme visto no quinto capítulo, esse problema organizacional foi resolvido), fato

positivo no sentido de que contribuía para a ampliação de espaços internos no gabinete com intervenções externas das pessoas (acolhidas de forma profissional), em vista da qualidade e da criação de uma visão positiva da população paranaense em relação ao Partido dos Trabalhadores, que carregava consigo uma herança de "partido vermelho" (em referência à União Soviética e ao comunismo que provocava medo nas pessoas desinformadas), de partido do caos e da desordem:

O PT e a esquerda em seu conjunto foi o alvo direto dessa chantagem. Estão chamados, agora, não só a buscar suas raízes como também a definir os fatores que os tomaram possíveis. Alguns observadores políticos adiantam conclusões que soam como advertências: "A Lula (isto é, ao PT) cabe arrumar sua retaguarda". É a alusão "aos grupos radicais que se infiltraram no partido, desde que ele se apresentou como momentânea opção legal pelo socialismo" (*Jornal do Brasil*, 12/12/89, "Coluna do Castelo"). Há, ainda, "milhares de associações de pequenos e médios empresários temerosos de uma esquerdização do país". Outro analista político lembra que o novo presidente "foi eleito por minoria: 60% dos eleitores não lhe deram o voto. E, dos que deram, boa parte o fez não porque nele depositasse suas esperanças mas por temor do outro candidato". "Há, portanto, no eleitorado, um enorme potencial de oposição" (nota da Secretaria Geral à Comissão Executiva Nacional, agosto de 1989). (CARVALHO, 1990)

Dessa maneira, havia uma expectativa que o mandato de oposição fosse diferente dos demais mandatos de situação que, evidentemente, não provocariam confrontos com o governador Álvaro Dias, pois este tinha apoio majoritário na Assembléia Legislativa do Paraná. Além do deputado Tonelli do PT, os deputados Rafael Greca e Algaci Túlio do PDT também mantinham oposição na Assembléia Legislativa. Parte do PDT e do PFL, entre outros, mantinham uma relação de submissão e/ou não confronto com o Executivo. O PMDB, por ser o partido governista, dava sustentação ao executivo.

Assim sendo, para um trabalhador rural sem experiência em órgãos e assuntos de ordem pública, foi um choque cultural grande. Ao mesmo tempo, o parlamentar petista tinha que conciliar vida familiar e construção de estratégias para seu mandato oposicionista com as demandas advindas de entidades que ajudaram na sua campanha. Para dar um exemplo, assim que foi eleito em 1986 e antes mesmo de assumir o mandato, participou de uma Assembléia com estudantes

universitários na Universidade Estadual de Londrina, preocupados com a notícia de que o governador Álvaro Dias haveria de acabar com a autonomia universitária:

Fui chamado a Londrina (porque o Álvaro Dias anunciou que ia acabar com a autonomia Universitária). Então, eu era um trabalhador rural, eleito deputado, que nem tinha tomado posse e estava numa Assembléia na Universidade Estadual de Londrina com 3000 universitários, acadêmicos da UEL, debatendo como a gente faria para armar os “pauzinhos” para impedir o fim da autonomia universitária. Então, quer dizer, é um choque enorme, mas é desta forma que foi tratado meu primeiro mandato. Então, todo mundo tinha interesse nesse mandato, porque sabia que era um mandato que inovava na política da Assembléia Legislativa, na política paranaense, que não tinha muitas referências de confronto com o governador Álvaro Dias. No começo tinha três deputados que questionavam o governador, que era eu do PT e tinha mais dois do PDT que era o Rafael Greca e o Algaci Tulio. O resto não questionava, era a bancada do amém [PMDB, PFL, o PDT]. (TONELLI, 2001)

Para enfrentar essa e outras lutas na Assembléia Legislativa e fora dela, foram decisivos o fortalecimento dos núcleos de base: grupos de simpatizantes à candidatura originados em Capanema e região (conforme dito no subcapítulo 5.1), que contribuíam na criação de mecanismos e recursos para, num primeiro momento, permitir o sucesso no pleito eleitoral e, num segundo momento, alimentar ou subsidiar os jornalistas Altamiro de Souza, Elza de Oliveira e Roberto Salomão; os assessores, a saber: Claudismar Zupirolli, Derci Pasqualotto, Neuri Luiz Mantovani, Gilberto Carvalho (Gil), Ana Inês de Souza, Ovídio Constantino, Rosani R. Moreira, Maria José da Silva, Tamara Cristina Cordeiro (OFÍCIO 058, PT-Gab.) e o próprio deputado com propostas de projetos, críticas ao andamento dos trabalhos parlamentares e temas para os discursos no plenário.

O reflexo direto dessa organização de base incidia sobre os diretórios municipais – que são as instâncias do Partido responsáveis pelas táticas e estratégias político-partidárias locais – sobre a escolha de candidatos a vereador ou prefeito e, também, sobre o Diretório Estadual (uma instância responsável pela formação e organização dos diretórios municipais, para escolha de candidatos estaduais e federais e pela resolução de eventuais dilemas nos municípios e regiões).

Essa reunião de fatores que contribuíram para a eleição do primeiro deputado estadual e também do primeiro mandato eletivo do PT no Paraná, naturalmente, não aconteceu de forma mecânica e linear. Houve, certamente, muitos tropeços e problemas de toda ordem. Porém, a evolução histórica dessa trajetória eleitoral se deu paulatinamente, começando pela região sudoeste (Capanema); com o predomínio de pessoas e entidades ligadas ao meio rural, passando pela região oeste (Medianeira, Foz, Cascavel), pela região norte (Londrina, Maringá) com pessoas do meio popular, sindical e das pastorais sociais e, por fim, pela região da capital Curitiba, também com participação dos movimentos e entidades urbanas. Nas demais regiões e no litoral paranaense, a participação no PT e a sua respectiva aceitação popular se dá em escala significativa, a partir de 1990, com o reflexo do partido nacional e de Luís Inácio Lula da Silva, figura já conhecida e identificada com o projeto político do Partido dos Trabalhadores. A rejeição à sigla partidária, porém, também se podia sentir.

O Paraná, com uma população diversificada (povos nativos como os guaranis; povos de origem européia como os portugueses, espanhóis, italianos, alemães, poloneses; de origem asiática como os japoneses e chineses; e, por povos afro-brasileiros como os chamados mestiços, pardos ou mulatos) mantinha uma fama de conservador já na década de 1980. Mesmo sem haver um consenso sociológico sobre isso, o que se percebia e se percebe, é uma população muito apegada ao seu Estado, aos seus costumes antigos, que evita mudanças e mantém um raciocínio cético em novidades, especialmente políticas (o que explica a presença de classes ou famílias dominantes em todo o Paraná).

Dedutivamente, pode-se dizer que parte dos imigrantes trazem consigo as crises européias, em especial aquelas advindas das duas grandes guerras mundiais que, além de destruir materialmente a Europa, destruiu a tranquilidade e a estabilidade das famílias na sua terra natal, fazendo-as migrar para outros países como o Brasil, onde acabam por formar as futuras classes dominantes em conjunto com as famílias tradicionais luso-brasileiras e outros imigrantes do século XIX, como se verifica no quadro abaixo:

Quadro 6 – principais grupos de imigrantes e áreas de fixação no Brasil

MIGRANTE	ÁREAS DE FIXAÇÃO
Portugueses	Praticamente em todo o país, em especial no Rio de Janeiro, com preferência pelas cidades em relação ao campo.
Italianos	São Paulo (capital e interior), Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul) Santa Catarina (Nova Trento, Uruçanga e Nova Veneza), principalmente.
Espanhóis	Principalmente em São Paulo (capital e interior), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.
Japoneses	São Paulo (capital e áreas do interior, Marília, Tupã, Presidente Prudente, Vale do Ribeira), Pará (região Bragantina), Paraná (Londrina, Maringá) e Mato Grosso do Sul.
Alemães	Santa Catarina (Vale do Itajaí), Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo, Estrela, Ijuí, Vale dos Sinos), Paraná, São Paulo e Espírito Santo.
Eslavos	Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Lapa), em especial.
Sírio-libaneses	Quase todo o país, em especial nos centros urbanos. Um certo destaque para São Paulo (capital e interior)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ao examinar a estatística de imigração para o Brasil e para o Paraná, o que deve ser observado que ela é fruto da Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico de africanos para o Brasil, conforme indica WACHOWIEZ (1995, p. 137); "Portanto, a partir do século XIX ocorreu no Brasil, e por extensão ao Paraná, a tendência para o branqueamento de sua população." Continua, "em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano (...) a população paranaense era de 294.491 habitantes, sendo 5,17% o coeficiente de negros." Os dados a seguir confirmam essa constituição étnica diversificada no Brasil e no Paraná, por consequência. O quadro abaixo mostra os contingentes imigratórios no Paraná:

Quadro 7 – imigrantes vindos para o Paraná até 1948, por nacionalidade.

NACIONALIDADE	MIGRANTES (TOTAL)
Poloneses	57.000
Ucranianos	22.000
Alemães	20.000
Japoneses	15.000
Italianos	14.000

Fonte: WACHOWIEZ, 1995, p. 152

Os imigrantes, no Brasil e no Paraná, cumpriram duas funções básicas: por um lado, foram usados para substituir a mão-de-obra escrava por apresentarem melhor qualificação e habilidades técnicas, especialmente para o trabalho no campo

e, por outro lado, serviram para que as elites paranaenses promovessem o chamado branqueamento populacional (tornar um Estado com características européias):

Dentre as várias correntes imigratórias dirigidas ao Paraná após a Primeira Guerra Mundial, notamos um predomínio do elemento japonês, o qual localizou-se de preferência no Norte do Paraná, ocupando núcleos importantes como Uraí, Assaí, Londrina, Bandeirantes, etc. Nos Campos Gerais localizaram-se inicialmente os holandeses em 1911 em Carambeí, no município de Castro. Formavam um grupo de cerca de 450 pessoas, reimigrantes da colônia Irati. Em 1934, nos arredores de Carambeí, iniciou-se um núcleo de alemães. Era a colônia Terra Nova. No município de Castro surgiu ainda a colônia de Castrolândia. Em Palmeira, a partir de 1951, localizaram-se os alemães menonitas protestantes. Todos esses grupos étnicos modernos, localizados nos Campos Gerais, ocuparam-se com a mesma atividade: agro-postoril-industrial. Tais grupos imigratórios chegaram aos Paraná em movimentos planejados, assistidos por entidades internacionais. Sua fixação foi bem dirigida e financiada, o que a torna bem diferente da imigração pioneira no século passado: Fixou-se também nos Campos de Guarapuava, em 1951, um grupo de alemães, refugiados da região do Danúbio. Fundaram a colônia de Entre Rios, com cerca de 350 pessoas, que rapidamente prosperou. (WACHOWIEZ, 1995, p. 151)

Os imigrantes formaram, no Paraná, aos poucos e em conjunto com a população luso-paranaense, as classes tradicionais e hegemônicas nas esferas política, social e econômica. Quando OLIVEIRA (2001, p. 353) exemplifica a carreira de Aníbal Khury (filho do imigrante libanês, Salomão Khury), quer demonstrar que “o paradigma do político imigrante aí está resumido. Casamentos nas famílias tradicionais da classe dominante e da política paranaense colaboraram na reprodução de estruturas de poder e parentesco.”

No quadro 8, vê-se claramente a política de branqueamento da população pelos dados de um órgão oficial:

Quadro 8 – população urbana e rural de 1970 a 2000 no Brasil.

ANO	POPULAÇÃO (MILHÕES)	URBANA (MILHÕES)	% SOBRE O TOTAL	RURAL (MILHÕES)	% SOBRE O TOTAL
1970	93,1	52,1	55,9	41,1	44,0
1980	119,1	80,5	67,5	38,6	32,4

2000	169,5	137,7	81,2	31,8	18,8
------	-------	-------	------	------	------

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamentos: 1970, 1980, 2000

No quadro 9, estão os dados demográficos que podem ser confrontados com os dados étnicos do quadro 8. No confronto de dados, percebe-se que dos 169,5 milhões de habitantes, o IBGE considera que apenas 9,153 milhões são brancos (4.5%). A classe dominante (OLIVEIRA, 2001) determina os resultados.

Quadro 9 – grupos étnicos na população total no Brasil.

ETNIAS	% DA POPULAÇÃO (1950)	% DA POPULAÇÃO (1980)	% DA POPULAÇÃO (1999)
Branco	61,7	54,7	54,0
Negro	11,9	5,9	5,4
Pardo	26,5	38,5	39,9
Amarelo	0,6	0,6	0,6
Não declarados	0,2	0,4	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Recenseamentos: 1950, 1980. PNAD de 1999

A investigação procura demonstrar com esses dados, que o PT encontrou uma realidade muito complexa e formada por determinadas peculiaridades culturais (preconceitos raciais, colônias étnicas, costumes europeus, ufanismos, apego à terra e à família, entre outras), que dificultaram a consolidação de uma proposta de partido de esquerda, um partido herdeiro das lutas trabalhistas do ABCD paulista e do trabalhismo internacional.

No campo político, OLIVEIRA (2001, p. 154) alerta que a

composição da primeira Assembléia Legislativa do Paraná afirma a presença direta na elite política regional dos principais atores econômicos da província, os veteranos da grande propriedade rural, os comerciantes ervateiros e tropeiros. Os Bacharéis eram os filhos da grande propriedade e herdeiros das tradicionais famílias da classe dominante do Paraná. A diferença entre eles e os grandes agentes econômicos é marcada pela idade, geração e formação. Ambos pertencem aos mesmos grupos familiares. A produção de um segmento de Bacharéis por parte da classe dominante paranaense é um importante fenômeno cultural e político da metade do século XIX. É um processo de diferenciação na classe dominante em

relação à construção institucional do Estado Nacional em diferentes níveis. O poder político se exercia mais por meio de carreiras especializadas na burocracia Imperial do que na simples posse de terras, patrimônio insuficiente para gerar grandes rendas. A produção de Bacharéis por parte da classe dominante paranaense, no entanto, se revelaria incapaz de atender à demanda político-institucional. Até o fim da República Velha, haveria uma grande importação de bacharéis do norte do país para o Paraná. A relação entre os bacharéis enquanto agentes preferenciais da elite política imperial e os tradicionais membros e integrantes da economia da classe dominantes se revela pela conformação da estrutura de parentesco que une os dois conjuntos. A diferença passa por distintas experiências geracionais políticas. Dos suplentes que assumem posteriormente, dois são padres, o que revela o papel secundário do clero na representação política regional.

A fama de população exigente, tradicional e dominante da sociedade paranaense se confirma no estudo de OLIVEIRA¹⁶ (2001). Resumidamente, resgata-se no trabalho do sociólogo, a presença das famílias tradicionais e dominantes. Assim, sete dos oito Ministros de Estado até 1964 possuíam vínculos com famílias tradicionais da classe dominante, entre eles: Bento Munhoz da Rocha, Ney Amintas de Barros Braga, Flavio Suplicy de Lacerda (Amaury de Oliveira e Silva não pertencia). Dos 30 chefes do poder executivo republicano do Paraná, 17 pertenciam aos títulos familiares históricos e hegemônicos, dentre eles, Bento Munhoz da Rocha, Affonso Camargo e Mário Pereira. Dos Governadores e Presidente do Paraná Republicano, temos como nomes conhecidos Afonso Alves de Camargo, Moyses Wille Lupion de Tróia, Ney Amintas de Barros Braga, Paulo Cruz Pimentel, Roberto Requião, Mário Pereira e Jaime Lerner. Dos 56 prefeitos de Curitiba, 23 descendem (in)diretamente da classe dominante do Paraná, como por exemplo: Mario Affonso Camargo, Ney Braga, Rafael Greca de Macedo; 14 pertencem (in)diretamente de famílias de tradição política (século XX), tais como: Ivo Arzua Pereira, Roberto Requião, Iberê de Mattos e, 19 começaram recentemente o seu capital político, como Ney Leprevost, Augusto Toaldo Túlio, Erondi Silvério e Saul Raiz.

Em relação às famílias tradicionais e dominantes da sociedade paranaense no poder judiciário, o estudo de OLIVEIRA confirma que dos 52 Secretários de

Justiça do Paraná entre 1892 e 1975, 32 eram membros (in)diretamente da classe dominante, como Lauro Rego Barros, Plauto Miró Guimarães e José Munhoz de Mello; 7 são membros de famílias influentes (desde o século XIX), como é o caso de Luiz Antonio Xavier, Renato Gurgel e Rubens Requião; 13 são personagens relativamente novos, como por exemplo, João Mattos Leão, Zacharias Seleme e Mario Faraco. Dos 110 desembargadores do poder judiciário, de 1891 até 1981, 73 eram desembargadores vinculados às famílias e aos títulos genealógicos de tradicional e histórico domínio político, social e econômico no Paraná, como por exemplo: Lauro Fabrício de Mello Pinto, Ildefonso Marques e João Cid de Macedo Portugal. No poder legislativo, dos 35 senadores paranaenses entre 1854 e 1979, 20 são da classe dominante, como Affonso Camargo, Affonso Camargo Neto, Ney Braga e Adolpho de Oliveira Franco; 5 são de famílias tradicionais como Moyses Lupion, Rubens de Mello Braga e Francisco Xavier da Silva; 10 são novos atores, como José Richa, João Mattos Leão e Francisco Leite Chaves.

5.2.1 A afinidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

A solidariedade ou aliança entre o PT e o MST, em especial, merece destaque. Assim sendo, o Partido dos Trabalhadores que na origem se declarava socialista e defensor intransigente dos trabalhadores, causava rejeição por carregar uma bandeira vermelha, identificada com o Socialismo Real da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por estar envolvido nas grandes greves do ABCD paulista e, também, por apoiar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimento que incomodava as famílias proprietárias de médias e grandes extensões rurais e também as classes média e alta do Brasil e do Paraná.

As ocupações de terras e as constantes passeatas promovidas ou acompanhadas por integrantes do movimento com bandeiras internas e, muitas vezes, com bandeiras do PT, tradicionalmente têm sido usada para identificar os petistas como um grupo de agitadores e defensores de “marginais” ou foras-da-lei. Essa hipótese pode ser melhor entendida com dois exemplos. O primeiro exemplo

¹⁶ Para ler na íntegra a análise sobre a Identificação da Classe Dominante, OLIVEIRA, 2001, p 297 a 334.

nos mostra a atuação e ótica petista em relação ao MST, o que pode ser observado nos números da 'violência no campo' apresentados pelo deputado federal do PT, Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

Segundo esse parlamentar, "no Paraná existem mais de 300 mil famílias vítimas do escândalo da concentração da terra e da renda. Foram registrados nos últimos 10 anos 33 assassinatos de trabalhadores rurais, sendo 9 em 1998 e um em 1999. Desde 1980 para cá, 75 trabalhadores foram ameaçados de morte. Apesar da violência correr solta, nenhum culpado ou mandante foi punido." (2001, p. 28)

Por outro lado, o segundo exemplo demonstra a ótica dos adversários políticos do PT e membros da base de sustentação do então governador Álvaro Dias, representados pelo deputado estadual do PMDB Luiz Carlos Alborghetti. Para ele, os parlamentares devem fazer assistência social em seu gabinete, mesmo não sendo esta a função pública do legislador. A reforma agrária não conseguia atrair positivamente sua atenção.

Entrevistado para falar sobre o que pensa ou faz nas áreas social e de segurança, aproveitou para criticar com veemência a atuação do deputado Tonelli, em 07 de novembro de 1987, no Jornal Correio de Notícias, dizendo que "(...) não adianta eu chegar na Assembléia e todo dia na tribuna blá-blá-blá... Eu estou falando prá quatro paredes. Na televisão, eu falo para o mundo, na Assembléia, prá quatro paredes, uma pequena aldeia, 54 deputados. E todos os dias é a mesma coisa. Eu chego na Assembléia é o Pedro Tonelli falando da reforma agrária. Ah, meu saco!... Eu não agüento mais... todos os dias são os mesmos locutores no plenário." (ALBORGHETTI, 1987)

Além do já mencionado a respeito das práticas parlamentares petistas, a insistência de temas sociais e populares nos discursos em plenário, como vimos, causou grandes dificuldades para convencer a população paranaense de que não era o partido da baderna, da desordem social, da defesa do Estado socialista tirano, etc. Na imprensa em geral e nos partidos tradicionais como o PMDB, PFL, PTB, os ataques ao PT paranaense eram constantes. Qualquer petista, com bandeira na mão ou com qualquer outra identificação, era visto como agitador público, como ameaça à "paz" no Paraná.

Os eleitores em geral, na hora de escolher seus representantes, evidentemente não conseguiam quebrar o receio e a desconfiança em relação ao PT, o que explica o fato, de em Curitiba, por exemplo, o partido não conseguir eleger nenhum candidato e, por outro lado, o fato de o pequeno agricultor Pedro Tonelli ser eleito no interior do Estado, apenas com o apoio de líderes religiosos e populares que sabiam serem compreensíveis as idéias negativas sobre o partido, por conhecerem a vida pessoal e familiar dele e, assim, identificá-lo ao PT. Durante o mandato, é que essa noção distorcida do partido foi sendo quebrada, pelas ações legislativas e pela presença do gabinete nas diversas ocasiões e eventos sociais na capital e no interior do Paraná, como já dissemos anteriormente.

Na Assembléia Legislativa, no governo estadual com Álvaro Dias e na prefeitura de Curitiba com Jaime Lerner, a trajetória do PT não era diferente, recebendo ataques políticos e pouco sucesso na apresentação de projetos e emendas ao orçamento. “A elite paranaense é uma elite muito conservadora e ela sempre fez questão de esmagar qualquer possibilidade de crescimento, como eles não tinham muito medo do PTB, PDT, porque eram muitos parecidos, então o inimigo que poderia vir a incomodar era o PT, desde a época já, porque o PT estava crescendo nacionalmente.” (TONELLI, 2001)

Praticamente todo o mandato transcorreu sem aprovação de leis que envolvessem grandes somas de orçamento ou requerimentos para investigação advindo do gabinete petista, restando ao partido criar estratégias mais eficientes para conseguir visualização política, como participação assídua nas sessões legislativas, entrevistas às rádios e televisões, divulgação de panfletos e cartilhas do mandato, artigos para a mídia, entre outras ações.

5.2.2 O Partido dos Trabalhadores paranaense e seu crescimento gradativo

Mesmo que na década de 1980, o partido não tenha tido grandes avanços locais, nacionalmente – vale lembrar, no dia 15 de novembro de 1989 Luís Inácio Lula da Silva, um operário metalúrgico foi lançado como candidato petista à Presidência da República. Fernando Collor de Mello, outro candidato de origem nordestina e oligárquica o venceu no 2º turno, mas este fato foi suficiente para dar

maior visibilidade ao PT e maior clareza de suas propostas, o que aumentou as chances de crescimento interno e externo.

Nos diversos estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros), a partir de 89, o avanço do partido fez-se sentir fortemente, com emergência e consolidação de diretórios municipais, com candidaturas para todos os cargos eletivos – vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador e governo de Estado. Para dar alguns exemplos relevantes desse crescimento, o partido conquistou a prefeitura de São Paulo, Campinas, Santo André e Porto Alegre.

Não foi uma tarefa fácil para o PT conquistar espaço político. Os militantes que se aventuraram às campanhas ou a auxiliar no projeto de algum companheiro ou candidato escolhido no diretório municipal ou na convenção estadual, não possuíam recursos nem financiamento público, pelas razões já expressas anteriormente. O auto-financiamento ou a ajuda de amigos eram as únicas alternativas possíveis. No caso específico de Pedro Tonelli, esse financiamento, em valores atuais estimados, não ultrapassou 3 mil reais e significou desafio à confiança numa vitória eletiva. Desse valor, apenas 1 mil reais ele desembolsou, graças à comercialização e venda de mel da chácara de 4 alqueires de terra que tinha e tem no município de Capanema, sendo que os outros 2 mil reais foram arrecadados pelos companheiros e simpatizantes da candidatura. (TONELLI, 2001) Por serem dados fornecidos pelo próprio deputado, então não podem ser considerados números definitivos e sim ilustrativos da dificuldade de financiamento popular de uma campanha.

Desse modo, para garantir o sucesso futuro, Tonelli havia de contar com muita disposição e estratégia e não muito mais que isso. A campanha era feita, basicamente, em ônibus de linha intermunicipal e a sede estratégica ficava em Francisco Beltrão, local apropriado para deslocamentos para a região sudoeste e oeste e para facilitar a reunião de planejamento entre militantes do partido e simpatizantes conquistados durante o pleito.

Conta o deputado Tonelli (2001) que, para uma simples viagem de Capanema para Pinhão, o tempo necessário era de dois dias e contava com a

colaboração de padres, pastores, amigos religiosos ou camponeses que entendiam sua candidatura e acreditavam na proposta de trabalho para a legislatura. A hospedagem, geralmente, era feita na casa de algum sindicalista, numa paróquia ou na casa de conhecido ou parente. Essa solidariedade minimizava as despesas e gerava referência nas cidades visitadas em campanha. Somente em cidades desconhecidas e sem referência alguma, era utilizado o hotel.

Além da ajuda de líderes rurais e de religiosos, havia a produção de panfletos explicativos com o projeto para o mandato e que eram distribuídos por familiares e amigos. Nestes termos, percebe-se que a profissionalização com trabalho de divulgação e marketing realizado pelo PT na década de 1990 não ocorria na década de 1980 em escala significativa. A paixão política motivava alguns, a esperança em melhoria de representatividade impulsionava outros e a amizade outros tantos.

Ainda não se pensava em contratar empresas de marketing e propaganda, em pagar pessoas para estenderem faixas em sinais de trânsito e distribuírem “santinhos” (panfletos) para pedestres e motoristas, etc, mesmo porque não havia possibilidade econômica nem era pauta de campanha. O candidato freqüentemente recorria à carona para viajar de cidade em cidade, rifas ou ações entre amigos para arrecadar fundos. A participação em eventos comunitários, em celebrações religiosas, em passeatas populares ou, como se diz numa linguagem política, a campanha corpo-a-corpo era uma tática extremamente utilizada e necessária. Ou se fazia a campanha propriamente dita por paixão e motivação interna ou por confiança na pessoa que se apresentava para a eleição.

Na televisão, o espaço para o Partido dos Trabalhadores era muito pequeno (cerca de trinta segundos) e isto não contribuía qualitativamente para elevar o grau de visibilidade do partido nem possibilitava a elaboração de um programa de propostas e de idéias. Aparecia apenas o número do candidato(a) e o cargo eletivo.

Foi a partir dos anos 1990 que as campanhas eleitorais começaram a exigir maior capacidade financeira e maior profissionalização das pessoas envolvidas no processo eleitoral. Dentro e fora do PT, o que se percebeu e se percebe atualmente (2002), é que candidatos de baixa renda ou sem alianças com financiadores

empresariais ou outro de qualquer natureza, têm pouquíssimas chances de saírem vencedores, posto que cada vez mais aumenta o número de candidatos e, em conseqüência, a dificuldade de escolha. Assim, a presença nos meios de comunicação para maior visibilidade e influência na opinião pública torna-se o caminho mais eficiente.

O crescimento da influência da mídia na vida dos cidadãos em geral é significativo, em primeiro lugar, porque resulta do aumento do número de aparelhos de rádio e televisão nos lares das pessoas e, em segundo lugar, porque as telecomunicações ampliaram seus domínios (internet, telefone celular, fibra ótica na transmissão de dados, etc) e criaram, na vida de qualquer ator social, uma necessidade sempre maior de novidades e informações acerca de coisas, produtos e, principalmente, da vida das pessoas privadas e públicas. Na arena política, como exemplo, pode-se destacar a variada cobertura dada às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) local e nacionalmente.

O candidato que não aparece nesses meios e/ou não tem condições econômicas de acessar tais recursos, não consegue visibilidade pública tampouco os créditos da publicidade. Cogita-se, no Congresso Nacional e nos círculos especializados em análise político-partidária (como universidades e centros de pesquisa e estatística, inclusive) no financiamento público das campanhas, para ampliar o leque de candidaturas populares e também para evitar a corrupção e o favorecimento público de empresas ou pessoas físicas que cobram a "ajuda" financeira durante a campanha.

Na década de 1980, sem toda essa conjuntura econômica de marketing político e sem a experiência prévia de mandato, o primeiro deputado estadual paranaense teve que contar com sua bagagem pessoal. A formação política que recebeu via palestras e cursos de lideranças nos anos de militância pastoral na Comissão Pastoral da Terra (CPT), a experiência sindical rural, de 1981-84 via conhecimento dos trâmites legais da legislação sobre trabalho rural e a experiência advinda do grupo de formação política criado por pequenos agricultores e membros de sindicatos, movimentos e pastorais sociais, é que deu suporte formativo para

Tonelli lançar-se como candidato a deputado estadual, sem mesmo ter passado por um cargo administrativo.

Em meados de 1984 e início de 1985, a discussão no grupo de formação política do sudoeste paranaense girava em torno da conveniência ou não de participar de um partido político. Concluiu-se pelo sim, mas que deveria ser escolhido um partido sem ligação com a oligarquia regional ou qualquer outra ligação que entendiam ser negativa. Assim, o partido escolhido foi o Partido dos Trabalhadores. O problema estava no fato deste não ter nenhuma expressão na região sudoeste, com exceção de um pequeno núcleo em Dois Vizinhos, liderado por Ovídio Constantino. Dessa maneira, o desafio era duplo: filiar-se ao PT e fundar núcleos em toda a região nos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Planalto, Pérola D'Oeste, Pato Branco, Salto do Lontra, Marmeleiro, entre outras.

Com a fundação do PT em Capanema, em 1984, e a expansão deste pela região sudoeste, em 1985, o desafio era outro: eleger representantes que pudessem implantar um modo petista de governar e, também, que pudessem organizar melhor o partido regionalmente com suporte técnico e financeiro. Os correligionários de Tonelli decidiram, então, indicá-lo como candidato a prefeito de Capanema, sem maiores pretensões pois em eleições majoritárias o partido não conseguia mais que 3% de votos válidos (TONELLI, 2001). Não conseguiu ser eleito por falta de recursos e materiais, mas obteve 27% dos votos com dois concorrentes diretos. Esse fato animou os militantes e, um ano depois, foi lançado candidato a deputado estadual obtendo sucesso no empreendimento.

Uma questão chama a atenção na candidatura do pequeno agricultor: por que Tonelli não saiu candidato pela União Democrática Ruralista (UDR) e sim pelo PT, um partido fundado em São Paulo (PT, 1998, p. 65), metrópole urbanizada e industrializada? Como já mencionado anteriormente, a visão de propriedade da terra e de ação política professada pelo parlamentar petista se identificava com o PT e não com a UDR, representação conservadora em assuntos fundiários.

A origem urbana do partido (São Paulo, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), em primeiro lugar, nunca impediu a identificação ideológica e política em termos de visão social dos problemas dos trabalhadores, tanto do campo

como da cidade. Em segundo lugar, sendo Pedro Tonelli um sindicalista rural em contato com outros sindicatos de outras regiões (inclusive de Curitiba) e, portanto, uma pessoa bem relacionada, com visão genérica sobre partidos e sindicatos envolvidos diretamente com as causas trabalhistas, é fácil de entender sua capacidade de escolha política pela sigla partidária que, já nos documentos oficiais, declarava a existência das lutas de classe e um posicionamento intransigente em defesa da classe trabalhadora (rural ou urbana).

Especificamente sobre os problemas do campo, o Programa de Lançamento, constante nos documentos de fundação partidária, aborda a questão agrária e o comprometimento petista de contribuir para a melhoria de vida dos moradores do interior e/ou agricultores. São cinco os compromissos, a saber: "1) reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores; 2) luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso; 3) apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários; 4) igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade; 5) garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores." (PT, 1980)

Dessa forma, a concepção partidária do grupo de pequenos agricultores e sindicalistas da região sudoeste interagiu com a do PT, ou seja, as classes sociais existem e são polarizadas entre dominantes e dominados, seja no campo ou na cidade. A proposta do PT chamava a atenção daquelas pessoas e coincidia com seus anseios e perspectivas futuras.

A base sociológica que o grupo demonstrava ter exigia a busca de um partido com essa bandeira de luta: defender o trabalhador em qualquer lugar ou sob qualquer circunstância e sem a interferência direta ou indireta de latifundiários, banqueiros ou empresários. Na época, a escolha racional e objetiva que o grupo consensualmente optou por tomar, levou-os ao PT. As demais opções partidárias que o grupo tinha à época eram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista, o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dentre outros.

A imagem que o PT mantinha no Estado de São Paulo, nas grandes greves do final dos anos 70 e início de 1980, e a constante percepção de que era um partido diferente e envolvido com questões sociais e sindicais, credenciava-o a ser a melhor escolha partidária no momento histórico em que estavam inseridos Pedro Tonelli e demais pequenos agricultores e sindicalistas rurais, de Capanema e região, que o apoiavam. É necessário lembrar, então, que na mensagem do PT, em seu Manifesto de Lançamento, estão as bases filosóficas e sociológicas que garantiram a adesão do grupo de paranaenses do sudoeste, porque confirmam que o PT defende o fim da realidade em que "(...) a grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe." (PT, 1980, p. 65)

Os demais partidos já citados, por formarem a base de sustentação política do governador paranaense apoiando e aprovando seus projetos de lei, as emendas ao orçamento e as demais demandas governamentais, para os petistas emergentes do sudoeste, em tese, não representavam simbólica e materialmente a luta de classes que ora vislumbravam, qual seja, os interesses dos pequenos agricultores, sindicalistas rurais e membros das pastorais sociais versus os grandes proprietários de terra e empresários da região, seus vereadores e prefeitos.

Com apoio da família (oriunda do Rio Grande do Sul e com tradição pedetista e brizolista) e com influência dessa visão partidária oposicionista e militante, Pedro Tonelli decidiu investir na vida pública e continuar a trajetória de envolvimento tradicional em sua família. A vitória numa eleição legislativa, desse modo, poderia criar e consolidar uma presença de esquerda na região, não só no intuito de fiscalizar os governantes locais e seus apoiadores, mas para propor alternativas econômicas para a população que tinha dúvidas e receios pairando sobre o PT e sua eficiência administrativa e/ou legislativa.

Usar a eleição para prefeito em 85, como tática política para servir de 'medidor' de votos e depois se lançar com prestígio ou visibilidade política para deputado estadual, aumentaria em muito as chances reais de sucesso. Pode-se

dizer, grosso modo, que essa estratégia político-partidária foi uma ação racional com relação a fins, lembrando da teoria clássica de ação social de Max Weber¹⁷.

5.2.3 O cotidiano do gabinete: projetos, emendas, recursos e fiscalização

O sucesso na atuação do parlamentar depende de vários fatores políticos. O mandato do deputado Tonelli, nesse sentido, não trouxe grande quantidade de projetos aprovados pelo legislativo e executivo ou soma volumosa de recursos do orçamento para a região sudoeste e arredores, pois não contava com apoio dos demais partidos para a aprovação, justamente por manter clara a oposição ao governo e às suas decisões, como já demonstramos anteriormente. Restava pois, como mandato de oposição, analisar a prática dos colegas deputados e do governador e denunciar as arbitriedades que julgava existir; propor leis ou emendas àquelas leis que julgavam ser injustas; divulgar as ações do mandato em folhetos ou na mídia em geral e visitar as bases eleitorais e localidades onde sua presença fazia-se necessária.

Nesses termos, para o mandato petista, havia três situações conflitantes e paradoxais: em primeiro lugar, fiscalizar as ações dos parlamentares e do governo; em segundo lugar, conseguir aprovar projetos de obras e orçamento para a região e, em terceiro lugar, demonstrar e convencer a população sudoestina que seu trabalho legislativo tinha qualidades e iniciativas, mas enfrentava uma correlação de forças políticas desigual no parlamento, o que lhe impedia de aprovar emendas no orçamento do Estado. Investimentos em saúde, educação, segurança, etc, para a

¹⁷ Para Max Weber podemos pensar as diferentes ações sociais, através de uma tipologia da ação como uma construção teórica ideal, passível de adequação às realidades distintas e classificadas: 1) ação tradicional determinada pela conservação do status quo: São os costumes, hábitos e manias que, estando enraizados nos indivíduos, são perpetuados historicamente; desse modo, comer churrasco nos finais de semana faz parte da cultura dos gaúchos sulistas, por exemplo; 2) ação afetiva determinada por sentimentos, emoções e afetos que motivam a ação de modo circunstancial e efêmero: A paixão por determinado time de futebol, é um exemplo; 3) ação racional com relação a valores, determinada por atitudes, gestos e ações conscientes em relação a certos valores em si mesmos; por exemplo, crer na existência de Deus; 4) ação racional com relação a fins, determinada por cálculos racionais em relação a uma finalidade preestabelecida e construído com meios oportunos e eficientes; promover uma aliança com um partido adversário para conquistar uma eleição local, pode ser uma ação desse tipo.

Essa tipologia da ação que o autor construiu, demonstra que o indivíduo nunca está submetido a regras, leis, maneiras de agir e de pensar exteriormente a si, mas sempre como resultado de ações individuais de escolha que são reciprocamente referidas e legitimadas, ou seja, que são mantidas por um laço de relação social.

região, ficavam prejudicados. Para mostrar o “clima” político entre o mandato petista e o governador, destaque-se a denúncia que o deputado Tonelli fez em relação ao pagamento ilegal às empreiteiras, pelos serviços prestados ao Estado do Paraná, no ano de 1987.

Para averiguar a legalidade do decreto nº 455 de 07 de maio de 1987, assinado pelo governador Álvaro Dias, recomendando reajuste dos contratos de obras com as empreiteiras junto ao Departamento Estadual de Rodagem (DER), o deputado pediu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 22 de maio de 1988, afirmando que:

O mais importante a destacar é que o decreto de número 455, assinado por Álvaro Dias, fere frontalmente o artigo 51 do decreto-lei número 2.300, que é superior ao decreto estadual. O artigo 51 do decreto-lei 2.300 diz que ‘é vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos contratos regidos pelo decreto-lei referido, isto é, o decreto-lei 2.300, datado de 21 de novembro de 86’, antes, portanto, do fim do Plano Cruzado, que congelava qualquer reajuste de preços’. Enquanto os salários de todos os trabalhadores ficaram congelados durante o Plano Cruzado, o governo reajustava os preços das obras das empreiteiras. É espantoso o comportamento das empreiteiras e principalmente do governo.” (TONELLI, 1988)

Como resposta pelas denúncias sobre as empreiteiras e também sobre os altos salários dos parlamentares, o deputado e primeiro secretário da Assembléia Legislativa, Aníbal Khury, exigiu do parlamentar petista requisição por escrito para recebimento dos salários. Essa exigência não constava de nenhuma norma administrativa da Assembléia Legislativa, tendo por isso recebido críticas de Tonelli em 06 de maio de 1988, porque considerava que “essa discriminação não se justifica e caracteriza constrangimento ilegal. Isso ocorre porque eu denunciei os reajustes absurdos dos vencimentos dos deputados, que já superam um milhão de cruzados mensais. (...) Na verdade, a maioria dos deputados quer chantagear o PT e comprar o silêncio do deputado petista. Mas não vamos nos submeter a mais essa chantagem.” (TONELLI, 1988)

Para as pessoas esclarecidas acerca das funções legais de um mandato parlamentar, esse convencimento tornava-se dispensável, o que continuava a garantir apoio dos amigos, líderes comunitários e religiosos, sindicalistas e demais

peessoas próximas ao parlamentar petista. Para o povo em geral, o que se percebia era a clássica noção de que o deputado estadual deve “agradar” o governador para conseguir verbas públicas e fazer então o cumprimento das demandas necessárias e/ou mais evidentes, tais como: construção de praças, pavimentação no centro da cidade e nos bairros, construção de ginásios de esporte, dentre outros.

Desse modo, a tarefa indispensável a que o gabinete petista se propôs a levar a cabo, foi a de conversar com a população da região nas reuniões comunitárias, nas visitas aos bairros e cidades, nos eventos públicos, como inaugurações, para mudar essa visão da função parlamentar. Certamente o mandato não foi suficiente para alterar tal visão popular, mas acredita-se que contribuiu para tanto, o que possivelmente seja uma das causas que explica o fato do dep. Tonelli ser eleito em 1990 como deputado federal pela sua região.

Tentou-se, em plenário, defender suas idéias demonstrando a relevância de seus projetos de lei ou requerimentos, apresentou algumas iniciativas parlamentares com caráter inovador e/ou importantes que, respeitando o jogo democrático, passavam pelo convencimento dos colegas parlamentares, inclusive da bancada governista representada pelos 37 deputados do PMDB:

1) Projetos de lei que visavam estabelecer, no Estado do Paraná, uma política diferenciada para os pequenos agricultores, com recursos próprios e de preferência a fundo perdido ou por unidade (sacos ou quilos) dos produtos financiados, pois ainda não existia programa governamental específico.

“...Entre esses projetos está aquele que obriga o Banco do Estado do Paraná a financiar os pequenos produtores com até cem hectares, e também o que cria o seguro agrícola para esse tipo de produtor. O terceiro projeto é o que fixa o módulo de cem hectares para a atuação da Secretaria da Agricultura e suas empresas vinculadas. Esses projetos beneficiam basicamente os pequenos produtores e tinham sido engavetados pela Assembléia;” (TONELLI, 1988)

2) Discussão em plenário sobre a modernização, moralização e transparência do poder legislativo, assim como entrevistas na imprensa com divulgação de informações explicativas sobre o funcionamento e a estrutura do parlamento. Uma das iniciativas do deputado Tonelli foi a divulgação do salário do

deputado estadual que, embora fosse informação de caráter público e nunca havia sido divulgada, causou incômodo para os parlamentares, pois todos os paranaenses tomavam conhecimento imediato e com isso poderiam fazer cobranças futuras, especialmente nas eleições seguintes;

3) Liberação de maiores recursos orçamentares para as áreas básicas, como saúde, educação, moradia, política agrícola e segurança pública;

4) Fiscalização do poder Executivo, através de pedidos de esclarecimentos sobre aplicação de recursos e sua conseqüente divulgação em boletins;

5) Extinção do Fundo de Previdência Parlamentar, que garantia ao deputado aposentadoria após seu mandato de quatro anos (projeto aprovado em 1990, na campanha de reeleição, com resistência e discursos contrários em plenária).

Eu me lembro que um projeto meu (dos poucos que acabou sendo aprovado), foi o projeto da extinção do FEPA - era o projeto que extinguiu o Fundo de Previdência do Parlamentar. Ninguém do Paraná aceitava que um deputado com quatro anos pudesse se aposentar e ganhar um salário de aposentado, e nós lutamos durante os quatro anos até que, em 1990, quando chegou na véspera da campanha (e que havia uma rejeição muito grande do povo do Paraná em relação aos políticos que aceitavam privilégios e legislavam em causa própria), achando que com isso que eles iam conseguir facilidade na reeleição. Eles concordaram com o projeto meu, foi alterado evidentemente, chegou-se a uma negociação, foi extinto o Fundo de Previdência Parlamentar, que era um absurdo. (TONELLI; 2001)

6) Emendas ao orçamento para a região sudoeste, como a liberação de recursos na ordem de 7 milhões de reais em valores atualizados, para a pavimentação asfáltica e ampliação da Rodovia Capanema-Marmelândia, importante trecho de ligação entre as regiões oeste e sudoeste do Paraná;

7) Apresentação do maior número de emendas à Constituinte Estadual (34), sendo 12 aprovadas, inclusive a que garante a iniciativa popular de lei no processo legislativo, mediante projeto de lei subscrito por 1% do eleitorado estadual. (Emenda n. 0585, Diário Oficial da Assembléia Estadual, 1989)

Por se tratar de um ator político de oposição, por certo, não obteve aprovação em muitos projetos e iniciativas parlamentares. O primeiro secretário da

Assembléia Legislativa Anibal khury cuidava para que projetos de lei, emendas e requerimentos vindos da oposição e/ou que não estivessem em consonância com as necessidades ou vontades políticas do Executivo, em especial, com a Assembléia ou com o Poder Judiciário, recebessem parecer negativo pelos parlamentares ou veto do governador Álvaro Dias. Essa ponte de ligação entre os parlamentares e o governo, que Khury se prestava a fazer, condicionava as escolhas e ações parlamentares, de tal sorte que fazia sua vontade ser levada em conta.

Um exemplo que mostra a pouca simpatia política que o deputado Aníbal mantinha com o deputado Tonelli, pôde ser verificado numa entrevista aos apresentadores Caio Glottlieb e Emir Sfair do programa de televisão “Jogo Aberto”. Quando perguntado se os deputados estaduais de fato ganhavam muito mais do que mereciam, Khury afirmou que o trabalhador na verdade é que ganha pouco e que os parlamentares ganham o “justo”. Segundo ele, “o que o deputado ganha é justo e existem deputados, como o Luiz Carlos Alborghetti, que se ganhasse cinco milhões de cruzados por mês ainda seria insuficiente para atender as centenas de pessoas que comparecem a seu gabinete.” Completou criticando o deputado petista como demagógico nas suas práticas parlamentares pois “o Tonelli, por exemplo, não atende pobres e divide as verbas de assistência social com o seu partido, o que é irregular.” (TV TAROBÁ, 1988)

A impressão que transparece, nos documentos e nos discursos de Tonelli e de seus assessores, é a visão negativa do primeiro secretário Khury, de suas atitudes e ligações com o poder no Estado. Sua biografia, nestes termos, é a de um agente autoritário na relação político-parlamentar, bem relacionado e com domínio da arena política paranaense. Um parlamentar conhecedor do debate público e um ser capaz de fazer bem o jogo político, mandando, obedecendo, criticando, aliando-se ao poder e aos poderosos, permanecendo no cargo maior entre os parlamentares, enfim, controlando os atos legislativos e executivos.

A relevância dessa constatação para o presente estudo está no fato de o PT necessitar de trânsito na Assembléia Legislativa, entre todos os parlamentares, mantendo um relacionamento profissional e diplomático com as lideranças internas de destaque. Vejamos o que se lia na imprensa, à época do debate sobre as

denúncias do deputado Tonelli sobre altos salários e assistencialismo na Assembléia, em matéria denominada “Deputado vigário” de 04 de maio de 1988: “O gabinete do primeiro secretário da AL, Aníbal Khury, parece mais um confessionário, do que verdadeiramente um gabinete parlamentar. A maioria dos deputados estaduais, quando cometem um “pecado”, logo se lembram de ir ao “confessionário” para pedirem perdão e clemência ao velho guru. (...) Mas os problemas sempre têm uma solução rápida, quando os parlamentares tomam “hóstias” troca de favores.” (TRIBUNA DA CIDADE, 1988)

Para superar tal dificuldade de relacionamento com o representante oficial do governador na Assembléia e para dar maior visibilidade ao mandato, o deputado Tonelli necessitava criar outras formas de atuação em vista da legitimidade do mandato frente aos populares, que nem sempre conseguem saber e mesmo tendo conhecimento de tais debates internos na Assembléia, aceitar como relevante tal dificuldade.

Nenhuma justificativa interna satisfaz a parcelas importantes da população, que exige sempre ações de grande vulto ou pequenas atitudes práticas e materiais que lhes sacie os interesses particulares. Para um parlamentar ou partido convencer a população de que as verbas para construção de creches ou praças públicas, não foram liberadas pelos outros parlamentares ou não foram sancionadas pelo governador, pelo fato de a iniciativa legislativa vir da bancada de oposição, é uma tarefa complicada, requer tempo e conscientização.

Desse modo, o desafio era o de mostrar uma nova forma de fazer política: não atender somente a questões de natureza assistencialista e, ao mesmo tempo, criar e aprovar leis que modificassem os problemas sociais na sua base de origem, evitando assim suas conseqüências futuras. Todavia, como isso não se efetivava na prática (pelas razões já explicitadas), restava ao deputado manter um contato direto com as pessoas mais simples e alienadas do processo parlamentar cotidiano. A estratégia montada para tanto seguia uma agenda com determinadas iniciativas:

- 1) Reuniões nos finais de semana nas regiões sudoeste e oeste, com populares, líderes comunitários, sindicalistas rurais e operários e pessoas ligadas às pastorais das igrejas locais;

2) Prestação de contas do mandato àqueles que se faziam presentes, para estabelecer uma transparência das ações e práticas, mostrar as dificuldades cotidianas, demonstrar interesse e vontade política, visando apoio e sugestões;

3) Relação das demandas desses encontros e elaboração de discursos parlamentares, que seriam proferidos na Assembléia Legislativa para demonstrar os demais parlamentares as insatisfações e necessidades da sua base política, visando, em última instância, a sensibilização destes, para a aceitação e aprovação de requerimentos de obras e verbas;

4) Como essa prática não era uma regra entre os outros parlamentares, o mandato conseguia uma boa repercussão na Assembléia e na mídia em geral, permitindo ao dep. Tonelli e aos seus assessores, uma visibilidade maior;

5) Com esse modo de legislar e exercer a atividade parlamentar, o gabinete recebia subsídios para elaborar panfletos, cartilhas e informes para rádio e televisão, visando ao estabelecimento dessa boa relação entre a base eleitoral e o cotidiano do mandato, mesmo porque, por falta de verbas e patrocínio, a divulgação das ações políticas do gabinete não era fácil e necessitava de criatividade e simplicidade na elaboração e distribuição;

6) Essas reuniões e a sua conseqüente repercussão, os projetos e emendas parlamentares, a transparência do mandato e as constantes denúncias realizadas contra o governo, empresários ou latifundiários e suas entidades representativas, obtiveram ressonância entre grande parte dos paranaenses, porque em 1990, o Partido dos Trabalhadores conquistou três cadeiras para a legislatura estadual (Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dr. Rosinha) e três para a legislatura federal (neste caso, Tonelli foi eleito como deputado federal com 32 mil votos, além de Edésio Passos com 12 mil votos e Paulo Bernardo com 9 mil votos).

Destarte, a aceitação maior do PT como partido que inspirava confiança e seriedade teve como conseqüência seu crescimento parlamentar e eleitoral. Conquistou mais duas cadeiras na Assembléia Legislativa do Paraná e ainda, três cadeiras para a Câmara dos Deputados Federais em Brasília, triplicando desse modo sua representatividade local e inaugurando uma nacional. Além disso, em mais de cem municípios paranaenses o partido desenvolveu trabalhos

organizacionais, de fundação de diretórios, filiação de militantes, criação de quadros para futuras eleições municipais, estaduais e federais, etc.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores pode ser medido em outros números que o próprio Tonelli colheu do Tribunal Regional Eleitoral, em 09 de novembro de 1988, observando a progressão geométrica dos votos que alcançou com o passar dos anos. Dos 1,9 milhão de votos dados aos candidatos de todos os partidos nas eleições municipais de 1998, o PT conquistou 162.256 mil votos de legenda para seus candidatos nas 105 cidades em que apresentou candidatos próprios, perfazendo 8,5% dos votos válidos. Já para as 110 câmaras municipais, seus candidatos obtiveram uma votação mais significativa, com 168.164 votos, perfazendo 8,8% dos votos válidos. (TONELLI, 1988)

Para se perceber o crescimento do partido ao longo das eleições, usando como parâmetro de análise a quantidade de votos obtidos em legenda total, é necessário voltar aos números das eleições estaduais de 1982 a 1986. Em 1982, o PT havia conquistado apenas 12 mil votos no Estado contra 84 mil votos em 1986 para deputado estadual na Assembléia Legislativa e 110 mil votos para a Câmara Federal de Brasília. Dessa forma, isso representou uma vitória para o deputado estadual Tonelli, seus assessores, demais membros da direção do partido e militantes em geral. Para os demais partidos tradicionais, isso representou uma ameaça política à sua hegemonia eleitoral e um desafio a mais nas eleições.

Em termos percentuais, de menos de um por cento (1%) em 1982, o partido chegou a nove por cento (9%), crescendo conseqüentemente nove vezes em oito anos de disputa eleitoral no Estado. Além disso, devem ser destacadas outras conquistas históricas para o emergente partido oposicionista: as eleições municipais de dois prefeitos no Paraná (os primeiros cargos executivos, no Estado); José Maria Tardin foi eleito prefeito da cidade de São João do Triunfo e João Maria de Liz foi eleito prefeito da cidade de Salto do Lontra; a presença do partido em mais de cem cidades com respectivos candidatos e, ainda, a eleição de 32 vereadores (primeiros legisladores municipais do PT estadual).

Por se tratar de crescimento significativo e por ser experiência nova no partido, a administração executiva e legislativa das cidades paranaenses, nos dias

28 a 30 de novembro de 1988, os dirigentes do PT juntamente com os eleitos, reuniram-se em Curitiba para discutir e avaliar a aplicação prática de políticas públicas a ser seguidas por todos em seus respectivos municípios. Nesses dias, os prefeitos e vereadores, assessorados pelo deputado Tonelli e por demais membros do Diretório Regional, tiveram como “escola política” cursos sobre como estudar e identificar melhor a realidade municipal; como propor, elaborar e alterar uma Lei Orgânica que rege a vida dos cidadãos; como propor, elaborar e alterar um orçamento municipal e fazer uma redistribuição tributária, entre outros.

Com esses números e esses dados, o Partido dos Trabalhadores possivelmente demonstrou para a elite político-cultural paranaense (empresários da imprensa, do comércio, da construção civil, industrial, os sindicatos patronais, entre outros), que estava sendo criada uma prática política diferenciada e/ou nova no Estado, com um partido de trabalhadores pequeno, sem poder econômico, mas com idéias democráticas e participativas. Um partido sem amarras e barganhas econômicas que tomam inviável qualquer administração pública, em qualquer partido. Tal pretensão, todavia, só com o tempo é que pôde ser testada nas eleições. Pelo menos, em números, tal hipótese recebeu uma resposta positiva, mas dependia dos ânimos, dos interesses e necessidades do observador.

Para a população em geral, uma proposta político-partidária assim delineada poderia significar uma oportunidade para a mudança de mentalidade e/ou um pequeno salto para a tão falada ‘consciência de participação política’, para a quebra da idéia negativa de que política é a arte de barganhar, negociar por debaixo dos panos, fazer oposição para pressionar o administrador e depois voltar a ser situação com ganho de algum favor político em troca.

Parece, pelos documentos e discursos dos representantes do PT, que o partido queria quebrar essas práticas não condizentes com a administração do bem público, com um estatuto partidário claro, ético e rígido, sem brechas para negociatas, conchavos e alianças pessoais. Para tanto, por exemplo, o eleito deveria prestar contas de seu mandato ao partido, ao povo que o elegeu e, para permitir que o partido continuasse a crescer, contribuir com aproximadamente 10% de sua remuneração para um caixa comum. O Diretório Estadual, (como órgão

representativo dos diretórios regionais), determinava onde se deveria gastar, priorizando a viabilidade de uma sede própria, a criação de diretórios municipais e as despesas com assessoria.

Isso tudo estabeleceu um marco fundamental entre os partidos políticos paranaenses e suas práticas cotidianas. Internamente, o PT colheu resultados positivos, pois consolidou sua militância, criou uma organização formal, com órgãos e funções determinadas e permitiu sua legitimidade como partido. Nesse momento, a organização interna com uma secretaria própria, com sede na capital (ainda alugada) e com assessores, obrigou o partido a profissionalizar mais seus quadros em vista dos novos desafios. As contribuições dos eleitos e dos filiados, as promoções, rifas, bailes e outras maneiras de arrecadação de fundos, enfim, acabaram por permitir o funcionamento da estrutura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o primeiro mandato petista foi marcado por alguns pontos de relevância que poderão servir para investigação mais aprofundada e para um futuro interesse dos integrantes e militantes do PT ou mesmo de pessoas com espírito investigador e com interesse na vida dos partidos políticos no Paraná:

1. Sabe-se que um partido político nasce a partir da falta de soluções para problemas que atingem um pequeno grupo de pessoas ou mesmo uma população inteira e desenvolve-se com estratégias, idéias e mandatos representativos. No caso estudado, vemos que o PT surgiu, na região sudoeste, como alternativa política para um pequeno grupo de agricultores, líderes sindicais e religiosos. Foi escolhido para servir de meio de luta e mecanismo de resolução de problemas, típico do meio organizacional (quarto capítulo). Pela organização e trabalho, conseguiram eleger um representante próprio (o deputado Pedro Tonelli), e do mandato foi feito um espaço para lutar por direitos adquiridos ou negados.

2. Um mandato parlamentar influencia e abre perspectivas para o partido alcançar outras instâncias de poder e outros cargos eletivos. No caso estudado, o mandato de deputado estadual de Pedro Tonelli influenciou muito no Estado, permitiu o avanço do partido, tornando-o mais conhecido, seja pela atuação do parlamentar nas diversas regiões, nos congressos, reuniões comunitárias e sindicais, seja na maior visibilidade que o parlamentar atinge na mídia em geral, pela importância das leis discutidas, pela disputa de poder travada entre os deputados, pela presença constante do governador no debate legislativo, entre outras. Só para lembrar, o mandato foi o primeiro cargo eletivo do PT no Estado. (quarto e quinto capítulos)

3. O mandato parlamentar – por seu status quo, permitiu ao partido desmistificar a vida pública, mostrando que, entre o público e o privado, existem pessoas com interesses diversos, com representatividade e legitimidade diversas ou, em muitos casos, pode estabelecer o contrário. Para o PT, o primeiro mandatô foi importante para diminuir os preconceitos do senso comum e da elite paranaense (conforme demonstrado no subcapítulo 5.2), ligados à sua origem e à sua prática. Isso se demonstrou neste estudo, pelos números apresentados e pelas justificadas expostas.

Para deixar claro, tinha-se a idéia de que o PT iria fazer uma partilha dos bens de todos os paranaenses por meio de força bruta, no momento em que chegasse ao poder. O deputado Tonelli, pelo contrário, mostrou ser sensível a questões como reforma agrária, tributária, política e econômica e ser capaz de ouvir as demandas populares, sem atropelar as leis e sem tomar atitudes autoritárias. Assim, eleger alguém da oposição não deve ter o significado de incerteza, caos e incompetência.

6.1 A APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE HEGEMONIA E RAZÃO COMUNICATIVA NA LUTA PARTIDÁRIA E ELEITORAL

A noção sociológica do surgimento da concepção de política no mundo ocidental e a percepção de que não há plena compreensão disso pela população paranaense, com exceção daqueles que estudam por si ou conseguem cursar uma universidade (especialmente no período histórico estudado da década de 1980), obrigou o levantamento de duas hipóteses: 1) que a população paranaense não possuía condições de perceber que o Partido dos Trabalhadores era composto por integrantes que optaram por construir um partido de massas, à luz da visão marxista e socialista do mundo e, 2) que o PT deve ser considerado um partido de oposição no Paraná, já na década de 1980, porque não faz parte do quadro de partidos da base de sustentação do executivo estadual.

Assim sendo, para melhor esclarecer tais hipóteses, os dados a seguir são fundamentais, pois possibilitam uma análise mais detalhada do quadro político no Estado, representado por partidos de apoio e sustentação majoritária ao governo e por partidos (PT, PDT, PFL, PPB) e/ou parlamentares (Pedro Tonelli/PT, Algaci Túlio e Rafael Greca/PDT), que questionavam politicamente a situação. Todavia, vale lembrar, que o quadro político vai além da análise dos partidos, porque é necessário discutir o papel e a influência das famílias tradicionais que formam a classe dominante, conforme estudado por OLIVEIRA (2001).

Os números estatísticos das eleições de 1986 não deixam dúvidas a respeito dos grandes vitoriosos (partidos e atores políticos) e também evidenciam o surgimento de forças partidárias (vide a trajetória do objeto do presente estudo – o

PT) que, nas eleições posteriores, mostrou-se capaz de alçar cargos e posições de destaque no Paraná e até mesmo estratégicos em pleitos eleitorais e em ações políticas relevantes na arena política nacional.

No total, conforme segue, 15 partidos políticos concorreram com seus candidatos nas eleições estaduais: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Nacionalista Democrático (PND), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido da Juventude (PJ), Partido Municipalista Brasileiro (PMB) Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Humanista (PH), Partido Social Cristão (PSC), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Municipalista Comunitário (PMC), Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em primeiro lugar, podemos observar no quadro 10, a diferença de representatividade entre o Partido dos Trabalhadores (partido de oposição) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (partido da situação). Nestes termos, configurou-se o panorama eleitoral:

Quadro 10 - resultado das eleições para governo do Paraná em 15 de novembro de 1986.

NOME DO CANDIDATO	SIGLA	NOME DO PARTIDO	VOTOS
ALVARO FERNANDES DIAS	PMDB	COLIGAÇÃO PMDB/PND	2347.795
ALENCAR FURTADO	PMB	COLIGAÇÃO PDT/PFL/PMB/PJ	797.292
EMMANUEL JOSE APPEL	PT	DOS TRABALHADORES	51.187
ALBERTO G. DUARTE FILHO	PSC	SOCIAL CRISTAO	49.545
BANERJO BRANCO	PH	HUMANISTA	35.245
CARLOS ALBERTO PEREIRA	PDC	DEMOCRATA CRISTAO	21.460
TEOLINO MENDONCA DA PAIXAO	PMC	MUNICIPALISTA COMUNITÁRIO	18.570
		TOTAL DE VOTOS	3.321.094

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2001

Em linhas gerais, nota-se, pelas apurações finais das urnas, que o PMDB foi o partido que venceu quantitativamente em todos os cargos que concorreu. As análises posteriores, desse modo, passo a passo, terão como subsídio os resultados eleitorais finais.

Em primeiro lugar, do total de três milhões, trezentos e vinte e um mil e noventa e quatro votos válidos para o cargo de Governador do Paraná, o PMDB

obteve 70.7% da votação (2.347.795 votos), contra 29.3% da votação (973.299 votos) de todos os seus concorrentes (PDT/PFL/PMB/PJ, PT, PSC, PH, PDC, PMC). O PT ficou em terceiro lugar, com cerca de 1.6% da votação total (3.321.094) com 51.187 votos. Os números não deixam dúvidas que, para o PT se consolidar como partido de oposição ou, num futuro, vir a ser o partido majoritário, muito trabalho de organização e consolidação da legenda haveria de se fazer.

Uma primeira tentativa de coligação majoritária com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) não prosperou, já que não ocorreu entendimento estratégico. Os delegados presentes na reunião estadual entre 24 e 25 de maio de 1986 do Diretório Regional em Curitiba, concluíram que “com relação à coligação, ambos os partidos nos propõem a coligação na chapa de candidatos proporcionais, sendo que o PCB aprovou em pré-convenção que não há compromisso com as nossas candidaturas majoritárias e o PSB se coloca na expectativa e vê com reserva nossa estratégia de equacionar essa questão, que eles dizem ser sectária, mas dizem, também, que vão estudar essa nossa decisão.” (PT, 1986, p. 58)

No quadro 11, encontra-se o desempenho dos dois partidos (PMDB e PT) na disputa ao Senado Federal, cargo de prestígio e de tradição na República Brasileira.

Quadro 11 – resultado das eleições para o Senado Federal em 1986.

NOME DO CANDIDATO	SIGLA	NOME DO PARTIDO	VOTOS
JOSE RICHIA	PMDB	COLIGAÇÃO PMDB/PND	1.940.047
AFFONSO A. DE CAMARGO NETTO	PMDB	COLIGAÇÃO PMDB/PND	1.362.835
AMADEU LUIZ DE MIO GEARA	PDT	COLIGAÇÃO PDT/PFL/PMB/PJ	614.626
FABIANO BRAGA CORTES	PFL	COLIGAÇÃO PDT/PFL/PMB/PJ	471.949
ZELIA DE OLIVEIRA PASSOS	PT	DOS TRABALHADORES	99.454
TERESINHA DE PUBEL	PL	LIBERAL	94.502
ROSEMARI FRIEDMANN ANGELI	PT	DOS TRABALHADORES	78.713
AFONSO BERNARDO S. DE MACEDO	PSC	SOCIAL CRISTAO	49.299
ESTEFANO ULANDOWSKI	PDC	DEMOCRATA CRISTAO	45.463
JOAO CARLOS DE LUCAS	PMC	MUNICIPALISTA COMUNITARIO	30.452
WANDER ESPER	PH	HUMANISTA	28.119
AUGUSTO KLOPPFLEISCH	PSC	SOCIAL CRISTAO	27.419
ADELOIR RIBAS ROSSI	PCdoB	COMUNISTA DO BRASIL	27.356
WALMOR MARCELINO	PSB	SOCIALISTA BRASILEIRO	21.051

GOMERCINDO SOUZA	PDC	DEMOCRATA CRISTAO	16.311
MOZARTE DE QUADROS	PMC	MUNICIPALISTA COMUNITÁRIO	16.298
		TOTAL DE VOTOS	4.923.894

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2001

Em segundo lugar, do total de quatro milhões, novecentos e vinte três mil, oitocentos e noventa e quatro votos, o PMDB garantiu as duas vagas para o Senado Federal, obtendo 67.1% dos votos válidos (3.302.882 votos) contra 32.9% da votação (1.621.012 votos) dos demais partidos (PDT/PFL/PMB/PJ, PT, PL, PSC, PDC, PMC, PH, PCdoB, PSB). O PT não conseguiu a vaga para o Senado, ficando com cerca de 3.6% da votação total (4.923.894) com 178.167 votos.

O partido não conseguiu superar a tradição de nomes peemedebistas fortes no Estado, como de José Richa (governador de 1983-1987) e Afonso Alves de Camargo Netto (eleito indiretamente, como Senador biônico nomeado pelo Presidente da República entre 1979 a 1987), aliás, em tese, isso se explica pelo fato de o Senado Federal ter uma conotação de nobreza, ou seja, um cargo eletivo que indica certo *status social*, representado por famílias tradicionais e/ou por pessoas com conhecimento e visibilidade estadual. Conforme observa Costa,

... Terminado o mandato, os Governadores aposentavam-se no Senado, ocupando o lugar dos que iam substituí-los nos Estados, em um revesamento atentatório da moral política. A velha e respeitável instituição [Senado] transformara-se em remanso de repouso farto, pitorescamente caracterizada por um parlamentar ilustre da época como uma “maternidade para a desova das oligarquias”. Embora o Paraná tenha em sua história bem recente um caso desse condenável tipo de “atentado” – quando, como se sabe, em 1986 o senador José Richa trocou com o governador Álvaro Dias a chefia do Executivo do Estado pelo Senado da República (de 1987 a 1995), essa não é mais, certamente, a regra em nossos costumes políticos. (COSTA, 1994, p. 570)

Seguindo o raciocínio de análise, no quadro 12, aparece o desempenho dos três partidos (PMDB, PDT e PFL) que conquistaram as trinta vagas na disputa aos cargos da Câmara Federal, demonstrando sua força e/ou representatividade no Estado do Paraná.

Quadro 12 – resultado das eleições para deputados federais em 1986.

NOME DO CANDIDATO	SIGLA	NOME DO PARTIDO	VOTAÇÃO
MAURICIO ROSLINDO FRUET	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	98.945
MAURICIO MIGUEL NASSER ABRAO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	95.501
MATHEUS IENSEN	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	79.792
NILSO ROMEU SGUAREZI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	74.822
NELTON MIGUEL FRIEDRICH	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	73.453
ARAGAO DE MATTOS LEO FILHO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	66.595
ERVIN BONKOSKI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	64.539
EUCLIDES GIROLAMO SCALCO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	64.222
JOSE CARLOS CASTRO MARTINEZ	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	62.322
ALARICO ABIB	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	60.819
BASILJO VILLANI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	60.305
SEBASTIAO S. V. SANTOS FURTADO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	57.928
DARCY DEITOS	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	57.805
HELIO MOACYR DE SOUZA DUQUE	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	57.642
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	55.615
RENATO ANTONIO JOHNSON	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	55.407
OSWALDO EVANGELISTA MACEDO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	53.584
JOSE TAVARES DA SILVA NETO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	52.435
JOVANNI PEDRO MASINI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	50.290
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	50.238
SERGIO SPADA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	48.056
MAX ROSENMANN	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	42.296
RENATO BERNARDI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	37.809
JOSE TADEU BENTO FRANCA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	37.186
AIRTON RAVAGLIA CORDEIRO	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	25.527
IOSIO ANTONIO UENO	PFL	DA FRENTE LIBERAL	52.729
ALCENI ANGELO GUERRA	PFL	DA FRENTE LIBERAL	47.857
PAULO CRUZ PIMENTEL	PFL	DA FRENTE LIBERAL	45.877
DIONISIO ASSIS DAL PRA	PFL	DA FRENTE LIBERAL	44.329
JACY MIGUEL SCANAGATTA	PFL	DA FRENTE LIBERAL	38.407
		TOTAL DE VOTOS	1.712.332

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2001

Em terceiro lugar, o PMDB também foi o partido de destaque eleitoral nas eleições federais, obtendo 85.1% [1.457.606 votos] do total dos votos válidos obtidos pelos candidatos eleitos, conquistando 24 cadeiras do total de trinta. Os dois outros partidos com candidatos eleitos (PDT e PFL), ficaram com 14.9% (254.726 votos).

O PT não conseguiu eleger Deputados Federais, mesmo assim atingiu uma votação que foi considerada satisfatória pelo deputado Tonelli, em 09 de novembro de 1988. Numa entrevista ao Jornal Notícias para o Rádio; segundo ele, ao comentar o aumento dos votos obtidos pelo partido:

“em 1986, o PT obteve 84 mil votos para a Assembléia Legislativa e 110 mil votos para a Câmara Federal. Assim, de menos de um por cento em 1982, o PT chegou agora a quase nove por cento dos votos válidos, crescendo, portanto, quase nove vezes, em apenas oito anos de vida partidária. O PT elegeu dois prefeitos, José Maria Tardin, de São João do Triunfo, João Maria de Liz, de Salto do Lontra, além de 32 vereadores.” (TONELLI, 1988)

A seguir, no quadro 13, vê-se o desempenho do PT e do PMDB nas eleições para a escolha dos Deputados Estaduais na 11^o Legislatura do Paraná.

Quadro 13 – resultado das eleições para deputados estaduais em 1986.

NOME DO CANDIDATO	SIGLA	NOME DO PARTIDO	VOTOS
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	90.342
RUBENS BUENO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	64.143
HERMAS EURIDES BRANDAO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	62.536
PIRAJA FERREIRA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	52.811
DJALMA DE ALMEIDA CESAR	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	52.115
JOSE TADEU LUCIO MACHADO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	45.989
ANIBAL KHURY	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	43.316
ANTONIO MARTINS ANIBELLI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	41.570
ARTAGAO DE MATTOS LEO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	41.380
MARIO PEREIRA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	38.306
ORLANDO PESSUTI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	37.723
IRONDI MANTOVANI PUGLIESI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	37.304
NELSON GUIMARAES VASCONCELOS	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	37.239
EDMAR LUIZ COSTA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	36.483
JOSE DOMINGOS SCARPELINI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	35.425
QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	33.359
JOSE AFONSO JUNIOR	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	33.237
DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	31.017
JOSE SEVERINO DA SILVA FELINTO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	29.351
ARLEIR TILLFRID FERRARI JUNIOR	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	28.495
RAUL VICTOR LOPES	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	28.127

HOMERO MORINOBU OGUIDO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	28.111
NILTON ROBERTO BARBOSA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	27.698
LUIZ CARLOS CATO QUINTANA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	26.287
EDUARDO FERREIRA BAGGIO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	26.048
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	23.626
AMELIA DE ALMEIDA HRUSCHKA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	22.925
CANDIDO PACHECO BASTOS	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	22.243
ACIR PEPES MEZZADRI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	21.654
VERA ANTONIA W. AGIBERT	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	21.546
ANTONIO PAULA S. DA BARBARA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	21.117
JOSE ROGERIO CARVALHO	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	20.881
NESTOR BAPTISTA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	20.103
NEREU CARLOS MASSIGNAN	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	19.895
PAULO CESAR FIATES FURIATTI	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	19.885
GERNOTE GILBERTO KIRINUS	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	19.683
LAURO JOAO LOBO ALCANTARA	PMDB	COLIGACAO PMDB/PND	19.561
LUIZ ALBERTO MARTINS OLIVEIRA	PDS	DEMOCRATICO SOCIAL	35.720
ALGACI ORMARIO TULIO	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	32.874
ANTONIO CASEMIRO BELINATI	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	19.344
VALDERI MENDES VILELA	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	12.870
JOSE ALVES DOS SANTOS	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	12.850
RAFAEL V. GRECA DE MACEDO	PDT	DEMOCRATICO TRABALHISTA	12.036
LINDOLFO LUIZ SILVA JUNIOR	PFL	DA FRENTE LIBERAL	25.790
ALEXANDRE CERANTO	PFL	DA FRENTE LIBERAL	20.355
ANTONIO COSTENARO NETO	PFL	DA FRENTE LIBERAL	20.155
JOAO BATISTA DE ARRUDA	PFL	DA FRENTE LIBERAL	18.940
BASILIO ZANUSSO	PFL	DA FRENTE LIBERAL	18.852
WERNER WANDERER	PFL	DA FRENTE LIBERAL	18.840
EZEQUIAS LOSSO	PFL	DA FRENTE LIBERAL	18.241
DAVID NATANIEL CHERIEGATE	PFL	DA FRENTE LIBERAL	17.093
PEDRO IRNO TONELLI	PT	DOS TRABALHADORES	15.661
ERONDY SILVERIO	PTB	TRABALHISTA BRASILEIRO	22.866
LUIZ ANTONIO PENTEADO SETTI	PTB	COLIGACAO PMDB/PND	18.042

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2001

Neste último quadro, vê-se que o PMDB foi o partido que mais ocupou as vagas para os mandatos parlamentares estaduais, com 37 cadeiras, obtidas com os 1.261.531 votos recebidos contra 340.529 votos dos 17 outros deputados eleitos pelo PFL (8 deputados), PDT (5 deputados), PTB (2 deputados), PDS (1 deputado) e

pelo PT (1 deputado). O desempenho do PMDB foi muito superior ao de todos os outros partidos somados, na arena política estadual e isso pode ser entendido após breve análise da reestruturação partidária ocorrida no Brasil no início dos anos 80, com o fim do bipartidarismo instalado pelo Regime Militar iniciado em 1964. A transição para o pluripartidarismo inicia-se,

com a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, [quando] uma nova reestruturação partidária é introduzida no País, quando a Arena desaparece, dando lugar ao Partido Democrático Social (PDS), enquanto o MDB deixa de ser apenas uma organização com atribuições de partido político e ganha o pré-nome tradicional das agremiações clássicas, passando a chamar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (COSTA, 1995, p. 596)

Assim, nas eleições estaduais de 1982, esses dois partidos políticos disputaram e dividiram as cadeiras da Assembléia Legislativa do Paraná. De um lado, o PMDB com 34 deputados estaduais e, de outro lado, o PDS com 24 deputados, perfazendo um total de 58 cadeiras;

Será, porém, nas eleições de 1986 que o pluripartidarismo ressurgirá na sua plenitude, possibilitando uma representação diversificada na Assembléia Legislativa do Paraná, bem mais identificada com a estrutura da população e da sociedade paranaense, que é hoje, sem dúvida, um modelo em miniatura do próprio Brasil. Tanto mais significativas são essas eleições, principalmente se não esquecermos que, desde 1982, estava restabelecido o processo do sufrágio direto e secreto para a escolha pelo povo dos governadores dos Estados. (COSTA, 1995, p. 597)

Com a experiência político-partidária e com a estrutura institucional de que dispunha o PMDB, é de se compreender sua esmagadora vitória no pleito eleitoral de 1986, porém, nas eleições posteriores essa hegemonia foi perdendo força e gradativamente outros partidos surgiram e ocuparam os espaços. Para reforçar essa tese, basta observar os resultados das eleições legislativas seguintes: em 1990, o PMDB conquistou 16 cadeiras contra 37 em 1986; em 1994, de 16 cadeiras passou a ocupar 12; em 1998, de 12 cadeiras conquistou apenas 7.

O PT fez uma trajetória inversa ao do PMDB: após sua fundação nacional em 1980, iniciou um processo lento e gradativo de crescimento no Estado de São

Paulo e depois no restante do País. No Paraná, isso se verifica nos números de petistas eleitos. Por exemplo, nas eleições estaduais de 1982, o PT não havia conseguido vencer em eleições municipais e estaduais, ficando sem cargo eletivo. Em 1986, o grau de articulação política e as estratégias eleitorais lhe permitiram alcançar o primeiro mandato eletivo na Assembléia Legislativa com Pedro Tonelli.

Quadro 14 - resultado das eleições para o PT, de 1982 a 1988.

PARTIDOS	1982	1985	1986	1988
PT	1.458.719	1.492.030	3.489.950	2.826.782
PDT	2.394.723	1.776.836	4.000.000	1.527.002
PMDB	17.673.682	4.165.768	27.800.000	2.402.763
PDS	17.779.849	536.402	4.100.000	1.626.573
PFL	-	1.107.051	10.400.000	702.262
PCB	-	59.866	350.000	33.167
PTB	1.829.055	1.810.619	3.300.000	517.772
PC do B	-	-	550.000	14.630
PL	-	-	1.000.000	648.967
PSDB	-	-	-	993.619

1982: Resultado para Deputado Federal
1985: Resultado para Prefeitos das Capitais
1986: Dados Aproximados (não oficiais) para Deputado Federal
1988: Resultado para Prefeitos das Capitais

Fonte: PT Nacional

Em 1990, demonstrando maior experiência e inserção política no debate público paranaense, conquistou três vagas legislativas respectivamente com Ovídio José Constantino, do município de Dois Vizinhos, Ermani Pudell, do município de Cascavel e Florivaldo Fier (Dr. Rosinha), de Curitiba.

Nas eleições majoritárias de 1994, quatro anos mais tarde, o partido ampliou seu poder e influência de negociação na Assembléia Legislativa, conquistando cinco vagas: Ângelo Carlos Vanhoni, de Curitiba; Emerson José Nerone, de Maringá; Irineu Mário Colombo, de Medianeira; Florivaldo Fier, de Curitiba e Péricles de Holleben Mello, de Ponta Grossa.

Em 1998, reelegeu os deputados Ângelo Carlos Vanhoni, Irineu Mário Colombo e Péricles de Holleben Mello (este, após ser eleito prefeito de Ponta Grossa, deixou o cargo para a suplente Luciana Guzella Rafagnin) e elegeu pela primeira vez, Hermes Rodrigues da Fonseca Filho. A quinta cadeira o PT perdeu neste ano, por causa da divisão de vagas por legenda. Embora houvesse intenção

de se impetrar recurso no Tribunal Regional Eleitoral para garantir a legislatura de Luciana Rafagnin, o PT não oficializou tal procedimento.

Dessa forma, embora numa comparação meramente quantitativamente o PMDB leva vantagem em relação ao PT, o que vale ressaltar é que se trata de dois partidos políticos com trajetória muito diferenciada. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o PMDB já existia durante o Regime Militar com a sigla de MDB e o que mudou, além da sua sigla, foram suas atuações diferentes no Regime Democrático tendo em vista a grande quantidade de novos integrantes e as novas idéias destes para o partido (aliás, o PMDB, em sua existência, constitui-se mais como uma frente política do que propriamente como um partido). Já o PT nasceu durante o declínio da Ditadura Militar, com objetivos oposicionistas e com uma base militante descontente com os partidos tradicionais, de situação ou de oposição [respectivamente, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)].

Desse modo, a evolução do Partido dos Trabalhadores foi mais lenta e gradativa, com conquistas eleitorais significativas, desde que tomadas as comparações proporcionais ao seu tamanho, poder econômico, político e social. Segundo os documentos oficiais do PT (Manifesto de Fundação, Estatuto, Programa, Regimento Interno), para garantir espaço e representatividade qualitativa no cenário político do Estado, seus membros deveriam buscar participação em todas as instâncias políticas com um “jeito” próprio de tratar dos assuntos públicos, com a participação ampla da sociedade trabalhadora, o chamado grupo de base, a massa operária e assim por diante.

Algumas lutas políticas travadas na década de 80 determinaram, em certo sentido, no Brasil e especialmente no Paraná, essa busca por diferenciação partidária defendida nos documentos básicos do Partido. Assim,

A posição do PT mostrou-se correta nos desafios centrais colocados pela conjuntura: intransigência no enfrentamento da Ditadura Militar, presença decisiva na Campanha das Diretas, coragem e lucidez política ao rejeitar o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo e Sarney, denúncia do caráter conciliador e conservador da

Nova República, oposição à farsa do Plano Cruzado e suas reedições, oposição ao Governo Collor e contribuição decisiva para o *impeachment*, etc. (PT, 1998, p. 36)

6.1.2 Partido dos Trabalhadores: a organização vista por dentro.

Para garantir a participação da sociedade organizada no partido, o PT montou uma estrutura institucional que pode ser encontrada no Programa de Governo, no Manifesto de Fundação, no Estatuto e Regimento Interno, nas Resoluções dos Encontros Municipais, Regionais e Nacionais, conforme se demonstra nos documentos oficiais do partido que estão à disposição na Fundação Perseu Abramo e nas secretarias municipais do partido.

Os deputados estaduais da bancada, na Assembléia Legislativa do Paraná, devem, pois, seguir as determinações desses documentos e, ainda, passar pelas instâncias do partido para legitimar sua atuação. A hierarquia racional da organização lhe dá sustentação.

Em linhas gerais, a primeira instância do PT é o núcleo de base onde os filiados, militantes e simpatizantes debatem sobre a estrutura interna do partido, definem as estratégias para filiação de novos integrantes, organizam as campanhas eleitorais e definem os candidatos (como já descrito no segundo capítulo desta dissertação, quando se tratou da campanha de Pedro Tonelli), promovem estudos internos e abertos para trabalhadores e suas famílias, entre outras ações. Esses núcleos geralmente estão localizados nos bairros e nos locais de trabalho dos filiados, para facilitar a comunicação e a integração comunitária.

Além desses núcleos, são organizados os diretórios que consistem em instâncias deliberativas mais gerais que os núcleos de base, pois reúnem partidários de todos os grupos e tendências internas.

Existem diretórios zonais em municípios com mais de 1 milhão de habitantes, como Curitiba. Esses diretórios congregam os habitantes filiados e militantes da região metropolitana desse grande centro e, em encontros zonais, discutem e tomam decisões que cabem ao diretório zonal executar. Existem, também, os diretórios municipais, que congregam os filiados e militantes do

município e dos diretórios zonais (onde houver), que em encontros locais discutem e tomam decisões que cabem ao diretório municipal executar. Há, também, os diretórios estaduais que englobam o Estado (do Paraná, por exemplo) e seus diretórios municipais, que em encontros estaduais discutem e tomam decisões que cabe ao diretório estadual executar. Por fim, o diretório nacional engloba todo o país, seus diretórios estaduais, zonais e municipais e que, em encontros nacionais, discutem e tomam decisões que cabem ao diretório nacional executar.

Todos os encontros e congressos de filiados e militantes formam um conjunto de reflexões e decisões que acabam por determinar a “vida partidária” durante o ano, pois, para o PT, representam a efetiva participação dos trabalhadores nos rumos de um partido político. Assim sendo, pelo menos a cada dois anos são realizados, por todo o país, tendo sempre uma prévia convocação dos partidários. Nesses encontros e congressos, são eleitas direções com base na proporcionalidade direta dos votos obtidos por cada uma das chapas concorrentes nos encontros.

No artigo 11º do Estatuto do PT, oficialmente os órgãos de decisão são

“I. De deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais; II. De direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional; III. De ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais; IV. De execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional; V. de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base.” (PT, 1998, p. 77-8)

No caso específico que aqui foi estudado, vale lembrar que, foi na reunião do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 1986, na Assembléia Legislativa do Paraná (ATA, livro 1, 1986, p. 60), que a Comissão Diretora Municipal Provisória de Capanema definiu e confirmou o nome de Pedro Imo Tonelli como candidato a deputado estadual. Na narrativa do 1º secretário Cinésio A. Barbosa, as candidaturas se confirmam oficialmente porque “... o companheiro Tonelli apresentou o quadro das nossas candidaturas aprovadas na pré-convenção e outros nomes apresentados depois.” E continua, “ após várias

intervenções aprovou-se a seguinte lista de candidatos que será aprovada pela nossa Convenção Oficial." (ATA, livro 1, 1986, p. 59)

A listagem é longa e, desse modo, destacaram-se aqui, alguns nomes que disputaram as eleições em 15 de novembro de 1986: para governador, Emmanuel Appel; para vice-governadora, Maria Lúcia Silveira; para o senado, Zélia Passos e Rosemari Friedmann Angeli; para a câmara federal, Aderbal H. Mello, Claus Germer, Edésio F. Passos, Gilberto Carvalho, Ovídio J. Constantino, entre outros; e, para o parlamento paranaense, Angelo Vanhoni, Florisvaldo Fier, Lafaiete S. Neves, Luiz Eduardo Cheida, Pérciles H. Mello, Maria Izabel do Lago, Pedro Irno Tonelli, etc.

Observando os números da apuração final das eleições em 1986, pode-se dizer que o Partido dos Trabalhadores alcançou significativa votação e conseguiu demonstrar força política em relação aos demais partidos e especialmente em relação ao PMDB, o grande partido de situação no governo e na Assembléia Legislativa do Paraná. Para governador, o professor Emmanuel José Appel conquistou uma votação importante, por se tratar de uma candidatura sem muitos recursos para o cargo mais cobiçado do Paraná. Conquistou os votos de 51.187 pessoas, ficando atrás de dois candidatos com a coligação mais forte do momento. O 2º colocado, pela coligação PDT/PFL/PMB/PJ, com 797.292 votos, foi Alencar Furtado e o governador eleito foi Álvaro Fernandes Dias, pela coligação PMDB/PND, com 2.347.795 votos.

Para o senado federal, a candidata do PT com maior votação foi Zélia de Oliveira Passos que obteve 99.454 votos, ficando como quinta colocada entre os 16 candidatos de vários partidos. O PT também conseguiu a sétima colocação com Rosemari Friedmann Angeli que totalizou 78.713 votos. Os dois senadores eleitos pelo PMDB foram, respectivamente, José Richa com 1.940.047 votos e Affonso Alves de Camargo Netto com 1.362.835 votos. Para a Câmara Federal, o PT não conseguiu eleger seus candidatos. Como já dissemos, para a Assembléia Legislativa, Pedro Tonelli foi eleito com 15.661 votos.

6.1.3 Partido dos Trabalhadores: a racionalidade econômica

Para manter a estrutura partidária estadual funcionando, evidentemente, faz-se necessária uma arrecadação de recursos financeiros. No caso do deputado estadual Pedro Tonelli, como se viu anteriormente, os recursos advinham dele próprio, de familiares, de amigos que dispunham de recursos próprios e de alguns membros da Igreja Católica¹⁸.

Por causa disso, até o final dos anos 80, o PT (1998, p. 39-40) já havia definido formas de participação econômica no partido, através de algumas possibilidades: 1) contribuição de filiados em 1% do salário declarado, sendo que, em casos especiais, essa contribuição podia ser dispensada; 2) filiados em exercício de cargo público devem contribuir com 30% de seus vencimentos e isso deve ser registrado em cartório e firmado no Compromisso Partidário Petista; 3) Recursos do poder público, desde que previstos em Lei; 4) Doações de pessoas físicas e jurídicas, de acordo com a Lei Eleitoral; 5) Arrecadações em campanhas, rifas, festividades, etc, com autorização legal; 6) Venda de material de divulgação do partido: camisetas, livros, cadernos informativos, jornais, etc.

O primeiro mandato de Pedro Tonelli, no entanto, nem sempre pôde contar com todas as formas de arrecadação financeira, motivo pelo qual havia uma dificuldade maior da que existe no partido atualmente. Mesmo assim, durante todo mandato, foram criadas formas alternativas de organização e divulgação da atuação petista, através de artigos para jornal, panfletos e jornais informativos distribuídos para a população, para os partidários e para a mídia, além dos pronunciamentos na Assembléia Legislativa e das entrevistas em rádios da capital e do interior.

Para um partido político nestas condições, era importante construir uma maior representatividade no Estado e isso foi comandado pela idéia de manter sempre o PT no cenário político estadual, atuando em questões de relevância

¹⁸ A Igreja Católica, internamente, possui basicamente duas correntes ou alas internas que defendem maneiras diferentes de ação religiosa. A ala conservadora deseja uma ação católica imparcial, ou seja, uma prática de evangelização centrada nos templos, rituais, dogmas e espiritualidade. A ala progressista, apoiada na Teologia da Libertação, propõe uma ação da práxis, ou seja, uma prática de evangelização que alia fé e ação política, uma intervenção e/ou participação maior da Igreja nos assuntos públicos, tais como, a luta pela reforma agrária, pela ética na política, pelo fim das desigualdades sociais, por melhor distribuição de renda e alimentos, entre outros.

pública, como assuntos referentes ao orçamento do Estado, Projetos de Lei, administração pública, salário de deputados, etc.

Diante da atuação parlamentar de Pedro Tonelli e das estratégias do PT, por exemplo, um jornal de circulação estadual publicou uma matéria em que tratava da “ciranda das filiações”, em 15 de dezembro de 1987. O PT já ocupava local de destaque nesse cenário e a matéria apontava que “somente dois partidos acusaram crescimento [de filiações]: o PTB e o PT. O primeiro, incentivado pelo Governador Álvaro Dias, filiou 1.549 pessoas e, o outro contabilizou mais 2.514 filiados”. (JORNAL DO ESTADO, 1987) Os dois partidos mais fortes do Paraná – o PMDB e o PDS, ao contrário, estavam iniciando um enfraquecimento interno com 13.328 e 9.335 desfiliações, respectivamente. Nas eleições de 1990, esse processo de crescimento de uns e diminuição de outros refletiu-se nos números finais. O PT, por exemplo, alcançou três vagas para deputados estaduais enquanto que o PMDB passou de 37 para 16 deputados estaduais.

Um dos assuntos mais polêmicos, no final de 1987 e início de 1988, foi o aumento salarial do deputados estaduais de 67 mil para 155 mil cruzados. Para se ter uma idéia atual, segundo um importante jornal de grande circulação em 24 de novembro de 1987, “os maiores `marajás` do Estado estão no Tribunal de Justiça e são os próprios desembargadores que, depois do reajuste de janeiro, vão receber mais de Cz\$ 500 mil mensais. Coisa de fazer inveja aos 54 milhões de trabalhadores que o país possui. A maioria ganhando até Cz\$ 3 mil mensais.” (FOLHA DE LONDRINA, 1987)

Alguns jornais de grande circulação (Jornal Indústria e Comércio, Correio de Notícias, Folha de Londrina, Jornal O Paraná, entre outros) foram fundamentais para o impedimento do aumento abusivo de salário, ou pelo menos, para demonstrar a diferença de opinião e ação entre os vários partidos presentes no legislativo paranaense. O PT e o deputado Pedro Tonelli também souberam usar a mídia a seu favor neste caso e em tantos outros, pois a questão principal não era a de aparecer na mídia e sim usá-la para evitar os supostos desmandos dos partidos governistas. A sociedade paranaense, em última instância, pôde perceber e avaliar o comportamento dos partidos da base governista e também os partidos de oposição,

para tirar suas próprias conclusões. A liberdade de opinião e imprensa no regime democrático, torna-se instrumento importante para a opinião pública.

Um desses jornais de grande circulação nacional noticiou um importante debate entre o deputado petista Pedro Tonelli e o deputado peemedebista Nilton Barbosa, sobre “a questão salarial envolvendo a Assembléia Legislativa do Paraná”. Na ocasião, em 20 de novembro de 1987, o deputado Pedro Tonelli ponderou que “entrei aqui [na Assembléia Legislativa do Paraná] há menos de um ano, com um salário de Cz\$ 110 mil e vou chegar em janeiro com quase Cz\$ 500 mil entre vencimentos fixos, variáveis e verbas.

São quase 300% de aumento.” O jornal continua o debate confirmando que “o deputado David Cherixgate, do PFL, considerou “imorais” os aumentos, mas o peemedebista Nilton Barbosa foi taxativo: os deputados que estão se manifestando contra o aumento estão somente fazendo demagogia. Eles vão receber tudo o que têm direito no final do mês”. (JORNAL DO BRASIL, 1987)

Para comprovar a transparência das contas do partido e demonstrar a seriedade com o dinheiro público, foi divulgado o rendimento dos militantes e dirigentes conforme segue abaixo:

QUADRO 15- rendimento individual mensal de todos os trabalhos dos militantes de base e dos dirigentes do PT, segundo os níveis de militância, em salários mínimos

CLASSES DE RENDIMENTOS	BASE MUNICIPAL	BASE NACIONAL	DIRETÓRIO ZONAL	DIRETÓRIO MUNICIPAL	DIRETÓRIO ESTADUAL	DIRETÓRIO NACIONAL
Até 1 SM	6,0	1,4	0	4,3	2,0	0
Mais de 1 a 2 SM	20,8	6,4	6,0	9,6	2,5	0
Mais de 2 a 5 SM	34,2	26,4	18,1	31,9	21,7	16,7
Mais de 5 a 10 SM	25,0	34,3	37,3	30,3	38,9	43,3
Mais de 10 a 20 SM	11,6	19,3	25,3	19,3	21,2	20,0
Mais de 20 SM	2,5	12,1	13,3	4,7	13,8	20,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Secretaria Nacional do PT, 1986

Em outra iniciativa polêmica, o deputado Pedro Tonelli defendeu o fim das aposentadorias para deputados estaduais e ex-governadores. A defesa do petista é

a moralização política no Estado, segundo suas convicções. Os jornais também noticiaram essa ação parlamentar e exemplificaram que,

atualmente, recebem pensões do Estado os ex-governadores Moisés Lupion (2 mandatos), Ney Braga (2 mandatos), Algacir Guimarães, que ficou 6 meses no cargo, Paulo Pimentel (1 mandato), Haroldo Leon Peres (deposto por corrupção), Emílio Gomes – também aposentado do TC (Tribunal de Contas), que foi Governador por 1 ano e meio – Jayme Canet Junior (1 mandato), Hosken de Novaes (9 meses), José Richa (3 anos e 2 meses) e João Elísio (10 meses).” (Jornal O Paraná, 1987)

Como preventiva contra uma “certa” discriminação sofrida por parte da Mesa da Assembléia Legislativa, que começou a obrigar o deputado Pedro Tonelli a assinar um requerimento pedindo seu salário, visando minar suas forças para não levar em frente seus projetos de congelamento dos salários dos parlamentares, seu gabinete impetrou um mandato de segurança no Tribunal de Justiça. Além de ilegal, a medida adotada pela Mesa mostrou duas coisas: 1) que havia uma oposição por parte do PT na Assembléia Legislativa, e 2) que a maioria governista não queria que seus salários fossem diminuídos. No final do mandato, em 1989, ambos os projetos obtiveram aprovação, provavelmente porque as eleições estavam próximas e nenhum deputado queria parecer corporativista perante o povo.

Para finalizar, pode-se dizer que o Partido dos Trabalhadores e seu representante legislativo, com suas ações públicas na Assembléia Legislativa do Paraná, marcaram sua presença positivamente. Em quatro anos de mandato, o plenário da Casa de Leis do Paraná foi cenário de relevantes discussões da agenda pública estadual; questões agrárias, estudantis e trabalhistas obtiveram visibilidade política por meio do partido. O dep. Tonelli, depois desse mandato, foi eleito deputado federal em 03 de outubro de 1990, com 30.959 votos.

O Partido dos Trabalhadores, por outro lado, após esse período, ampliou sua presença no Estado e atualmente conta com um quadro estadual muito mais favorável do que em 1986, segundo informações da Secretaria Estadual do Partido dos Trabalhadores (dados que estão no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná).

O partido está presente na maioria dos municípios paranaenses, tem 4 deputados estaduais, 3 federais, 10 prefeitos e 148 vereadores. Vale ressaltar que, em 2001, o PT administrou as três principais cidades do interior do Estado [Ponta Grossa, Londrina e Maringá]. O deputado estadual petista, Ângelo Vanhoni, disputou a prefeitura de Curitiba com Cássio Taniguchi do PFL, perdendo a eleição no segundo turno, com uma diferença de cerca de 26 mil votos.

Nacionalmente, o PT obteve um crescimento gradativo entre 1982 e 2000, conforme revelam os quadros a seguir. No primeiro quadro, vê-se a evolução do voto presidencial em três campanhas eleitorais consecutivas:

Quadro 16 – evolução das eleições presidenciais do PT e/ou partidos coligados: 1989, 1994 e 1998.

	% VOTAÇÃO	NºS. ABSOLUTOS
1º turno de 1989	16,1%	11.622.321
1º turno de 1994	22,0%	17.112.255
DIFERENÇA 1º TURNO 89/1º TURNO 94	5,9%	5.489.934
1º turno de 1998	25,8%	21.470.442
DIFERENÇA 1º TURNO 89/1º TURNO 94	3,8%	4.358.187
* A base de cálculo para a obtenção dos resultados é o total de eleitores que compareceram às urnas.		

Fonte: TSE; Fundação Perseu Abramo-Núcleo de Opinião Pública (NOP)

O PT elegeu três governadores em 1998: Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, Jorge Vianna, no Acre e Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul. Participou das coligações que elegeram Antony Garotinho (PDT) no Rio de Janeiro, Ronaldo Lessa (PSB) em Alagoas e João Capiberibe (PSB) no Amapá. Os partidos de esquerda, em Brasília, têm 110 deputados federais na oposição ao governo federal, sendo que destes, 60 deputados são do PT. Esses partidos possuem 14 senadores opositores, dos quais, 7 petistas.

Tal evolução anunciou uma significativa alteração no quadro brasileiro de poder político, um cenário polarizado com partidos fortes de direita e, agora, de esquerda. Isso foi capaz de fortalecer as instituições democráticas no Brasil. No próximo quadro, vê-se a evolução do voto nas eleições para a Câmara Federal, Assembléias Legislativas e prefeituras:

16 – resumo comparativo entre deputados federais, estaduais e prefeitos.

ANO	DEP. FEDERAIS	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	8	6	2	
1986	16	14	2	
1990	35	30	5	
1994	50	43	7	
1998	60	54	6	

ANO	DEP. ESTADUAIS	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	12	11	1	
1986	40	34	6	
1990	81	72	9	
1994	92	76	16	
1998	90	73	17	

ANO	PREFEITURAS	HOMENS	MULHERES	OBS:
1982	2	2	0	
1985	1	0	1	somente capitais
1987	1	1	0	mandato tampão
1988	36	34	2	
1992	54	52	2	
1996	115	104	11	
2000	187	179	8	

Fonte: Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), PT, 2001

O quadro acima foi organizado verticalmente, em três partes. A primeira parte do gráfico mostra a evolução no crescimento eleitoral dos deputados federais, de 8, em 1982, para 60 parlamentares em 1998. A segunda parte mostra que em 1982 havia 12 deputados estaduais para 90 parlamentares em seu quadro, em 1998. A terceira parte demonstra que o número de prefeituras administradas pelo partido cresceu de 2, em 1982, para 187, em 2000. Todos os dados apontam para um crescimento relevante para as pretensões político-eleitorais do partido nas próximas eleições presidenciais em 2002.

Assim sendo, esses dados indicam um partido que surge com uma estratégia de ruptura política e ideológica às organizações anteriores, embora sem toda representatividade eleitoral necessária. Nasce como um partido de defesa dos interesses dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORGHETTI, L. C. Críticas ao deputado Pedro Tonelli. **Jornal Correio de Notícias**. Curitiba: 07 nov. 1987.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais, um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARROS, E. L. de. **Os governos militares**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando a História).

BETTO, F. **Batismo de sangue**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BOBBIO, N. et al.. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986, 1328 p.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Dispõe sobre as Disposições Constitucionais Gerais (arts. 233 a 246) e sobre os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (arts. 1º a 74). **Imprensa Oficial do Estado**, Curitiba, 2001. (Coleção Brasil Diferente).

BROWN, J.A.C. La obra de Elton Mayo, in: **La psicología social em la industria**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1958.

BURNS, T. et STALKER, G.M. The Management of innovation. In: Lawrence, P.R. e LORSCH, J.W. **Hacia una teoria contingente de la organización y ambiente**. Barcelona: Labor, 1975.

CARVALHO, A. de. **Momento de exclusão**. São Paulo: Revista Teoria e Debate, n. 9, jan./fev./mar. 1990.

CHAZEL, F. Movimentos Sociais, In BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio: Jorge Zahar, 1996.

COHEN, M.; NAGEL, E. **Introducción a la lógica y al método científico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

COSTA, S. da. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994. 2 v.:il.

_____. **A transição para o pluripartidarismo**. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994. 2 v.:il.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'Acteur et le Systeme**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1968.

FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: Queiróz, 1982.

FIER, F. **Reforma fundiária e a luta dos trabalhadores pela reforma agrária**. Curitiba: publicação do gabinete parlamentar, 2001.

FRIEDBERG, E. "Organização". In BOUDON, R. **Tratado de Sociologia**. Rio: Jorge Zahar, 1996.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMISCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 1989.

HELLER, M. I.; DUARTE, M. de L. A. G. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. 200 p.: il. (Coleção Brasil Diferente)

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JORNAL do Brasil. **Deputado do Paraná começa 1988 ganhando CZ\$ 450 mil**. Curitiba, 20 nov. 1987.

JORNAL do Estado. **Ciranda das filiações**. Curitiba, 15 dez. 1987.

JORNAL Folha de Londrina. **Os maiores marajás do Estado**. Londrina, 24 nov. 1987

JORNAL O Paraná. **As pensões no Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.

JORNAL Tribuna da Cidade. **Deputado vigário**. Curitiba, 04 maio 1988.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EDU/EDUSP, 1980.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

KHURY, A. A remuneração dos deputados. In **Programa Jogo Aberto**. Curitiba: TV Tarobá, canal 6, 1988.

MEDAWAR, P.B. **Indução e intuição no pensamento científico**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 27, n.1, 1975.

MARCH, J. G.; SIMON, H. **A Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (Coleção Clássicos do Pensamento Político)

MEYER, J. W. & ROWAN, B. **Institutionalized Organizations: formal Structure as Myth and Ceremony**. *American Journal of Sociology*, no. 83, vol. 2, 1977.

MICHELS, R. **Os partidos políticos**. São Paulo: Senzala.

MOUZELIS, N.P. 'approche des relations humaines et l'organisation. Tradução: **Organization and Bureaucracy**. Chicago: Aldine Publishing Co., 1967.

NOHRIA, N. & GULATI, R., 1964. Firms and environments. In SMELSER, N.J. & SWEDBERG, R. (eds) **The handbook of Economic Sociology**. Princeton N J: Princeton University Press, 1994.

OFÍCIO DA APP-SINDICATO. **Voto de louvor ao deputado Pedro Tonelli**. Curitiba: Secretaria do sindicato, 02 jul. 1990.

OFÍCIO DO SINDICATO DOS CONTABILISTAS. **Recebimento do ofício sob nº 8718/90**. Curitiba: Secretaria do sindicato, 27 set. 1990.

OFÍCIO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Projeto de lei nº 204/90**. Curitiba: Casa dos Jornalistas, 15 maio 1990.

PARANÁ. Emenda n. 0585. **Diário Oficial da Assembléia Estadual**. Curitiba, 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A unificação do Partido**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Cadernos de Formação. O que é o PT**. São Paulo: Gráfica Agnus, n. 3, 1998.

_____. **Evolução dos governos e mandatos do PT**. São Paulo: Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais/SNAI, 2001.

_____. **O aumento dos votos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O PT e a autonomia sindical**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Resoluções de Encontros e Congressos. Manifesto de Lançamento.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Resolução sobre Tendências.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Plano de Ação do PT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES: TRAJETÓRIAS. Evolução do voto presidencial no PT e/ou partidos coligados – 1989/1994/1998. São Paulo: Cromosete Gráfica e Editora Ltda, 2001.

POINCARÉ, H. A ciência e a hipótese. Brasília: UnB, 1985.

POPPER, K. Autobiografia intelectual. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.

PT. Ata da Reunião do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores no dia 06 set. 1981. Livro 1, p. 1, Curitiba.

_____. **Ata da Reunião do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores nos dias 24 e 25 maio 1986.** Livro 1, p. 96, Curitiba.

_____. **Ata da Reunião do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores no dia 03 ago. 1981.** Livro 1, Curitiba.

POWELL, W.W. and DiMAGGIO, P.J. The new institutionalism in organizational analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

REALE, M. Imperativos da revolução de março. São Paulo: Martins, 1965.

SADER, E. E agora, PT? Caráter e Identidade. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCOTT, R. W. The subject is Organizations. In Organizations, Rational, Natural and Open systems. New Jersey: Prentice Hall, 1992

SKIDMORE, T. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil, de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Saga, 1969.

STINCHCOMBE, A. L. "Social Structure and Organizations". In: MARCH, J. (ed.) handbook of Organizations. Chicago: Rand McNally & Co., 1965.

TAYLOR, F.W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas S.A, 1992.

TONELLI, P. Apoio à Associação dos Professores da APP-Sindicato. NOTÍCIAS PARA RÁDIO, Curitiba, n. 1, 12 ago. 1987.

_____. Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI. **NOTÍCIAS PARA RÁDIO**, Curitiba, n. 1, 22 abr. 1988.

_____. Greve Geral. **Jornal Correio de Notícias**. Curitiba, n. 1, 20 ago. 1987.

_____. O crescimento do PT. **NOTÍCIAS PARA RÁDIO**, Curitiba, n. 1, 09 nov. 1988.

_____. OFÍCIO 058. **Aviso de férias**. Curitiba: Gabinete do deputado Tonelli, 18 dez. 1990.

_____. Política diferenciada para os pequenos agricultores. **NOTÍCIAS PARA RÁDIO**, Curitiba, n. 1, 08 abr. 1988.

_____. Requisição por escrito para recebimento dos salários. **NOTÍCIAS PARA RÁDIO**, Curitiba, 06 maio 1988.

_____. Tonelli e o PT repudiam violência contra trabalhadores no Rio. **NOTÍCIAS PARA RÁDIO**, Curitiba, n. 1, 11 a 18 nov. 1988.

_____. **Vários depoimentos**. Fita cassete Sony EFX 60, nº 01 jan. 2001.

TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná). **Dados eleitorais**. Curitiba, 2001.

_____. **Tabelas sobre eleições para governador, senadores, deputados federais e estaduais**. Curitiba, 2001.

TÚLIO, Algaci. Entrevista. **Jornal do Estado**. Curitiba: 21 ago. 1987.

WEATHERALL, M. **Método científico**. São Paulo: Polígono, 1970.

WEBER, M. In: BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1986.

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília: Unb, 1999. v. 2.

APÊNDICE - ÍNTEGRA DE ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI

Para demonstrar a correspondência entre os dados e informações presentes na dissertação, segue a História de Vida de Pedro Irno Tonelli, com questões semi-estruturadas e reproduzidas fielmente (na medida do possível).

A entrevista traz uma história de vida com algumas lições de história da vida política paranaense, especialmente no que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores do Paraná.

A entrevista foi realizada na Prefeitura Municipal de Capanema, na sala onde atualmente Pedro Irno Tonelli trabalha como Secretário de Obras, no dia 17 de fevereiro de 2001, entre 10 e 12 horas da manhã.

7 INTEGRA DE ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI

Entrevistador: Por favor, conte como foi a construção e o contexto social e político no primeiro mandato, como um exercício de história de vida.

Pedro Tonelli: O meu primeiro mandato, basicamente, foi basicamente duas forças que construíram este mandato, foi às lideranças do meio rural, ligada a agricultura, hoje chamada de agricultura familiar, naquele tempo chamava pequena agricultura e algumas lideranças ligada a Pastoral, Pastoral ligada ao meio rural também, pastoral da terra, pastoral rural, então estas forças é que constituíram este primeiro mandato, era naquela época, ele foi originado em torno de uma discussão do processo da Constituinte de 1986, então as entidades populares, elas se mobilizaram muito, pra ter uma intervenção positiva na constituinte, tanto Estadual como Federal, então estas forças se mexeram e o pessoal do meio rural achava que na formulação da Nova Constituição Nacional e Estadual tinha que botar lideranças, jogar forças, então, foi com base nesta orientação que o pessoal foi para a campanha e eles também me lançaram candidato e me elegeram também. Então essas foram às forças que me ajudaram a eleger.

Como depois o mandato era partidário e era único, então aí claro houve todo um processo de consorciação, como era o único todas as forças do Estado, ligado ao PT, tinham no mandato como única referência, então todos se interessam, as lideranças Universitárias, lideranças do meio urbano, Movimento Sindical em geral, urbano e rural, todo mundo, todo mundo tinha uma dedicação muita especial em relação ao primeiro mandato do PT do Paraná, muito mais do que hoje, hoje a gente acompanha os mandatos e o pessoal não está muito ligado não, e hoje tem muitos mandatos, cada um cuida o seu, aquele negócio todo, naquele tempo era como se fosse uma cartada decisiva, todo mundo, eu fui eleito Dep. Estadual, na semana seguinte fui chamado em Londrina, porque o Álvaro Dias anunciou que ia acabar com a autonomia Universitária, então eu era um Trabalhador rural, eleito Deputado, nem tomado posse ainda, estava numa Assembléia na Universidade Estadual de Londrina com 3000 universitários, acadêmicos da UEL, debatendo como a gente ia

armar os pauzinhos para impedir o fim da autonomia universitária. Então quer dizer, e um choque enorme, mas é desta forma que foi tratado meu primeiro mandato, então todo mundo tinha interesse nesse mandato porque sabia que era um mandato que inovava na Política da Assembléia Legislativa, na Política paranaense, não tinha muitas referências de confronto com Álvaro Dias, que é o que tinha sido eleito governador e que tinha apoio super majoritário, na Assembléia nós tínhamos, no começo tinha três deputados que questionavam o governador, que era o do PT e tinha mais dois do PDT que era o Rafael Greca e o Algaci Tulio e o resto ninguém questionava, era a bancada do amém. O que o governador fazia todo mundo assinava embaixo, PMDB, PFL, o PDT tinha cinco deputados dois fazia um pouco de oposição e o resto era situação, o Belinati era situação de carteirinha apoiando o Álvaro Dias, tinha um tal de Vilela do Norte Pioneiro, de Bandeirantes, que era do PDT, que também era governo doente, então era bom até de exercer o mandato, por causa disso, porque tinha pouca referência de oposição ao Governo Álvaro Dias, então onde foi um mandato muito marcado com o do confronto da oposição ao tentar sugerir coisas diferentes ao Governo Álvaro Dias.

As forças que apoiaram foram além de Capanema até Curitiba?

Sim, durante o mandato sim. Durante o mandato foram todas as forças do Paraná. Na eleição não. Na eleição minha base principal era Sudoeste, teve bastante apoio e depois as referências da Pequena Agricultura, da Região Sul, um pouco da Região Oeste e daí uns pingadinhos da Região Norte e Noroeste do Paraná, no noroeste em pouco mais, teve até um núcleo na região de Umuarama, mas daí era um pingadinho, então, era um Pastor um Padre que tinha algum compromisso mais rural ligado a Pastoral da Terra e Pastoral Rural que então indicava algum apoio na campanha, agora no mandato, aí sim, então esse apoio foi generalizado praticamente em todo estado.

E os Sindicatos ajudaram?

Ajudou, o Sindicalismo ajudou na construção do mandato e depois também. Ajudou bastante o Movimento Sindical todo, tinha neste mandato do PT praticamente como referencia no Parlamento. Então eles ajudavam, nós tivemos durante meu mandato muitas mobilizações enormes, tanto do meio rural tanto urbano, e quem mobilizava grande parte, além dos movimentos populares era o Movimento Sindical. Nós tínhamos na época, onde se fortificou a constituição do MST, enraizou no Paraná, foi exatamente nesta época, eu mesmo durante o mandato, eu percorria metade do tempo era ajudar pensar, ajudar a organizar o MST no Estado, implantação, já tinha uma célula nacional e que tinha presença no Paraná, começou no Oeste do Paraná, pessoal que sobrou da Itaipu, aonde começou MST, mas daí ele se massificou no Estado todo, começou as ocupações, o movimento se tornou mais rígido e esgotou a ilusão da negociação a ilusão do calendário estabelecido para resolver problemas, então o pessoal endureceu, foi exatamente nesta época, e o Movimento Sindical na época mais urbano, Sindicato dos Professores, Sindicato dos Metalúrgicos da Construção Civil, saúde, Sindicato das Faculdades e Universidades, então eles na época tinham uma intervenção muito forte e usavam nosso mandato como referencia pra conseguir seus pleitos e também modificar coisas através de iniciativas parlamentares e se conseguia na época, muita coisa através da pressão, através da negociação, se conseguiu através de iniciativa parlamentar com muita negociação, muita pressão encaminhava pelo Movimento Sindical e também popular.

A CUT já fazia parte destas Forças?

A CUT já existia, tinha força, mas não era só a CUT, tinha outros sindicatos que não vinculados a CUT, a CUT estava em processo de construção nesta época, tinha poucos sindicatos que apostavam na CUT na época ainda, mas tinha também outros sindicatos que não eram vinculados a CUT, que eram independentes, ou eram mais a CGT, na época, depois Força Sindical, que também apostavam em necessidade de apoio parlamentar pra reivindicações próprias, então nós também tínhamos vinculações e apoio dessas organizações na época, claro que no decorrer agente sempre puxava uma braçinha para o lado da CUT, eu era cutista, antes,

porque fui sindicalista antes de ser Deputado e fui fundador da CUT, fui da 1ª direção nacional da CUT, no 1º congresso Nacional – CONCLAT que aconteceu em Praia Grande – SP, eu lá estava como sindicalista – Presidente do Sindicato de Capanema e coordenador da região Sudoeste e fui escolhido dos três paranaenses que lá estavam da 1ª direção Nacional da CUT eu era membro dela, eu era o representante do Meio rural, então a gente puxava a braçinha lado da nossa instituição que era a CUT, mas no mandato a gente faz uma política mais ampla não ficando restrito a só conversar com cutistas evidentemente, então a gente conversava com os demais sindicatos, sindicatos independentes na época era a CGT que tinha uma certa força, que concorria com a CUT, e depois eles se racharam se transformou a maior parte em força Sindical, então nós tínhamos algum tipo de vinculação porque assim eles exigiam, e nós tínhamos interesse em fazermos um mandato que tivesse um apoio mais amplo possível

Dentro do Partido quais as forças que mais atuaram no mandato e existiam as alas, tendências internas?

Tinha, mas era menos, no partido havia um grau de entendimento muito maior, não havia uma política muita rígida de disputa interna como posteriormente tornou-se agudo esse comportamento e tal, então havia um grau de unidade em cima das questões de luta parlamentar, ou de luta política em geral, a gente percebia uma unidade enorme um entendimento muito maior, depois acentuou, não lembro bem que ano, acho que foi em 90, por aí, que houve congresso nacional do Partido que regulamentou o funcionamento de tendências internas, então aí cada um organizou seu grupo com regulamento próprio que era legalizar nacionalmente, e daí evidentemente a gente percebeu que cada um começou a pensar, primeiro lugar na tendência, segundo lugar o partido, terceiro lugar o resto, então eu acho que foi uma coisa, não sei se errada ou necessária eu tenho dúvida sobre isso, mas o que a gente percebia no 1º mandato, que eu tive, havia um empenho 100% do Partido, havia uma grande união, havia também disputas de idéias, mas eram coisas momentâneas, eram coisa de reunião e tal, depois da reunião, beleza todo mundo assumia junto, né.

Com o decorrer do tempo, o crescimento e também este processo de intensificação das tendências, era reconhecido isso, criou, como vou dizer assim, divisões internas, que viraram quase disputas de um partido contra o outro. Então já no 2º mandato [1991-4], no mandato de Deputado Federal, já teve [problemas], a gente sentia que não teve um respaldo partidário como no mandato estadual, porque já eram muitos mandatos e também o partido tinha um funcionamento com muita disputa interna, então, parte se comprometia e parte até questionava as ações de mandato que a gente tinha.

Nesse momento o processo não era tão passional como antes, que se envolvia pela paixão pelo Partido, pela iniciativa se tornou um pouco profissional?

Sem dúvida. Exatamente, com esse processo de intensificação das tendências houve uma diminuição da paixão pela causa maior e houve sim uma profissionalização, cada um foi cuidar um pouco do seu, do seu pedacinho e o resto que se lasque.

Na campanha do 1º mandato o papel principal era os grupos de Base/Núcleos de Base?

Sim, é, na época existiam muitos núcleos de base do partido, mas mesmo as instâncias, as instancias superiores elas funcionavam, parece, não sei né, não sei se é saudosismo, elas funcionavam melhor, o Diretório Municipal funcionava melhor, o diretório estadual funcionava melhor o nacional não posso falar porque na época não participava tanto do diretório Nacional, depois comecei participar mais do Diretório Nacional, mas as instâncias partidárias funcionavam mais, na hora que criou as tendências, as instâncias deliberativas era cada tendência que decidia, o diretório passou a ser uma coisa assim de 2º plano, núcleo passou a ser menos importante porque as decisões eram tomadas lá na corrente, no agrupamento, no grupo que tinha uma confiança maior entre si, então quando reunia uma instância do partido parecia que não havia tanta confiança, então ninguém abria muito o jogo,

ficava muito naquele jogo de cena, aquele jogo de disputa e não aquele jogo de soma de somatória de entendimento e de união.

Quais as bases mais bem organizadas, Capanema fazia parte das maiores?

O processo histórico de evolução organizativa, nós tínhamos na época um grupo razoável no Sudoeste, que era muito ligado ao Meio Rural, tinha um grupo em Curitiba que era mais urbano, ligado ao Movimento Popular e Sindical e ligado às Pastorais também, que era, muito forte em Curitiba na época, aí houve crescimento rápido no Oeste do Estado, muito ligado as lideranças do Meio Rural, tivemos alguns núcleos, tipo Londrina, Maringá, que era muito vinculados ao meio urbano, ligo as lideranças sindicais e das Pastorais, e alguns movimentos populares também, então isso no início, só depois dos anos 90 é que intensificou os interesses pelo Projeto Partidário no resto do Estado, o litoral, por exemplo, na época era fraco, o noroeste era fraquíssimo, o norte pioneiro quase não se falava em lideranças petistas, o centro do Paraná, o centro sul, também demorou até o pessoal despertar interesse pelo partido, hoje não tá lá essas coisas, mas pelo menos desencalhou, mas na época era muito difícil, quer dizer, mesmo eleitoralmente numa cidade tipo Rebouças, São Mateus do Sul, Irati, quando a gente fazia 200 votos para o Partido, achava que era uma vitória né, que era bastante, então só depois dos anos 89/90 que o Partido começou ter uma certa presença, dos anos 80 a 90 demorou a surgir nestas regiões.

Durante a Campanha, o que sentia com relação ao Partido Novo – relação com povo?

Na época, a idéia que se tinha do Partido, e que era um Frankstein, um monstro que vinha para instituir a baderna a bagunça, desordem, essas eram as idéias chaves que a direita pregava né, e a grande imprensa também pregava sobre o PT, então quem não participava, que não conhecia de perto, então ele achava que era verdade, claro que os nossos mandatos começavam a desmistificar um pouco

isso, quando o pessoal conhecia um político do PT mais de perto, que participava das reuniões, trocava idéias, a gente fazia muito disso, trabalho de base, fazia reuniões com homens do povo, atraídos por temas, por iniciativas temáticas que interessavam, eles passaram a mudar um pouco o conceito do que era o PT, mas as informações que eles recebiam por disque-disque, através de imprensa ou através de lideranças locais que eram contra o partido, criavam uma imagem de que o PT era um bicho papão, e isso aos poucos está desmistificando com a presença no Parlamento, com a presença em governos e tal e aos poucos o pessoal passou a ter uma outra idéia do que era o PT, que era um partido, vamos dizer assim, fisiologicamente parecidos com os outros, mas com a prática, que aos poucos foram chamando a atenção que era um partido que tinha um comportamento diferente dos demais partidos.

O governador era o Álvaro Dias, e em Curitiba o prefeito era o Lerner?

Sim, na metade do Governo Álvaro Dias, aí foi eleito Lerner, naquele famoso governo que ele foi eleito em 12 dias. Ele estava no Rio de Janeiro, estava querendo disputar no Paraná, o TRE, não reconhecia o seu domicílio eleitoral, até que não sei que tipo de manobra houve lá que doze dias antes das eleições ele foi reconhecido com direito de disputar, então teve três candidatos que desistiram, Eneas Farias, Algaci Túlio e Luciano Pizatto, eles desistiram e entrou Lerner, ele ganhou as eleições em Curitiba. Então a idéia contra que eles tinham do PT, era uma idéia contra, contra o PT totalmente, nós praticamente sozinhos e fizemos uma votação ínfima em Curitiba, então a idéia que a população tinha do PT não era muito boa e a aceitação também, então era uma época muito mais difícil de você vender o peixe, do partido, do que hoje, hoje o partido tem 20 anos, etc.... já muita coisa que se fala, não adianta falar, porque está provado que o PT faz diferente, então a história tem mostrado isso que a perseverança e a teimosia tem dado dividendos ao Projeto do Partido porque as pessoas passaram a conhecer quem era o partido dos trabalhadores.

Lerner e Álvaro Dias faziam campanha para difamar o PT?

Eles já faziam, aos poucos, no Paraná não era muito, mas no Brasil o PT já começava a ser ameaça, a Erundina já ganhou em São Paulo na época, então já era bicho feio para eles, então quando se referiam ao Partido, eles tinham todo o interesse em difamar porque no Paraná, infelizmente, ou sei lá, acho que infelizmente, a elite Paranaense é uma elite muito conservadora e ela sempre fez questão de esmagar qualquer possibilidade de crescimento, como eles não tinham muito medo do PTB, PDT, porque eram muitos parecidos, então o inimigo que poderia vir a incomodar era o PT, desde a época já, porque o PT estava crescendo nacionalmente, estava crescendo no Rio Grande do sul, em São Paulo já tinha conquistado, começou a crescer em Minas, começou a crescer em Rio de Janeiro, começou a crescer em Pernambuco, então eles temiam que o PT pudesse desencalhar também no Paraná, então cada vez que se referiam ao PT, não era bandeira principal evidentemente, mas quando se referiam ao PT, era sempre em caráter depreciativo, porque se o PT crescesse era uma força que não era do controle deles.

Principalmente depois de 89?

Sim, de 90 para cá, então claro o PT mostrou nacionalmente, pelas eleições presidenciais, e prefeituras importantes que o PT conquistava, começou a governar o estado, em 90 ganhou o Espírito Santo e Distrito Federal, então isso passou a oferecer medo aos concorrentes, que disputam a política do país, viram que o PT é um partido que veio para ficar e todo mundo sabia que o projeto do PT não contemplava os interesses da maioria dos Partidos que hoje ainda estão na política do Brasil.

Como conseguir financiar a Campanha, sabendo dos problemas que iria enfrentar?

Olha, o financiamento de campanha naquela época, no começo do partido, e os primeiros mandatos também eram diferentes do que hoje, até do PT. No meu primeiro mandato, eu não lembro agora, nós tínhamos um comitêsinho em Francisco

Beltrão, toda despesa de campanha, era como se fosse hoje assim, era o equivalente a uns 3.000,00(três mil reais), era um santinho pequenininho, eu fiz a campanha, eu viajava de ônibus, ônibus de linha, eu ia para Irati, fazia reunião com Agricultores, o Padre me pegava na rodoviária, eu ia e voltava e levava dois dias, um dia para ir e outro para voltar, assim é que eu fiz a campanha do meu primeiro mandato, como Deputado. Uma vez eu fui a Pinhão num debate, num domingo de manhã junto com o Claus Guermer que era candidato a Deputado Federal, eu fui a Curitiba de ônibus, peguei uma carona com Claus, fomos para Pinhão que é aqui perto, depois voltamos para Curitiba, à noite peguei o ônibus, retornando para Capanema com ônibus de linha. Então era assim que funcionava a campanha do meu primeiro mandato, e no segundo também foi muito parecido, que foi em 90, naquele momento evidentemente eu tinha uma força que me ajudou mais, que foi o mandato estadual, tinha uma assessoria, tinha uma equipe, já era mais conhecido, era conhecido da imprensa, era conhecido já por um mandato que tinha exercido. Nos primeiros mandatos era assim, agora hoje não, as campanhas são mais profissionais, até no PT, quem não tem o mínimo de recursos, dificilmente se elege até no PT, 20 anos depois, mas no começo era tudo por amor a camisa, tinha mais colaboração, quando eu falo da carona, era porque cada um assumia um pouco, não tinha necessidade de fazer caixa comum, se fazia campanha, percorria, debates, visitamos muitos locais e um pouco de material, agora hoje já é mais profissional, a campanha é mais econômica, ela sempre precisa de mais de recursos, tem programa de TV, que custa caro, na época não tinha, não tinha na TV e nem Radio, naquele tempo a lei só mostrava o santinho a fotografia no horário eleitoral, e o PT, tinha menos de um minuto, eram 30 segundos, então você nem percebia que o PT estava na televisão. Hoje evidentemente o partido já cresceu, tem espaço então, custa mais caro uma campanha, já a necessidade é institucional.

A Igreja Católica foi uma das forças principais de sua campanha?

Não, não foi só a Igreja Católica, eram as forças da Igreja e Pastorais ligadas ao Meio Rural e daí ainda tinham lideranças camponesas, lideranças rurais

que queriam mudanças ligadas à pequena agricultura na época, que hoje chamamos de agricultura familiar.

Sindicato Rural fazia parte?

Já, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época tinha uma intervenção razoável, acho que melhor que hoje na política agrícola e tal, então eles tinham interesse enorme em ter lideranças no parlamento Estadual e Federal porque havia uma expectativa de com a mudança da constituição com a mudança das leis, poderia se estabelecer ganhos, então a CONTAG e a CUT Nacional orientava para que os Sindicatos tivessem uma postura avançada, no parlamento Estadual e Federal, isto tudo motivou para que se mobilizassem em torno da conquista de mandatos que representasse esses interesses.

Você na época era Pequeno Agricultor? Tinha economias?

Era pequeno Agricultor, tinha e tenho quatro alqueires de terra, na época eu era criador de abelhas, então do meu, que eu gastei, foi um pouco dos recursos que vendia do mel, produzida das minhas abelhas, que era minha atividade principal. Eu, acho tudo que eu gastei é o equivalente a hoje 1.000,00 (um mil reais) durante toda minha campanha, para me eleger deputado estadual.

Nas visitas em cidades que visitava, você hospedava-se nas paróquias?

É, ali na paróquia, na casa dos sindicalistas, era tudo na fraternidade, não tinha despesas dificilmente posava em Hotel, algum outro caso quando estava em transito, tinha que ir para um hotel, evidentemente, não tinha conhecidos e amigos, mas havia um interesse e uma fraternidade grande, e uma organização maior, hoje quando viajo, ultimamente, tinha que ir para o hotel, porque mesmo que tinha amigos ou conhecidos, parecia ser deselegante ir para casa dos amigos e tal, então a gente posava no hotel, mas naquela época, era coisa normal todo mundo

convidava, quando era candidato dep. federal e depois candidato senador, o pessoal ficava com vergonha de convidar para sua casa, daí convidava para ir ao restaurante e depois acabava gastando e tal, então mudou a fisionomia política.

O pessoal da Igreja e sindicatos ajudaram na Formação Política?

Eu era parte, fui membro da CPT, então a gente tinha todo um cronograma de palestras, cursos, formação de lideranças em que a gente recebia e também aplicava a demais lideranças, e tinha um compromisso anterior, não foi uma coisa meio de surpresa, então havia toda uma história construída junta, então o processo de formação era um Projeto mutuo.

Você foi candidato a Vereador?

Não. Fui sindicalista de 81 a 84, daí voltei para roça, em final de 1984 criamos o Partido no sudoeste do Paraná, era uma liderança, nós tínhamos na época um grupo de Reflexão Política, eram lideranças, maioria ligada a Igreja, uns ligados ao Movimento sindical que a gente reunia, na época, a gente participava todo mundo no MDB, era uma participação tímida, era participação para bater palma, não ajudava a decidir, então nós formamos um grupo no Sudoeste, um grupo de formação política, que o interesse nosso era ter presença mais ativa na política, regional, estadual e nacional, este grupo refletia, e uma das coisas que refletíamos era a conveniência em participar em algum partido político, aí a conclusão foi sim, então aí nós refletimos qual era a postura e o comportamento de todos os partidos políticos que existiam no país na época, então isso foi aí por volta de 83, 84, e no final de 84, esse grupo de reflexão política sudoestina, chegou a conclusão que o partido para entrarmos era um partido que não tinha nada de rabo preso com a elite com os militares com a política nacional que estava aí, e um dos únicos que passava no teste era o PT, então nós resolvemos aderir, mas a nossa adesão, aqui era fundar, porque não tinha PT, o PT era partido nacional, mas que aqui não existia, só tinha uma célula em dois Vizinhos, que tinha surgido em 1982, mas em 1984, não tinha nem um lugar que tinha PT, a não ser em Dois vizinhos.

Lá que o companheiro Ovídio Constantino, é o nosso mais tradicional petista do sudoeste do Paraná, porque lá já tinha, então em fim de 84, expedimos toda uma orientação desse grupo que nós íamos se construir como partido, então surgiu o PT em Capanema, em Francisco Beltrão, surgiu o PT em Pato Branco o PT em Perola do Oeste, em Planalto, em 95 em Santa Izabel, em Salto do Lontra, em várias cidades, marmeleiro, então onde tinha gente que participava dessa reflexão, em 85 houve uma decadência política nacional que, em 1985, até então não tinha eleição nas capitais e nos municípios que faziam fronteiras com outros países e em 85 saiu uma decisão política nacional, então nos criamos o partido em 1984 e em 85, na região sudoeste, e com esta eleição nos municípios de fronteira e com as capitais fui indicado candidato a prefeito na minha cidade de Capanema e fui bem votado, fiz 27% dos votos, com três candidatos disputando e que foi até uma surpresa na cidade e para o PT do Paraná, que, nos chegamos perto, nos não tínhamos ate então tido nenhum resultado acima de dois, 3% de votos numa eleição majoritária, e aqui nos conseguimos 27%, então isso estimulou os meus companheiros de partido da região pra que em 86 saísse candidato a deputado estadual, porque a gente tinha ido bem na eleição municipal.

Porque escolher justamente um partido urbano, o PT que nasceu no ABC Paulista e não um partido de cunho mais rural, agrícola?

Não, nos não tínhamos esta concepção que ele era um partido urbano, nos como a gente tinha uma formação sindical, nos tínhamos uma concepção muito forte de classe, porque a pregação que se tinha e que os interesses de classe não se combinavam, a classe dominante com a classe dominada, então nos fazíamos, a 1ª avaliação que nos fazíamos e que nos tínhamos que fazer uma política para defender a classe dominada então era uma alternativa filosófica da época que nos tínhamos onde o PT se enquadrava como partido de classe trabalhadora, onde o capitalismo não mandava, o tubarão não mandava, o latifúndio não mandava o banqueiro não mandava, então ele era um dos únicos desse conceito na época, então foi para isso que nos fizemos essa concepção para o PT.

Quais eram as outras forças políticas que concorriam para Deputado?

Há os partidos que hoje estão por ai, o PMDB, que era muito forte na época que era novidade que tinha, que estava crescendo nos pais, enfrentando os militares, porque naquela época ainda era regime militar então o que enfrentava os militares era o MDB, depois PMDB e nos não tínhamos muitas ilusões com o PMDB, porque era um partido que tinha as duas classes, que predominava dentro dele, do partido, suas principais lideranças eram ligadas à elite, aos capitalistas, aos tubarões da mesma forma como era a ARENA, depois PDS, PFL, e assim por diante, o PDT era um partido que já existia, mas não esperava muita confiança porque também ele tinha interesses mútuos dentro dele, tinha desde latifundiário, que era muito dominado pelo latifúndio nos pais e tinha setores trabalhistas muito também, mas nos fomos pelo melhor, optamos pelo partido que era mais puro, do ponto de vista da luta de classes, para defender os interesses dos trabalhadores da classe dominada, e os demais eram os partidos que até hoje estão ai, o PDS, que virou, que hoje é PFL, PTB, PPB, então eram estes partidos, mas na época o xodó era o PMDB, MDB de tava ganhando a maioria dos governos estaduais, inclusive aqui no Paraná, o Álvaro Dias que tinha maioria, mas que a gente não tinha ilusão que a política não ia mudar muito, porque trocava as pessoas, trocava os partidos, mas os interesses iam ser quase os mesmos.

Vocês enfrentaram os ruralistas mais tradicionais?

Os ruralistas houve um confronto mais direto foi depois, nesta época estavam muito enrustida, dentro dos partidos, dentro de suas agremiações quando nos desencadeamos um confronto com o surgimento do MST e a intensificação das forças ligadas ao meio rural, que começou ter uma certa presença maior nos parlamentos e tal, então os ruralistas criaram uma entidade própria chamada UDR, que então intensificou, mas naquela época no começo eles estavam todos enrustidos, não mostrando muito a cara, quem mostrou a cara primeiro foi nos, e daí eles também mostraram, através de uma identificação muito própria que era a UDR da época, (Joelson....isto se da até 88 mais ou menos...), não mais tarde até por 95, que teve uma intensificação de 94/95 que trocaram de estratégia eles perceberam

que isso tava provocando um crescimento, uma separação dos interesses das forças, então eles voltaram a atuar de forma mais enrustida, novamente, como eles estão hoje, hoje a UDR não existe mais, eles estão dentro dos partidos, dentro dos sindicatos patronais, dentro das sociedades rurais, mas menos como cara própria, eles assumindo os seus atos, eles estão cometendo os mesmos atos, mas de forma mais discretas.

E a família, apoiou, como reagiu?

Não, não eles agiram com a maior naturalidade, meu pai já tinha uma tradição trabalhista, ele era gaúcho do Rio Grande, ele já era petebista integrante do grupo dos onze do tempo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, então já tinha uma tradição familiar de luta, e minha família também já tinha grande compromisso com as lutas, com os pequenos agricultores da época com o movimento sindical, nos grupos de base das pastorais e tal, então minha família não teve na família mais direta nenhuma surpresa, eu tive apoiadores só, pessoas que colaboraram que compreenderam, que achavam que era importante a gente ir para a luta.

Presença na Assembléia como único representante oficial...

Olha, foi uma presença, como e que vou dizer, foi uma luta sofrida porque a gente, a cobrança da sociedade de um deputado, eles queriam ver resultado, a gente não consegue muito resultado do ponto de vista material, que era uma ilusão no censo comum na população em geral, mas também ele é um mandato fácil de exercer, porque como não tinha muita referencia de confronto, a gente era uma das únicas, então como qualquer coisa que a gente fizesse, questionando o que estava ali, já valia, já somava pontos, então era fácil de fazer, hoje já e mais difícil de fazer oposição, porque às vezes tem que fazer oposição, uma oposição a coisas boas, na época não, os governos estavam altamente comprometidos com as elites, não tinham nenhum compromisso popular, então qualquer coisa que você fizesse aos interesses do povo do povão tava bem feito, nem que não fizesse bem feito, mas era bem feito, era o que tinha, como diz o ditado, “em terra de cego quem tem um olho é

rei”, então era mais ou menos assim, que a gente atuava na assembléia naquela época, a dificuldade única era essa que você não conseguia aprovar um projeto teu, não tinha esse apelo majoritário no parlamento, então quando a gente fazia contato com a imprensa, com a população, então eles cobravam, mas o que você conseguiu? Os outros deputados diziam, olha nós arrumamos tanto dinheiro, você arrumou alguma coisa, você não arrumou nada, não entrou com nenhum projeto, não fez nenhuma obra, então essa era a cobrança principal, até hoje ainda, por exemplo, na minha cidade a pessoa fala, o Tonel foi deputado estadual não trouxe nenhuma obra para a cidade dele, porque aqui e Capanema, então e na cobrança que o pessoal faz, pessoal menos consciente evidentemente, os companheiros bem próximos da gente, não, eles entendiam o objetivo do mandato sabia que no parlamento tem que ter uma correlação de forças favorável para aprovar alguma coisa, o executivo, quando necessitava de obras e serviços e função do executivo, mas o povão em geral acha que deputado e aquela figura tradicional que vai lá puxa saco do governo traz dinheiro, faz inaugurações, faz discurso na praça agrada, da presente, eles acham que é isso o papel do parlamentar, então a gente mudou um pouco essa concepção, mas não mudou muito, com a pratica da gente, com a presença da gente e tal, então esta era a dificuldade que a gente tinha, que toda vez tinha que ir a todo lugar em toda reunião, em tudo que é visita, em tudo que é contato tinha que ficar explicando as mesmas coisas que aquilo que você pedia não era possível à gente fazer naquela correlação de forças, naquela situação e na função que a gente tava exercendo.

Quais os parlamentares que se destacavam no governo da época?

Na época do lado governo que se destacavam era Anibal Khury, Belinati, Basílio Zanuzzo, que está lá até hoje, o Furiatti, hoje Prefeito da Lapa, se destacava, Davi Cheregatti que era Deputado de Cascavel, se destacava Dirceu Manfrinatto, se destacava Quielse Krisostomo, se destacava Caito Quintana, que ainda está lá, destacava Nestor Batista, que está no Tribunal de Contas, que eram esses os deputados que se destacavam, o “cadeia”, estava lá na época já, na atuação parlamentar não se destacava, se destacava na Televisão, mas era um deputado

que estava lá na época, eram esses basicamente, que eu me lembro – O Greca, era 70% oposição, quando se tratava de servidores públicos, professores, Educação, na questão da cultura e tal ele era oposição. Quando era se tratava de reforma agrária, política agrícola, e daí ficava neutro, não gostava muito de defender reforma agrária, questão de política do pequeno ele não defendia, mas ele tinha uma postura de oposição ao governo que era Álvaro Dias que era governador na época.

Quais as lutas principais, Projetos, Leis?

Bom, nos tivemos varias iniciativas, tivemos a iniciativa de estabelecer no Paraná uma política diferenciada dos pequenos agricultores, aonde recursos fossem destinados somente para financiar os pequenos agricultores, porque na época não existia, hoje tem uma orientação nacional, tem o PRONAF, depois de tanta luta se conseguiu né, mas no estado nos queríamos criar um programa de ajuda somente os pequenos, que o técnico do governo, a Emater, que os recursos da secretaria da agricultura fossem destinadas só para o pequeno, o grande pode se virar por conta própria, nos lutamos para modernização, moralização e transparência do poder legislativo, que era uma necessidade premente, ninguém sabia como funcionava o Poder Legislativo, que então a gente fez um monte de iniciativa no sentido de tornar transparente, popular e aceitável a atuação do parlamento que era o nosso papel principal, então nos começamos a fazer boletins, começamos a divulgar os fatos da Assembléia, me lembro que no começo do meu mandato, repercutiu enormemente a divulgação do salário do deputado, era uma coisa que tava na caixa preta então ate esposas de outros deputados corriam atrás para saber quanto ganhavam, porque estava publicado, daí elas sabiam quanto os maridos delas ganhavam, que eram os outros deputados, então quer dizer, eram fatos pitorescos, mas que eram verdadeiros.

Era a falta de transparência que havia, não tinha mecanismos de transparecer a atuação parlamentar. Nós, é criamos uma, tentamos através de projeto destinar recursos orçamentários, e nas emendas do orçamento e das diretrizes orçamentárias para setores essenciais, populares, para educação, política agrícola, para saúde, saúde preventiva, uma serie de bandeiras que hoje estão mais

presentes na vida pública, a maioria sem sucesso evidentemente, e também nos tivemos um grande papel foi na atuação da fiscalização dos atos do executivo, no meu mandato teve muitos fatos que repercutiram, que eram fatos que pediam explicações em grande maioria das vezes eram negadas e que algumas tínhamos informação, no sentido de dar transparência aos atos do executivo, então, mandracas, maracutaias no governo de Álvaro Dias, nas diversas secretarias de transporte da agricultura, repercutiram enormemente porque a gente parlamentar tinha o direito de saber, e a hora que agente sabia a gente divulgava através da imprensa, através dos boletins, isso tem repercutido muito na época, então eram iniciativas que muito mais do que isso não conseguia, porque também não tínhamos ilusão que nos íamos fazer centenas de projetos e que iam ser aprovados, eu me lembro que um projeto meus dos poucos que acabou sendo aprovado foi o projeto da extinção do FEPA - era o projeto que extinguiu o fundo de previdência do parlamentar, ninguém do Paraná aceitava que um deputado com quatro anos pudesse se aposentar e ganhar um salário de aposentado, e nos lutamos durante os quatro anos até que em 1990 quando chegou na véspera da campanha que havia uma rejeição muito grande do povo do Paraná em relação aos políticos que aceitava privilégios e que os deputados em causa própria, achando que com isso eles iam conseguir facilidade na reeleição eles concordaram com o projeto meu, foi alterado evidentemente, chegou-se a uma negociação, foi extinto o fundo de previdência parlamentar, que era um absurdo né. E o que mais tivemos, algumas emendas, mais no final do mandato acho que consegui algumas coisas, porque no começo havia um empenho para desmoralizar o único mandato do PT.

Quando eles viram que não era brincadeira, então no final houve uma convivência melhor, vamos dizer, e também uma aceitação de algumas coisas, houve algumas emendas orçamentárias que foram aceitas, eu me lembro que esta rodovia Capanema/Marmelandia, eu destinei emenda parlamentar no valor de sete milhões e cem mil reais, na época não era muito dinheiro, nem era real, acho que era cruzeiro real, pra iniciar a pavimentação dela e eles acabaram aprovando, demorou para eles executarem, mas foi o que ajudou a começar a pavimentação deste trecho importante ligação com sudoeste, então no final do mandato meu de estadual já teve uma compreensão maior, mas não foram muitos projetos que foram

aprovados, como muitas iniciativas aprovadas durante o meu mandato de quatro anos como deputado estadual.

Havia Perseguição, Militarismo?

Não, não era tanto o militarismo, o militarismo tava em decadência no país por 88 e 89 praticamente era um regime autoritário de quem mandava na Assembléia, quando na verdade era comandado pelo presidente da época que era Aníbal Khury, ele era o dono da Assembléia, ele só tabelava sempre com o Palácio, era tudo jogado/ combinado entre o Executivo, legislativo e Judiciário, o Aníbal fazia bem este papel de ter uma atuação sob controle, entre os poderes uma convivência plena, então na Assembléia quem fazia era o Aníbal, o que ele mandava fazer era feito o que ele dizia para não fazer, não se fazia, então era assim que funcionava a Assembléia era o autoritarismo do Aníbal Khury, não era muito militar não.

Até a morte dele...

É, até a morte dele, e agora, depois eu não sei porque não tenho mais muito, mas acredito que algumas coisas vão se repetindo pelos sucessores dele na Assembléia.

O mandato tem contribuído para o crescimento do partido, apoio popular cresceu, entendimento de que e o PT cresceu, ou não naquele teu mandato, a resistência dos demais partidos.?

É, eu acho que o meu mandato ele contribuiu, ele estabeleceu uma primeira referencia de fazer política, este que foi acho, o fator importante do meu mandato. Eu era o Deputado que tava todo fim de semana fazendo reunião de base, reunindo, prestando contas, ouvindo opiniões e levava isso para o parlamento, isso era traduzido no parlamento, tudo que eu ouvi durante o fim de semana durante a semana repercutia através de iniciativas de sugestões de denuncia, ou varias formas de atuação parlamentar, então isso foi criando outro modo de legislar de

parlamentar, para uma grande parte dos paranaenses, isso repercutiu eleitoralmente porque meu primeiro mandato estadual, quando fui para reeleição quer dizer, nós elegemos três deputados federais e três estaduais, Federais, eu, Edésio Passos e Paulo Bernardo, eu fui o mais votado, fiz uma legenda de 32 mil votos, o Edesio Passos, fez 12mil votos e o Paulo Bernardo, fez nove mil votos, e dez desse total de votos dados a legenda, pessoal ia para a rua ia votar no PT, não importava quem, porque sabia que o mandato do PT era diferente, então nos ganhamos ponto, e os Estaduais eram o Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Dep. Rosinha eram os três estaduais que foram eleitos também, então não foi só o crescimento desta compreensão, foi um bom começo, mas ele foi também um resultado eleitoral, foi um crescimento magnífico, passar de zero para 3 federais e de um para 3 estaduais e além disso, acho que se criou na, também na elite paranaense, uma idéia, na elite quando falo, toda elite, na imprensa paranaense, nas entidades empresariais, nas entidades patronais sindicais, nas entidades associativas de todas as formas, se criou um outro parâmetro, que dava para fazer política de outra forma, porque antes disso parecia uma penal que todo mundo fervia do mesmo jeito, e a partir do meu mandato, acho que se criou uma semente nova, que acabou sendo procurada, buscada e que depois disso, não só os petistas, mas até outros passaram a emitir, a seguir e tal, porque se não achavam que o PT ia ser o hegemônico desta proposta deste projeto, deste comportamento na política do Paraná.

Então o primeiro mandato marcou uma oposição oficial, digamos assim?

É uma oposição, é uma oposição muito conseqüente, porque o que a gente via muito na época era oposição oportunista, em vários momentos tinham parlamentar, que chegavam e faziam oposição, mas ele queria alguma coisa em troca, uma coisa pequena, pessoal, própria ou do seu mandato, na hora que colocava o bico seco na boca já virava situação de novo, com o PT, não, o PT a gente via que era uma oposição, era uma coisa mais continuada, era alguma com o projeto, tinha horizontes, a cumprir, não era uma coisa pessoal, nem do parlamentar e nem no mandato e muito menos no Partido, era coisa da sociedade, era uma

coisa, vamos dizer, de horizontes, que tinha que perseverar tinha que lutar pra chegar, então isso estabeleceu um marco comportamental, diferente, que acabou se somando com resultados positivos que vieram a posteriori.

Dá para se dizer que houve até..... ou fim do coronelismo na Assembléia Legislativa, até mesmo na profissionalização dos Deputados não só do PT?

É um começo né, acho que ainda é forte o coronelismo, o profissionalismo, mas acho que o PT mudou, o comportamento da Assembléia Legislativa, mudou bastante ao longo da história de 15 anos de mandato na Assembléia, hoje a Assembléia dá para se dizer que não é mais a mesma, e creio eu que 80 a 90% deve-se à presença de petistas, que cumpriram com de forma diferente, trouxeram bandeiras novas, implantaram novos comportamentos isso tudo contribui, e a gente fez o começo disso.

Você acredita que a vereança em Curitiba surgiu devido ao primeiro mandato? Contribuiu?

Eu fui o primeiro mandato petista do Estado, não tínhamos nenhum vereador em 88, nos elegemos, não lembro bem, mas nos elegemos, 24 ou 26 vereadores, no estado todo, mas eu fui o 1º mandato do PT, não tínhamos outro, já em 88 elegemos uma remessa razoável, então eu acredito que em Curitiba também se deve um pouco ao mandato, porque o mandato na Assembléia acaba influenciando muito na política da capital, eu lembro muito bem que na época era Deputado Estadual, mas freqüentava dezenas de rádios da capital que os radialistas me levavam lá pra dar explicações sobre tal coisa, então eles faziam muita política municipalista, política municipal de Curitiba, então isso ajudou a despertar muita a consciência do povo de Curitiba, dos bairros, a conhecer melhor o partido, a incorporar um pouco suas propostas e também fazem com que tivemos bons resultados, como tivemos em Curitiba já há muito elegendo varias cadeiras de vereadores e agora ultimamente quase elegendo o prefeito inclusive.

8 ENCERRAMENTO DA ENTREVISTA COM PEDRO TONELLI

Do ponto de vista pessoal qual aprendizado principal nos quatro primeiros anos de mandato.

Olha, eu acho que foi uma, um dos aprendizado, é desmistificar um pouco o mandato de Deputado que não é uma coisa suprema, e uma coisa impossível, é uma coisa fácil, basta vontade e força, força organização e tal, então eu acho que isso faz parte e que dá para fazer política diferente, dá, não é uma coisa impossível, porque hoje existe um conceito muito forte, ainda, de que há, não adianta eleger alguém do contra, porque vai lá ferver na mesma panela, não, dá pra fazer, tendo persistência, tendo clareza do que a gente quer, da para fazer política de confronto diferente com facilidade.